

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

CEZAR CAUDURO ROEDEL

**ÁGUAS CONFLITUOSAS, ÁGUAS PERIGOSAS:
A DISPUTA SINO-AMERICANA NO MAR DO SUL DA CHINA**

Porto Alegre

2012

CEZAR CAUDURO ROEDEL

**ÁGUAS CONFLITUOSAS, ÁGUAS PERIGOSAS:
A DISPUTA SINO-AMERICANA NO MAR DO SUL DA CHINA**

Dissertação apresentada como exigência para
conclusão do Mestrado de Relações
Internacionais da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Raúl Enrique Rojo

Porto Alegre

2012

CIP - Catalogação na Publicação

Roedel, Cezar Cauduro
Águas Conflituosas, Águas Perigosas: a disputa
sino-americana no Mar do Sul da China / Cezar
Cauduro Roedel. -- 2012.
122 f.

Orientador: Raúl Enrique Rojo.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2012.

1. Mar do Sul da China. 2. Disputa. 3. Estados
Unidos. 4. China. I. Rojo, Raúl Enrique, orient. II.
Título.

CEZAR CAUDURO ROEDEL

**ÁGUAS CONFLITUOSAS, ÁGUAS PERIGOSAS:
A DISPUTA SINO-AMERICANA NO MAR DO SUL DA CHINA**

Dissertação apresentada como exigência para
conclusão do Mestrado de Relações
Internacionais da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Raúl Enrique Rojo (Orientador) – PPG Relações Internacionais - UFRGS

Prof. Dr. Carlos Arturi – PPG Relações Internacionais – UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman – PPG em Ciência Política - UFRGS

Prof. Dr. Diego Pautasso – Graduação Relações Internacionais – ESPM-RS

À Glória do Grande Arquiteto do Universo

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo apoio incondicional, dispensado na consecução desta pesquisa.

Aos meus amigos, pelas ocasiões que privei de suas presenças, para dedicar-me ao desenvolvimento da dissertação.

Ao meu Orientador, Raúl Rojo, por ter aceitado prontamente orientar este trabalho. Pelo zelo e diligência prestados durante toda a pesquisa. Pelas dicas e sugestões sempre valiosas, dignas de um verdadeiro intelectual.

RESUMO

O presente trabalho visa analisar a tensa relação sino-americana no Mar do Sul da China. Para tanto, começa por trazer as principais características que tornam este mar o epicentro dos novos conflitos na região Ásia-Pacífico, para em seguida, por meio de conceitos inovadores, verificar os reais interesses sino-americanos em jogo, no Mar do Sul da China. Em esforço exemplificativo da “disputa” entre Washington e Beijing naquele Mar, trazemos o *Impeccable Incident*, para no fecho conclusivo da pesquisa, analisar se a tensa relação sino-americana é fruto de um determinado padrão, ou apenas uma ruptura nas políticas externas dos dois países.

Palavras-chave: Mar do Sul da China. Estados Unidos.China.Disputa.

ABSTRACT

The present paper analyzes the tense sino-american relationship in the South China Sea. To do so, we start by bringing the main features that make this Sea, the “epicenter” of the new maritime conflicts in the region of Pacific-Asia, for then through innovative concepts, verify the real sino-american interests in the South China Sea. In an exemplary effort concerning the "dispute" between Washington and Beijing on that Sea, we bring the *Impeccable Incident*, for in the ending chapter analyze whether the tense sino-american relationship is the result of a pattern, or just a rupture in the external policies of the two countries.

Keywords: South China Sea. United States.China. Dispute.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa referencial do Mar do Sul da China.....	18
Figura 2: Os estreitos no Mar do Sul da China (Malaca, Sunda e Lombok)	20
Figura 3: Linhas Marítimas de Comunicação na China.....	21
Figura 4: Arquipélago Spratly.....	23
Figura 5: Arquipélago Paracel	24
Figura 6: Linha azul – 200 Milhas náuticas da UNCLOS	26
Figura 7: Contestações no Mar do Sul da China.....	27
Figura 8: O Glacis Marítimo Protetor Chinês	33
Figura 9: Glacis	34
Figura 10: Rotas de importação chinesa pelos estreitos em %.	37
Figura 11: Porcentagem de modernização das forças militares chinesas.....	39
Figura 12: Principais efetivos militares.....	40
Figura 13: Capacidade de bloqueio de efetivos inimigos	41
Figura 14: Incidentes envolvendo China e EUA – Mar do Sul da China.	46
Figura 15: Ilhas Senkaku.....	51
Figura 16: Comparativo entre efetivos militares chineses e americanos (2010).....	54
Figura 17: Local do Impeccable Incident (Mar do Sul da China).....	60
Figura 18: Localização Impeccable Incident, ilha de Hainan e Base de Sanya	61
Figura 19: Foto (USNS Impeccable T-AGOS-23).....	62
Figura 20: Base Naval de Sanya – Ilha de Hainan (China).....	66
Figura 21: Wei Qi <i>versus</i> Xadrez.....	72
Figura 22: “Colar de Pérolas” da China	74
Figura 23: Quadro Teórico – Relação Sino-Americana.....	85
Figura 24: Orçamento Militar Chinês em bilhões de dólares.....	88
Figura 25: Contestações no Mar do Sul da China.....	90
Figura 26: Forças em atrito na relação sino-americana.....	94

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 O MAR DO SUL DA CHINA.....	15
1.1 O MAR DO SUL DA CHINA: UM DESAFIO	15
1.1.1 Localização Geográfica	17
1.1.2 Características do Mar do Sul da China	17
1.1.3 A Questão dos Estreitos	20
1.2 ÁGUAS CONFLITUOSAS, ÁGUAS PERIGOSAS	22
1.2.1 Os Arquipélagos Spratly e Paracel	22
1.2.2 As Reivindicações	24
1.3 OS “TRÊS MOVIMENTOS” DE DAVID ROSENBERG.....	28
2 ÁGUAS AZUIS, MAS PERIGOSAS	31
2.1 PODER NAVAL E PODER MARÍTIMO	31
2.2 O “GLACIS MARÍTIMO PROTETOR” CHINÊS	32
2.3 O PENSAMENTO NAVAL CHINÊS	35
2.4 A CHINA E O (RE) ORDENAMENTO INTERNACIONAL.....	42
2.5 OS ESTADOS UNIDOS E O MAR DO SUL DA CHINA.....	44
2.6 O DILEMA: OFENSIVO <i>VERSUS</i> DEFENSIVO	47
2.6.1 A Posição Americana no Mar do Sul da China	50
2.6.2 O Caso das Ilhas Senkaku	51
2.7 OS INTERESSES AMERICANOS NO MAR DO SUL DA CHINA.....	53
3 UM CASO EXEMPLAR.....	59
3.1 “IMPECCABLE INCIDENT”	59
3.2 USNS IMPECCABLE (T-AGOS 23)	61
3.3 OS FATOS	63
3.4 AS VERSÕES	64
3.5 O “GERENCIAMENTO” DO INCIDENTE	66
3.6 UM CASO EXEMPLAR?.....	69
4A RELAÇÃO SINO-AMERICANA	71
4.1 AS CONCEPÇÕES ESTRATÉGICAS	71

4.2 ASPECTOS DA RELAÇÃO SINO-AMERICANA.....	74
4.3 UMA ABORDAGEM TEÓRICA.....	75
4.4 O PARADOXO DAS RELAÇÕES SINO-AMERICANAS	77
4.4.1 A Escola da “Competição Estratégica”	77
4.4.2 A Escola “Excepcionalista”.....	79
4.4.3 A Escola “Pragmática”	79
4.5 “BUSCANDO A ESTABILIDADE OU CRIANDO UM MONSTRO?”	80
4.6 QUE RELAÇÕES PARA O SÉCULO XXI?	82
4.7 DA TEORIA À PRÁTICA.....	86
4.8 PADRÃO RELACIONAL <i>VERSUS</i> RUPTURA	87
4.8.1 O Histórico Conflituoso Sino-americano.....	87
4.8.2 A Ascensão Chinesa e suas Implicações	88
4.8.3 As Reclamações no Mar do Sul da China	90
4.8.4 O Poder Naval Chinês e o “GlacisMarítimo Protetor”	91
4.8.5 Os Interesses Sino-americanos	92
4.8.6 A Manutenção da Hegemonia Americana.....	93
4.9 O PADRÃO RELACIONAL	93
CONCLUSÃO.....	99
REFERÊNCIAS	102
ANEXO A – REPORTAGEM ACERCA DO MAR DO SUL DA CHINA	105
ANEXO B– NOTÍCIA ACERCA DO IMPECCABLEINCIDENT	114
ANEXO C– ARTIGO SOBRE A CONFLITUOSIDADE DO MAR DO SUL DA CHINA.....	116
ANEXO D– FICHA TÉCNICA DO USNS IMPECCABLE (T-AGOS)	120
ANEXO F– ELEMENTOS PRINCIPAIS DO DISCURSO DE HU JINTAO NO DÉCIMO OITAVO CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA (08.11.2012).....	122

INTRODUÇÃO

Os atritos geopolíticos sino-americanos, no Mar do Sul da China¹, fazem parte de um padrão, ou são acontecimentos efêmeros e, portanto, desligados de qualquer lógica na condução das políticas externas americana e chinesa? Esta pergunta, por certo, nos instigou a aprofundar a relação sino-americana das últimas décadas, a fim de criarmos um arrazoado que permita uma resposta a contento. Talvez tenha sido o nosso interesse por aquelas questões mais “espinhosas” das relações internacionais, que envolvem o “*hard power*”², a política internacional e o poder, que nos motivou a pesquisar esta temática em específico. Temos a ciência de que os elementos que compreendem esta pesquisa, ou seja, o Mar do Sul da China, os conflitos lá existentes e a relação sino-americana, são temas pouco reverberados nas academias brasileiras ou em nosso mercado editorial, ao menos até a data desta pesquisa. Não longe disto, temos nela o reflexo desta situação, ou seja, a maioria esmagadora de nossas fontes são internacionais.

Mas afinal, o que seria esta “disputa” sino-americana, a qual nos referimos no título da pesquisa? Em nosso entendimento, trata-se de uma contenda, uma controvérsia que tem tomado recentemente a pauta de muitos estudiosos e não apenas pelo fato de confrontar duas grandes potências mundiais em um cenário conflitivo, mas sim por ser o Mar do Sul da China, o epicentro dos modernos conflitos marítimos, como decorrência das inúmeras características que o torna singular, em termos geopolíticos.

Este mar que, como indicado precedentemente, estende-se grosso modo, ao sul desde Singapura e o estreito de Malaca, até o Norte, no estreito de Taiwan, englobando uma série de arquipélagos, tem sido motivo de inúmeras reclamações por parte de seus Estados ribeirinhos. O Mar do Sul da China, ou a “garganta do Pacífico” (KAPLAN, 2011), é uma das linhas marítimas mais ocupadas pelo tráfego de embarcações no mundo, e possui notadamente uma considerável reserva de hidrocarbonetos sólidos e gasosos. A China reclama a totalidade deste

¹ O “Mar do Sul da China”, cobre uma área de aproximadamente 800.000 Kilômetros quadrados no Oceano Pacífico, banhando: China, Taiwan, Vietnam, Filipinas, Malásia, Brunei, Indonésia, Singapura e Tailândia. BURGESS (2010) acrescenta que “A região engloba centenas de pequenas ilhas e recifes, em sua maioria localizada nos arquipélagos de Paracel e Spratly. Historicamente, essas ilhas inabitadas são reclamadas pelos países do sudeste asiático por serem ricas em minerais (petróleo e gás). Ademais, sendo o mais importante, tal região representa uma linha marítima vital para o fluxo de mercadorias, sendo a segunda mais navegada do mundo”. O **International Hydrographic Bureau** situa este mar numa direção sudoeste-nordeste, limitado ao Sul pelo paralelo 3 S entre o Sul de Sumatra e Kalimantan (Estreito de Karimatan), e limitado ao Norte pelo Estreito de Taiwan e a parte norte de Taiwan até à costa de Fujian na China Continental, formando parte dele em seu setor ocidental o Golfo da Tailândia.

² Conceito utilizado principalmente pela teoria realista das relações internacionais, que faz alusão ao poder advindo dos meios militares em detrimento ao “soft power” que é o poder advindo dos meios culturais, da diplomacia, entre outros.

mar, enquanto os Estados Unidos, por sua vez, pretendem manter certa estabilidade geopolítica que garanta o livre fluxo de comércio naquela linha marítima. Tais posicionamentos têm gerado uma série de atritos entre os dois países, bem como da China com os seus vizinhos, alguns deles importantes aliados americanos, diga-se de passagem. Fruto da conflituosa relação sino-americana, o *Impeccable Incident*³ nos servirá como referência empírica, sendo um dos atritos até então, mais relevantes entre Washington e Beijing, naquele braço de mar, pois o cruzamento de suas embarcações em águas chinesas em Março de 2009, gerou um considerável agravo nas relações diplomáticas sino-americanas.

Portanto, antes de trazer os elementos que respondam à pergunta suscitada, vamos procurar definir quais são os interesses “em jogo” no Mar do Sul da China, pois somente com estes é que conseguiremos tipificar a relação sino-americana no Mar do Sul da China, e determinar se a mesma segue um padrão conflitivo, que hora já é preocupante, ou se a mesma é resultado de fatos isolados e, portanto, desprovido de qualquernexo causal. Tal constatação pensamos que seja fundamental para o entendimento desta relação, tanto no presente, como no futuro das relações internacionais.

O crescimento abrupto da economia chinesa e a subsequente modernização militar do País, juntamente com a preocupação americana em manter sua hegemonia global e mais especificamente na região Ásia-Pacífico, tem gerado um impasse cujo desenlace não saberíamos vaticinar. Antes mesmo, gostaríamos de melhor compreender os fenômenos que lá tem ocorrido, a fim de interpretá-los.

Desta forma dividimos a presente pesquisa em quatro capítulos, ou blocos, nos quais iremos desenvolver coerentemente a “disputa sino-americana” no Mar do Sul da China. Detalhadamente, a dissertação assim se divide:

O capítulo primeiro busca situar geograficamente o Mar do Sul da China, pontuando a sua relevância para o estudo das relações internacionais, região que de fato possui características peculiares. Começaremos, no entanto, por sua localização geográfica, suas características gerais e os conflitos lá existentes, que por certo tornam aquelas águas conflituosas e perigosas. Todos estes elementos são fulcrais para que formemos um constructo razoável, permitindo que avancemos a pesquisa sem perder de vista o seu pano de fundo. Antes mesmo de adentrarmos nos objetivos geopolíticos e estratégicos da China e dos

³ O *Impeccable Incident* assim é denominado pelo fato de o Navio Americano (USNS Impeccable), que em março de 2009, ao conduzir uma missão de “pesquisa militar” adentrou nas duzentas milhas náuticas chinesas, estas convencionadas pela UNCLOS (Conferência das Nações Unidas para o Direito Marítimo), gerando um impasse ao ser surpreendido por embarcações chinesas, de forma agressiva – ocasionando um atrito diplomático entre os dois países.

Estados Unidos, pretendemos fornecer assim, uma visão geral e introdutória acerca do Mar do Sul da China.

O segundo capítulo, por sua vez, busca explorar a intrincada relação sino-americana no Mar do Sul da China, por meio de conceitos que possam clarear como se dá o jogo de interesses, definidos em termos de poder, naquele braço de mar. Tencionamos analisar a importância do poderio naval em um cenário de animosidades, que colaboram para o desenlace de conflitos incertos na região. Desta forma, após ter focado nas características do Mar, no capítulo primeiro, passamos a abordar os interesses da China e dos Estados Unidos, como eles se articulam e quais resultados têm gerado na política internacional.

Já o capítulo três pretende analisar o *Impeccable Incident* e os elementos que o tornam exemplar para a nossa pesquisa, sendo o principal deles o fato de ser o ocorrido, uma importante evidência empírica da tensa relação sino-americana no Mar do Sul da China. Para tanto, buscamos historiar o incidente, comparar as visões oficiais dos governos americano e chinês, bem como de fontes secundárias. Na base conclusiva do capítulo buscamos relatar como o incidente foi gerenciado pelos dois países, bem como justificar o motivo de tal incidente ser, em nossa visão, um caso exemplar, que por certo, ilustra o tensionamento entre Washington e Beijing.

O fecho conclusivo se dá no quarto e último capítulo, onde se busca compreender que tipo de relação tem se desenvolvido entre Estados Unidos e China neste começo de século, resgatando por meio desta compreensão as justificativas do tensionamento geopolítico sino-americano. Desta forma, tendo já analisado o *Impeccable Incident*, bem como as estratégias e interesses dos países referenciados naquele mar, restará analisar o padrão do relacionamento sino-americano que emoldura o desenlace de atritos geopolíticos significativos.

Padrão este, que em nossa concepção, é originado por uma série de elementos históricos do relacionamento sino-americano na região Ásia-Pacífico. Não seria demasiado suspeitar que o referido padrão venha a se intensificar ainda mais, criando consideráveis riscos à paz regional e à segurança internacional.

1 O MAR DO SUL DA CHINA

O presente capítulo busca situar o Mar do Sul da China e sua relevância para o estudo das relações internacionais. Começaremos por sua localização geográfica, suas características gerais e os conflitos lá existentes, que por certo tornam aquelas águas conflituosas e perigosas. Todos estes elementos são fulcrais para que formemos um constructo razoável, permitindo que avancemos a pesquisa sem perder de vista o seu pano de fundo. Antes mesmo de adentrarmos nos objetivos geopolíticos e estratégicos da China e dos Estados Unidos, pretendemos fornecer, assim, uma visão geral e introdutória sobre este mar, palco da tensa relação sino-americana.

1.1 O MAR DO SUL DA CHINA: UM DESAFIO

O que sabemos é uma gota e o que ignoramos é um oceano, dizia Isaac Newton. Com o Mar do Sul da China não poderia ser diferente. Um lugar remoto para o olhar ocidental, costas paradisíacas, mas erizadas de armamentos. Pouco observamos notícias de lá, ao menos no Brasil. Um pequeno mar na imensidão aquática de nosso planeta e que possui características geopolíticas que o torna peculiar. É uma das linhas marítimas de maior fluxo internacional, um braço de mar contestado multilateralmente. Não bastando isso, suas águas escondem uma potencial reserva de hidrocarbonetos fluidos e gasosos, fazendo-o teatro de conflitos constantes entre os países ribeirinhos. Para acrescentar, há interesses de terceiras potências, como os Estados Unidos. Uma área de extrema volatilidade em termos de segurança internacional e que está na pauta de urgência de muitos países e tomadores de decisão.

O Século XX caracterizou-se eminentemente como o século dos conflitos ditos “terrestres”. As grandes guerras mundiais, as disputas territoriais, os totalitarismos, as revoluções e o bipolarismo do final do século, com o ápice do confronto entre duas grandes potências, Estados Unidos e União Soviética, foram temas recorrentes ao trato dos estudiosos das Relações Internacionais. Se o final do século XX poderia ser representado como o “nadir” dos conflitos terrestres, seria o século XXI o “zênite” dos conflitos marítimos? Sabemos que em geopolítica não há “prazo” para conflitos e longe estaríamos de afirmar o desaparecimento das disputas territoriais.

O que não podemos é negligenciar o despontamento de conflitos marítimos no sistema internacional, nas últimas décadas. O Mar do Sul da China é uma região onde inúmeros conflitos marítimos surgiram no final do século XX e início do século XXI, entre os países banhados por este Mar e terceiras potências, tornando-se uma região “sensível” em termos de segurança internacional.

Robert Kaplan, renomado estudioso de assuntos internacionais, em trabalho dedicado ao Mar do Sul da China, afirma:

Existe uma crucial diferença entre os Séculos XX e XXI. As áreas mais contestadas do globo no último século estavam no plano terrestre europeu. Todavia, nas primeiras décadas do século XXI, o eixo demográfico e econômico da terra tem alterado significativamente para o lado oposto do fim da Eurásia, onde o espaço entre a maioria da população é majoritariamente marítimo.⁴

Para o referido autor, percebe-se um deslocamento no plano geográfico dos conflitos internacionais. Se o século XX, como outrora ressaltávamos, foi demarcado pela eminência dos conflitos ditos terrestres, talvez seja o alvorecer do século XXI, um indício, e forte, de que conflitos marítimos venham figurar cada vez mais na pauta dos estudiosos de relações internacionais.

O Mar do Sul da China encerra um grande desafio àqueles que pretendem estudá-lo, pois ao mesmo tempo em que para alguns é apenas um local distante, para outros pode ser o epicentro de uma conflitualidade que pode ultrapassar os limites da paz, se já não o tenha ultrapassado.

Na presente pesquisa optamos por usar o termo “Mar do Sul da China” devido ao fato de que a maioria dos estudiosos do tema assim o fazem. Há aqueles ainda que preferam utilizar o termo “Mar da China Meridional”. “Mar do Sul da China”, ressaltamos, deriva da denominação inglesa *South China Sea* – que reflete desde cedo o interesse europeu neste mar como uma rota de navegação da Europa ao sul da Ásia, no fluxo de mercadorias com a China. Na China é chamado de “Mar do Sul”, ou 南海 *Nánhǎi*.

Começaremos por explorar o Mar do Sul da China, talvez com a mesma preocupação de um navegador, ou seja, estabelecendo sua localização geográfica.

⁴ KAPLAN, Robert. *South China Sea is the Future of the Conflict*. Site Foreign Policy (2011) Agosto. Disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/08/15/the_south_china_sea_is_the_future_of_conflict>. Acesso em: 15 mar. 2012.

1.1.1 Localização Geográfica

O Mar do Sul da China cobre uma área de aproximadamente 397.680 quilômetros quadrados, no Oceano Pacífico, banhando: China, Taiwan, Vietnam, Filipinas, Malásia, Brunei, Indonésia, Singapura e Tailândia, doravante, denominados países ribeirinhos. Este mar estende-se desde Singapura (Estreito de Malaca) ao sul até o Estreito de Taiwan, ao norte. Dois grandes grupos de ilhas são encontrados nele: Spratly e Paracel.

De acordo com Kaplan (2011): “O Mar do Sul da China funciona como a “garganta” das rotas marítimas mundiais, abrangendo os Estreitos de Malaca, Sunda, Lombok e Makassar.”

Para Peter Burgess (2003)⁵:

A região engloba centenas de pequenas ilhas, recifes e atóis, em sua maioria localizadas nos arquipélagos de Paracel e Spratly. Historicamente, essas ilhas inabitadas são contestadas pelos países ribeirinhos ao Mar do Sul da China, por serem ricas em hidrocarbonetos fluidos e gasosos (petróleo e gás). Ademais e talvez o mais importante, a região representa uma linha marítima vital para o fluxo internacional de mercadorias, sendo uma das mais navegadas do mundo.

A International Hydrographic Organization⁶ considera que “este mar se estende numa direção sudoeste-nordeste, limitado ao Sul pelo paralelo 3 S entre o Sul de Sumatra e Kalimantan (Estreito de Kalimantan ou Bornéu), e limitado ao Norte pelo Estreito de Taiwan e entre a parte norte de Taiwan até à costa de Fujian, na China Continental”. O Golfo da Tailândia cobre a parte ocidental do Mar do Sul da China. Vejamos o mapa referencial na Figura 1.

1.1.2 Características do Mar do Sul da China

O Mar do Sul da China possui algumas características que o fazem dele um mar singular em termos da geopolítica internacional e o torna uma região de extrema volatilidade, política e econômica. Ele é contestado multilateralmente, não apenas por países ribeirinhos, mas também por terceiras potências com interesses não declarados, que estão amparados por fatos que, no desenrolar desta pesquisa serão oportunamente aventados. Vejamos alguns dos elementos que destacam este braço de mar no contexto internacional:

⁵ BURGESS, Peter. The Politics of the South China Sea: Territoriality and International Law. *Security Dialogue*, v. 34, n. 1, mar. 2003.

⁶ Disponível em: <<http://www.iho.int/srv1/>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

- IV. o controle do Mar do Sul da China é fundamental para que a marinha de guerra chinesa desenvolva integralmente sua capacidade oceânica para operar no Pacífico ocidental e no Índico, projetando o seu poder em apoio à política internacional da China.

Estas características geoestratégicas do Mar do Sul da China e a conflituosidade lá existente entre os países da região o torna singular. Circunstâncias as que deve acrescentar-se o fato de que terceiras potências como os Estados Unidos, também possuem interesses políticos e estratégicos na referida zona, como a defesa da livre navegação ou até mesmo a manutenção de pesquisas científicas e exploratórias com confessados (e questionados) fins pacíficos.

O Mar do Sul da China é o elo estratégico entre os oceanos Pacífico e Índico. Para muitos países e suas forças navais, a manutenção da livre circulação neste espaço torna-se um elemento geopolítico relevante, seja para a China como para os Estados Unidos, que visam a qualquer custo manter a liberdade e a segurança do fluxo de seus navios, comerciais e militares. Assim o expressa Rosenberg (2011):

O Mar do Sul da China é também a ligação estratégica marítima entre o Oceano Pacífico eo Oceano Índico. Para as maiores potências navais, a liberdade de navegação através das rotas marítimas do Mar do Sul da China é de suma importância para as suas frotas navais. Os países com maior transporte e interesses navais, como os Estados Unidos e Japão, principalmente querem manter a liberdade de navegação através dos estreitos e rotas marítimas do Mar do Sul da China para os navios petroleiros, navios porta-containers e navios militares.⁷

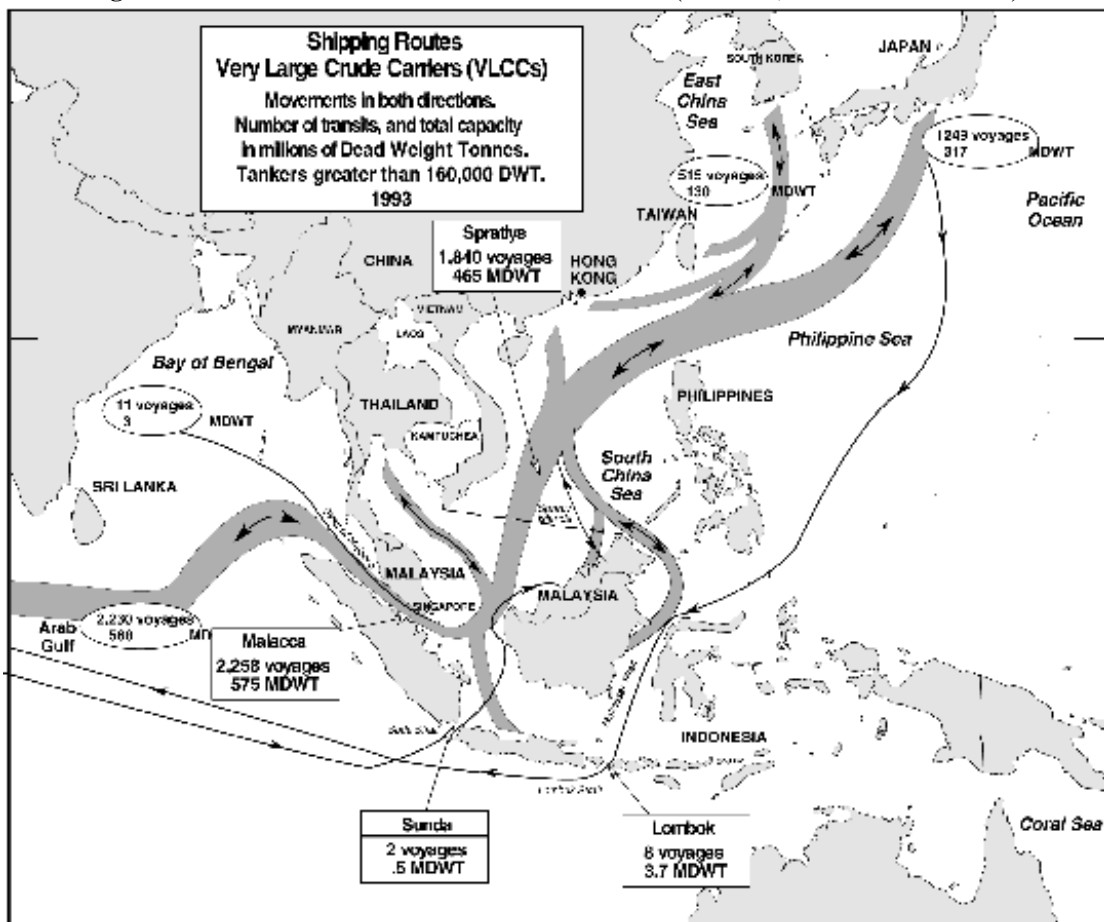
Dentro das inúmeras e peculiares características próprias do Mar do Sul da China, talvez a questão da potencial reserva de hidrocarbonetos, acabe por tornar-se secundária, visto as demais características, não menos importantes, que configuram aquela região, como os interesses dos países ribeirinhos e de terceiras potências na manutenção da livre circulação em linha marítima vital, em um cenário onde a economia torna-se também um fator preponderante.

⁷ A tradução livre desta citação, como das demais que doravante serão transcritas em nosso trabalho, nos pertence.

1.1.3 A Questão dos Estreitos

Na conceituação geográfica, o estreito é um canal que faz ligação entre dois corpos aquosos. São “vias de passagem” importantes em termos econômicos e até mesmo políticos, que só se submetem a seu regime especial quando põem em comunicação mares livres, pois em tal caso são rotas de navegação convencionais para o transporte de mercadorias e recursos energéticos, ambos tão caros para o desenvolvimento econômico de muitas nações dependentes da navegação. O Mar do Sul da China, na totalidade de sua porção, acaba por abranger quatro estreitos: Malaca, Sunda, Lombok e Makassar.

Figura 2: Os estreitos no Mar do Sul da China (Malaca, Sunda e Lombok)

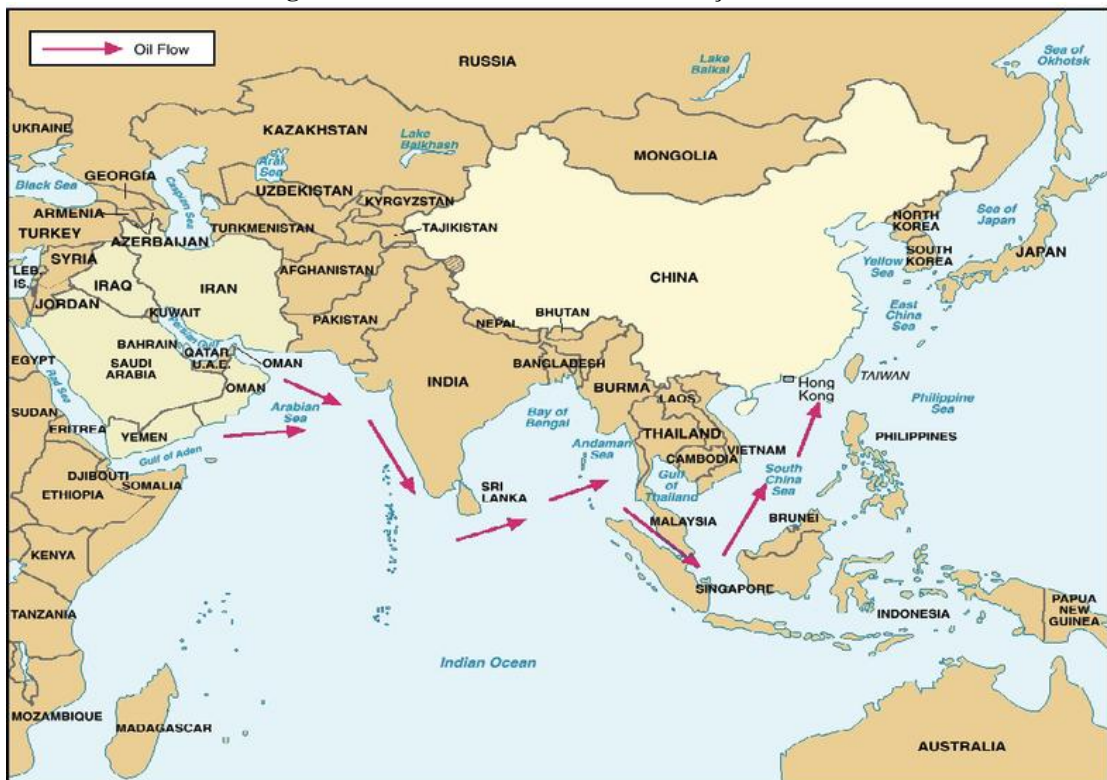


Fonte: Disponível em: <www.globalsecurity.org>. Acesso em: 22 ago. 2012.

Os estreitos possuem características geopolíticas que os colocam como um dos focos de sensibilidade na conflitualidade presente no Mar do Sul da China, transcendendo os limites locais e transformando-se em uma preocupação também às terceiras potências que porventura se beneficiam com o comércio nestas rotas.

Os estreitos do Mar do Sul da China e o próprio mar *per se* formam o que é reconhecido pela literatura internacional como *Sea Lines of Communication*, (SLOC por sua abreviatura em inglês) As linhas marítimas de comunicação são as rotas prioritárias que ligam os portos do mundo, pelos quais passam a maior parte do fluxo internacional de mercadorias, recursos energéticos e também engenhos militares de todos os gêneros. As linhas encontram-se sempre abertas em tempos de paz, todavia podem ser bloqueadas em tempos de guerra, vejamos a Figura 3.

Figura 3: Linhas Marítimas de Comunicação na China



Fonte: Military and Security Developments Involving the People's Republic of China

O Estreito de Malaca é considerado um canal de suma importância no âmbito da geopolítica internacional e principalmente no contexto do Mar do Sul da China. O mesmo é responsável por grande parte das importações de petróleo oriundos do Oriente Médio, diretamente à China. Devido a este fato é que a China mantém vigilância constante neste estreito, pois qualquer possível conflito que lá possa aflorar poderia representar uma ameaça a um dos principais insumos do motor de desenvolvimento chinês. Como afirma Massey (2008)⁸:

⁸ MASSEY, S. Anthony. *Maritime Security Cooperation in the Strait of Malacca*. Naval Postgraduated School. Monterey, California: 2008.

O Oceano domina a região sudeste da Ásia e cobre cerca de 80 por cento de sua área. No Sudeste Asiático, o Estreito de Malaca é geograficamente importante e é usado como um corredor de passagem para muitos oceanos por embarcações particulares e militares. O estreito situa-se entre os estados litorâneos da Indonésia, Malásia e Singapura, a norte da ilha indonésia de Sumatra e do sul da Malásia. Tem 600 milhas de comprimento e é o principal corredor de passagem entre o Oceano Índico e o Mar do Sul da China. Cerca de 60.000 navios atravessam o estreito a cada ano, transportando mais de 80 por cento do petróleo do nordeste da Ásia.⁹

1.2 ÁGUAS CONFLITUOSAS, ÁGUAS PERIGOSAS

Os inúmeros conflitos marítimos entre os países banhados pelo Mar do Sul da China estão principalmente pautados pela expansão de seus domínios sobre aquelas águas. Como dito precedentemente, além dos países daquela região compreenderem o fator estratégico e a importância do domínio do Mar do Sul da China para a conseqüente manutenção da segurança regional, existe uma série de conflitos marítimos pelo controle dos arquipélagos Spratly e Paracel, que são dois conjuntos de ilhas localizadas naquela porção marítima e reconhecidos internacionalmente como fontes de recursos minerais, tais como petróleo e gás. Grande parte dos países ribeirinhos reivindica parte ou totalidade destes.

1.2.1 Os Arquipélagos Spratly e Paracel

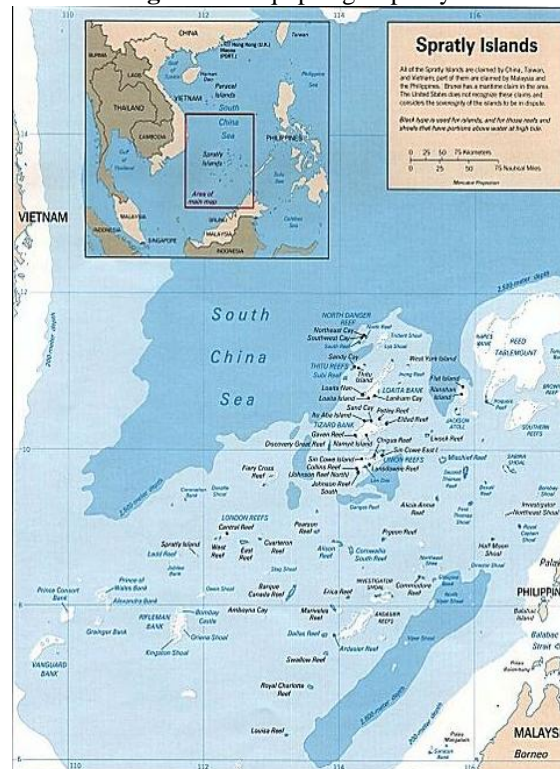
Estas reivindicações têm de certa forma ocasionado um imbróglio político e até mesmo jurídico. Apesar da China e do Vietnã reclamarem para si a maior porção dos arquipélagos, outros Estados ribeirinhos reivindicam parte dos mesmos, como ressalta Buszynski (2012):

O Mar do Sul da China compreende as Ilhas Spratly, conhecidas no Vietnã como o Sa Truong e em chinês como Nansha, as Ilhas Paracel, conhecidas como o Hoang Sa e o Zhongsha, as Ilhas Pratas, também conhecidas como a Dongsha, e o Macclesfield Bank, também conhecido como QuandãoTrung Sa ou QundaoZhongsha. As descrições das características principais da área variam consideravelmente devido à dificuldade de distinguir entre ilhas, atóis e recifes, muitos dos quais são visíveis apenas na maré baixa. Alguns estimam o número de 190 ilhotas, outros ainda optam pela apreciação de 400 rochedos, recifes e ilhas, outras estimativas alcançam os 650. Os dados sobre o número de ilhas ocupadas, por esta razão, varia entre 48 a 50. A ocupação é um termo é ambíguo, pois algumas ilhas podem ter uma guarnição permanente, enquanto os atóis de pequeno porte podem ser guarnecidos por uma parte do ano, outros podem ter apenas uma presença simbólica e apesar disso serem chamados de "ocupados". Atualmente, o Vietnã tem ocupado ou tem uma presença em vinte e sete ilhas; Filipinas reivindicam uma presença em nove, a China tem uma presença em nove ilhas, apesar de alguns relatórios afirmam apenas sete; Malásia ocupou três, mas tem uma presença em

⁹ Idem.

outras duas ilhas; Taiwan ocupa uma ilha. Chineses e vietnamitas tem formulado reivindicações em torno das Spratly, assim como as Ilhas Paracel sobrepondo-se com as reivindicações específicas levantadas pelas Filipinas, Malásia e Brunei. Estes países têm reivindicações específicas para as áreas contíguas ao seu próprio território, que também se se justapõem às outras (BUSZYNSKI, 2010).¹⁰

Figura 4: Arquipélago Spratly



Fonte: South China Sea Library.

O arquipélago Spratly, Figura 4, torna-se mais fácil de identificar por ser significativamente maior que o Paracel. Há mais de cem ilhas que ocupam cerca de 160 mil quilômetros quadrados no Mar do Sul da China, sendo dez vezes maior que o arquipélago Paracel, como bem lembra Gendreau:

Não é fácil identificar o arquipélago claramente (menos ainda do que no caso de Paracel) porque a região inclui ilhas muito dispersas, ilhotas, bancos e pedras. Existem mais de cem deles, ocupando a superfície total de cerca de 160 mil quilômetros quadrados de água (dez vezes maior do que o Paracel). Seu limite norte é latitude 12 ° norte e uma longitude 111 ° para o leste (GENDREAU, 2000).¹¹

¹⁰ BUSZYNSKI, Leszek. Rising Tensions in the South China Sea: Prospects for a Resolution of the Issue. *Security Challenges*, v. 6, n. 2, p. 85-104, 2010.

¹¹ GENDREAU, Monique Chemillier. *Sovereignty Over the Paracel and Spratly Islands*. Kluwer Law International. Cambridge: MA, 2000.

O arquipélago Paracel, Figura 5, por sua parte, está constituído por cerca de 30 ilhas e recifes, ocupando 15.000 quilômetros quadrados de área no Mar do Sul da China e tornando a navegação ao seu entorno, perigosa, de acordo com Gendreau:

Além dos dois grupos de ilhas mencionadas acima, o arquipélago como um todo é composto por mais de 30 ilhotas, bancos de areia ou recifes e ocupa cerca de 15.000 quilômetros quadrados da superfície do oceano, o que explica a natureza extremamente perigosa de navegação nesta vizinhança, um fato confirmado pelo número de naufrágios.

Figura 5: Arquipélago Paracel



Fonte – South China Sea Library

1.2.2 As Reivindicações

China e Vietnã reivindicam a totalidade dos arquipélagos Spratly e Paracel, o que tem gerado uma série de enfrentamentos que se aprofundaram em 1973, quando a China expulsou as tropas vietnamitas das ilhas Paracel, produzindo consideráveis baixas nelas.

Desde então as relações entre os dois países tornaram-se cada vez mais conflituosas, com o apresamento de navios vietnamitas pela China e enfrentamentos entre embarcações dos dois países. No início da década de 90 novos *players* da região entraram em cena, principalmente as Filipinas, que se defrontou com a presença de embarcações chinesas perto de sua costa.

Se analisarmos o período do início da década de 1970 até o final da década de 1990, praticamente em todos os anos a China esteve envolvida em algum confronto marítimo com os países da região, Quadro 1.

Quadro 1: Choques militares no Mar do Sul da China desde 1970.

Military Clashes in the South China Sea* Since 1970		
Date	Countries	Military Action
1974	China, Vietnam	China seized the Paracels from Vietnam, with 18 of its troops killed in clashes on one of the islands.
1988	China, Vietnam	Chinese and Vietnamese navies clashed at Johnson Reef in the Spratlys. Several Vietnamese boats were sunk and over 70 sailors killed.
1992	China, Vietnam	Vietnam accused China of landing troops on Da Luc Reef. China seized almost 20 Vietnamese cargo ships transporting goods from Hong Kong from June - September.
1994	China, Vietnam	China and Vietnam had naval confrontations within Vietnam's internationally recognized territorial waters over Vietnam's Tu Chinh oil exploration blocks 133, 134, and 135. Chinese claim the area as part of their Wan' Bei-21 (WAB-21) block.
1995	China, Philippines	China occupied Philippine-claimed Mischief Reef. Philippine military evicted the Chinese in March and destroyed Chinese markers.
1995	Taiwan, Vietnam	Taiwanese artillery fired on a Vietnamese supply ship.
1996	China, Philippines	In January, Chinese vessels engaged in a 90-minute gun battle with a Philippine navy gunboat near the island of Capone, off the west coast of Luzon, north of Manila.
1997	China, Philippines	The Philippine navy ordered a Chinese speedboat and two fishing boats to leave Scarborough Shoal in April; the Philippine navy later removed Chinese markers and raised its flag. China sent three warships to survey the Philippine-occupied islands of Panata and Kota.
1998	Philippines, Vietnam	In January, Vietnamese soldiers fired on a Philippine fishing boat near Tennent (Pigeon) Reef.
1999	China, Philippines	In May, a Chinese fishing boat was sunk in a collision with Philippine warship. In July, another Chinese fishing boat was sunk in a collision with a Philippine warship.
1999	China, Philippines	In May, Chinese warships were accused of harassing a Philippine navy vessel after it ran aground near the Spratlys.
1999	Philippines, Vietnam	In October, Vietnamese troops fired upon a Philippine air force plane on reconnaissance in the Spratlys.
1999	Malaysia, Philippines	In October, Philippine defense sources reported that 2 Malaysian fighter planes and 2 Philippine air force surveillance planes nearly engaged over a Malaysian-occupied reef in the Spratlys. The Malaysian Defense Ministry stated that it was not a stand-off.

Fonte: US Energy Information Administration (Março de 2008)

Estas circunstâncias têm feito evoluir o pensamento naval chinês e levaram a marinha de guerra da República Popular a projetar seu poder em apoio da política internacional de Beijing. Esta nova concepção estratégica adotada no nível mais alto (Mackinlay Ferreirós, 2011), estabelece a necessidade de controlar as águas ao oeste da chamada “segunda cadeia de ilhas”, que se estende desde o Japão para o sudeste, incluindo as ilhas Marianas e Guam e continuando para o sul até a Nova Guiné.

Isto supõe que o espaço marítimo (e as ilhas nele inclusas) compreendido entre a “segunda cadeia de ilhas” e a “primeira cadeia” que se estende das Filipinas ao sul, até o arquipélago japonês no norte e inclui o Mar do Sul da China, se tem convertido no novo “glacis¹²” marítimo protetor do novo “Império do Meio”, quer dizer, uma zona de influência chinesa no leste asiático sobre a qual um adversário potencial deveria esgotar-se antes de alcançar o âmago do poder e da soberania chinesa.

¹² Em tecnologia militar é conhecido com este nome o declive artificial de terra construído na base de uma muralha com o objetivo de proteger uma fortaleza dos seus adversários. Neste caso referenciamos o glacis como sendo um espaço marítimo protetor.

Parte das reivindicações de maioria dos países ribeirinhos está ancorada pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito Marítimo (UNCLOS – United Nations Convention The Law of the Sea)¹³, que prevê que até 200 milhas náuticas da costa o país tem garantido seu direito de explorar o dito espaço, com fins econômicos, área denominada de “zona econômica exclusiva”. Atualmente existe uma complexa sobreposição das reivindicações dos países ribeirinhos e suas respectivas zonas econômicas exclusivas, ocasionando um impasse jurídico e principalmente político, que acaba por fomentar conflitos de diferentes ordens como pretendíamos demonstrar na Tabela 1. Vejamos agora, na Figura 6, as linhas pontilhadas azuis, que representam as demarcações das Zonas Econômicas Exclusivas.

Figura 6: Linha azul – 200 Milhas náuticas da UNCLOS

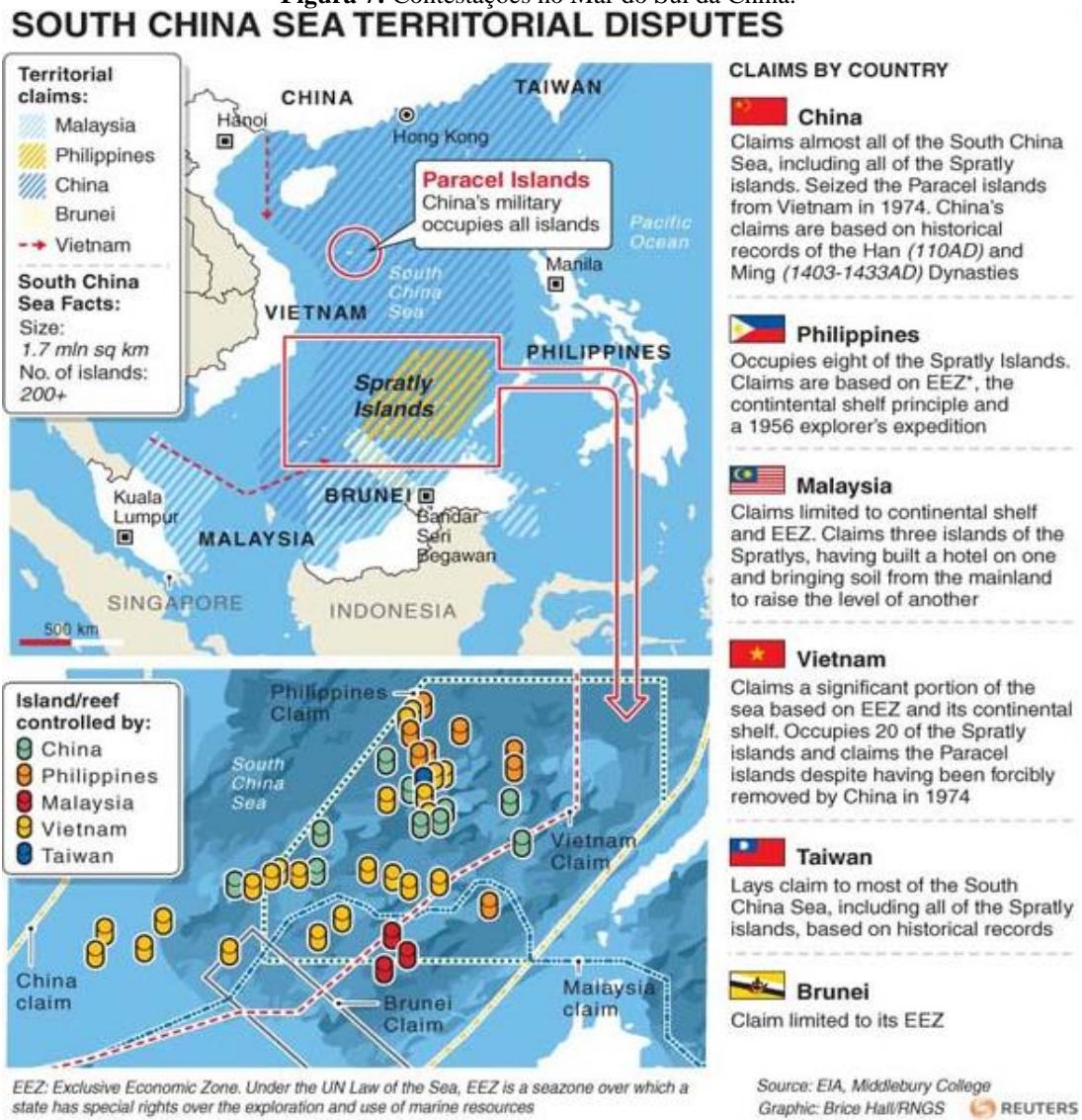


Fonte: UNCLOS.

Podemos observar na Figura 7, abaixo, as reclamações de diversos países no Mar do Sul da China, no tracejado azul, verificamos a pretensão chinesa do controle efetivo deste mar, em detrimento às reclamações mais pontuais dos países ribeirinhos, como as Filipinas, Malásia, Vietnã, Taiwan e Brunei. Vemos também as porções já controladas pelos países nos arquipélagos Spratly e Parcel.

¹³ UNCLOS (United Nations Convention on the Law of the Sea) – celebrada na Jamaica em 1982. Tratado Multilateral acerca do direito marítimo. (mar territorial, zona econômica exclusiva, plataforma continental...) conceitos herdados do Direito Internacional. Começam a vigorar efetivamente em 1994.

Figura 7: Contestações no Mar do Sul da China.



Fonte: Reuters

Para Carlyle Thayer (2010)¹⁴, o Mar do Sul da China está tornando-se uma área muito sensível no que concerne a pauta da segurança internacional, salientando que a China elevou a importância do Mar do Sul da China a uma questão de segurança nacional, ressaltando o significado estratégico das instalações militares chinesas na ilha de Hainan, indício inegável da atividade militar chinesa naquela região.

De acordo com Rory Medcalf e Raoul Heinrichs (2011)¹⁵: “o ambiente marítimo indo-pacífico na Ásia está se tornando cada vez mais conflituoso e complexo. Como o “centro de

¹⁴ THAYER, Carlyle. The United States and Chinese Assertiveness in the South China Sea. *Security Challenges*, v. 6, n. 2, p. 69-84, 2010.

¹⁵ MEDCALF, Rory & HEINRICH, Raoul. Crisis and Confidence: Major Powers and Maritime Security in Indo-Pacific Asia. *LowyInstitute for International Policy*, jun. 2011.

gravidade” global da riqueza e estratégia se deslocou para o leste, a relação de poder na região está aumentando a consciência de sua significação para a segurança regional.”

As marinhas – especialmente a da China – estão crescendo e desenvolvendo capacidades formidáveis e adequadas para a navegação de longa distância, de forma rápida e assertiva. Completam os autores: “as ilhas disputadas no Mar do Sul da China Meridional - ou mais precisamente, em suas águas circundantes – são ricas em depósitos de hidrocarbonetos, bem como em populações de peixes. Geoestrategicamente localizam-se em linhas marítimas vitais que ligam a Ásia Oriental, através do Oceano Índico, para o Oriente Médio e Europa - e nas proximidades de pontos de estrangulamento, como o Estreito de Malaca, que como teme a China, poderiam ser usados para bloquear o fornecimento de hidrocarbonetos fundamentais para sua base energética atual.

1.3 OS “TRÊS MOVIMENTOS” DE DAVID ROSENBERG

Apesar da relevância do tema do Mar do Sul da China à geopolítica dos conflitos internacionais, não nos deparamos com muitas fontes acerca do mesmo. Grande parte, se não maioria, são produções acadêmicas estrangeiras e aqui não poderíamos deixar de mencionar um grande esforço erigido pelo Professor Emérito de Ciências Políticas, David Rosenberg, do Middlebury College de Vermont, Estados Unidos. Rosenberg é editor da Biblioteca Virtual do Mar do Sul da China (South China Sea Library)¹⁶ – biblioteca esta que reúne inúmeros artigos acadêmicos, periódicos, relatórios, mapas e infográficos, disponíveis para estudiosos do tema, sendo uma valiosa fonte de materiais sobre o Mar do Sul da China. Devido ao fato de Rosenberg ser uma das referências na temática proposta desta pesquisa, não poderíamos nos furtar de mencionar um de seus trabalhos, que por certo elucidam alguns elementos fundamentais de forma didática, para compreendermos as diversas facetas geopolíticas do Mar do Sul da China.

Para Rosenberg (2011)¹⁷: “as questões de quem governa o Mar do Sul da China, quem controla o acesso aos seus consideráveis recursos e finalmente, quem mantém a segurança regional daquela porção marítima, são indagações fundamentais para o entendimento das relações travadas entre os Estados da região e terceiras potências, como os Estados Unidos.”

¹⁶ Disponível em: <<http://www.southchinasea.org/>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

¹⁷ ROSENBERG, David. *Governing the South China Sea: From Freedom of the Seas to Ocean Enclosure Movements*. Harvard Quarterly. MiddleburyCollege, 2011.

Segundo o autor, existem três movimentos distintos que estão relacionados com as questões supracitadas.

O primeiro deles está relacionado com o controle dos recursos e a extensão da Zona Econômica Exclusiva, como já havíamos aludido quando mencionamos a Convenção das Nações Unidas para o Direito Marítimo. O controle e exploração de recursos naturais como o petróleo e o gás, além da pesca, são fatores propulsores do desenvolvimento daqueles Estados ribeirinhos, pois são dependentes destes recursos, por exemplo, a atividade pesqueira em larga escala, como menciona Rosenberg:

Mais de 500 milhões de pessoas na China, Hong Kong, Taiwan, Vietnã, Malásia, Singapura, Indonésia, Brunei e Filipinas vivem dentro das 100 milhas do litoral do Mar do Sul da China. Muitos deles dependem para seu sustento e sobrevivência. A pesca é importante em torno do Mar do Sul da China como uma forma barata de proteínas, um meio de subsistência e uma fonte de divisas.

O segundo movimento seria o da conservação e preservação da biodiversidade da região e do sistema eco-marinho, devido ao fato de ser o Mar do Sul da China uma região repleta de corais, atóis e recifes, que lhe garante um status de zona de preservação ambiental. Estima-se que por volta de 30% dos corais e recifes mundiais, estejam no braço marítimo daquele mar. Além dos esforços dos Estados ribeirinhos na preservação ambiental, há ainda um esforço multilateral, principalmente conduzido pela Organização das Nações Unidas no tocante a preservação e condução de pesquisas científicas naquela região. Segundo o autor:

Geologia e clima se combinaram para produzir uma quantidade notável de diversidade biológica e imensos recursos naturais no Mar do Sul da China. Há numerosos arquipélagos, ilhas e penínsulas, uma abundância de recifes de corais, ventos de monção e correntes submarinas, tudo combinando para produzir condições excepcionalmente favoráveis para um ecossistema marinho fértil. Mais de trinta por cento dos recifes de coral do mundo fazem fronteira com o Mar da China Meridional, especialmente em torno dos arquipélagos da Indonésia e Filipinas. Os recifes de coral são a base de uma cadeia alimentar aquática, pois eles fornecem um habitat para a maior diversidade biológica do mundo.

O terceiro movimento e por certo o mais importante para a nossa pesquisa é justamente o da segurança internacional da região. Na visão do autor, o Mar do Sul da China é um elo estratégico entre os oceanos Pacífico e Índico, além de ser uma das linhas marítimas de maior fluxo internacional, do mundo. A preocupação dos países da região com a volatilidade da mesma, dado estas características peculiares, tem gerado uma escalada em termos de novas tecnologias militares e de inteligência. O Mar do Sul da China, como já havíamos reportado, representa também uma importante “rota energética”, visto que grande

parte do volume de importações de petróleo oriundo do Oriente Médio, por ali passam, tendo como principal destino a China. Na visão do autor, a região tem se tornado o verdadeiro *hub* da revolução industrial asiática.

2 ÁGUAS AZUIS, MAS PERIGOSAS

O presente capítulo busca explorar a intrincada relação sino-americana no Mar do Sul da China, por meio de conceitos que possam clarear como se dá o jogo de interesses, definidos em termos de poder, naquele braço de mar. Tencionamos analisar a importância do poderio naval em um cenário de animosidades, que colaboraram para o desenlace de conflitos incertos na região e uma instabilidade na geopolítica internacional. Buscamos também, elucidar quais são os interesses sino-americanos, no Mar do Sul da China.

2.1 PODER NAVAL E PODER MARÍTIMO

Quase raros os momentos em que nos deparamos com pesquisas brasileiras de Relações Internacionais, que têm como objetivo a discussão e o aprofundamento de conflitos marítimos. A palavra “água” geralmente nos remete a outras abordagens, que não aquelas de gênese beligerante, e sim, em grande parte, a sustentabilidade do planeta ou discussões correlatas. Aos pesquisadores dos conflitos marítimos e principalmente aos tomadores de decisões, uma questão é clara: $\frac{3}{4}$ do Planeta é composto por água e com o crescente desenvolvimento do poderio naval de alguns países, a preocupação torna-se um fato, que está associado com um processo cada vez mais acelerado da globalização e da tecnologia, binômio que, se articulado à luta pelo poder, nos apresenta uma pauta tão extensa como os oceanos intermináveis, que nos fascinam.

Cabe salientarmos que na presente pesquisa, nossas referências principais se dão no tocante ao poder naval na relação sino-americana em detrimento ao poder marítimo de ambos os países. Por convenção o poder marítimo representa um conjunto agregado de fatores que determinam a capacidade de um País em relação ao Mar, tais como: domínio de tecnologias específicas, exploração econômica, logística, portos e pesquisa de ponta, são alguns elementos que o configura. Já o poder naval é um derivativo do poder marítimo, no que tange especificamente ao poder de fogo ou disposição beligerante de um País em relação aos demais.¹⁸

¹⁸ PESCE, I. Eduardo. *O Atlântico Sul no Contexto Sul Americano de Segurança e Defesa*. Disponível em: <<http://www.naval.com.br/blog/tag/atlantico/#axzz1zzImD2AX>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

2.2 O “GLACIS MARÍTIMO PROTETOR” CHINÊS

O conceito de “glacis continental” desenvolvido por Jean Paul Charnay¹⁹ parece singularmente sugestivo para a nossa pesquisa. Como sabido, “o glacis continental é o espaço territorial (ou marítimo) que uma potência organiza e controla de maneira mais ou menos direta, para proteger seus centros políticos ou certos lugares simbólicos”. Ele pode ser interior ou exterior, reunindo Estados ou regiões que se acham em suas imediações e aliados relativamente autônomos. “Cada glacis é objeto de uma estratégia periférica de seu adversário potencial” e por natureza, “é o objeto de sua avidez e eventual zona de batalha.” Charnay (2005). Como supracitado esta categoria geopolítica pode revelar-se importante para analisar o papel do braço do Oceano Pacífico compreendido entre as duas cadeias de ilhas situadas ao Leste e ao Sul das costas chinesas, em particular do Mar do Sul da China.

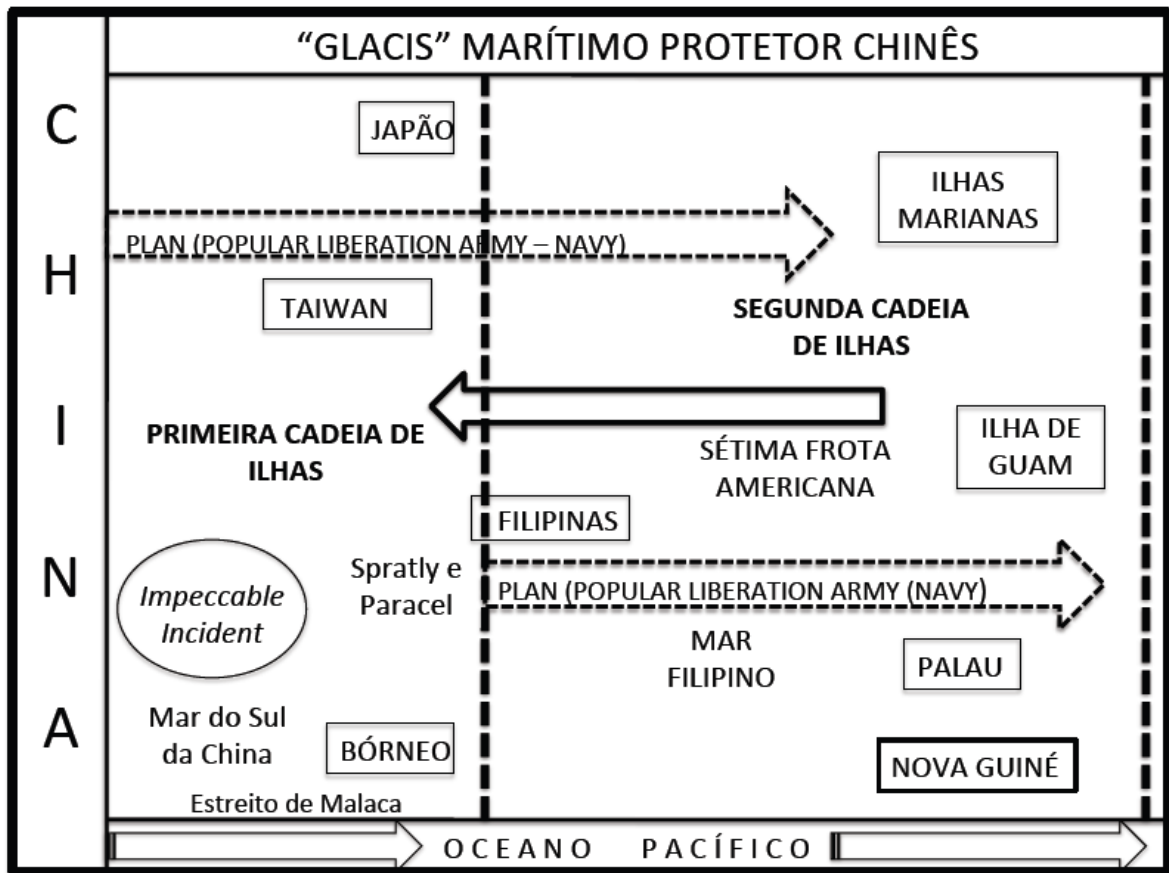
O glacis²⁰ (Figura 8) é usado como categoria geopolítica que se apropria do valor metafórico de uma estrutura de tecnologia militar que as fortificações incorporaram a fins do século XV e começos do XVI, durante as transformações acarretadas pelo que autores definiram como “revolução militar”, Tilly (2000),²¹ produzida pela aparição das armas de fogo. Consiste em um declive suave que precede o fosso de uma fortaleza, dominado pelos baluartes e outras fortificações, desde os quais se podem disparar sobre ele. O glacis tinha então um duplo efeito benéfico para os defensores: fazia rebotar nele as balas de artilharia que saíam disparadas por cima dos muros da fortificação sem daná-las e, em segundo (e fundamental) lugar, constituía uma ampla superfície despejada, batida pelo fogo defensor e um declive, que as unidades de assalto do exército atacante deviam transpor antes de saltar ao fosso e atacar as muralhas.

¹⁹ Diretor de Pesquisas e Presidente do Centro de Filosofia da Estratégia da Universidade de Paris IV (Sorbonne).

²⁰ Voz lusa tirada do homônimo francês, ele mesmo proveniente de “glacis”, no sentido antigo de “glisser”, deslizar-se.

²¹ TILLY, Charles (2000). *Coerção, Capital e Estados Europeus (990 – 1992)*. São Paulo: Edusp.

Figura 8: O Glacis Marítimo Protetor Chinês



Fonte: Elaborado pelo mestrando

Surge modernamente, assim, a ideia de um “glacis” que identificaria um espaço territorial que funcionaria como uma barreira que, além de dificultar a incursão de tropas inimigas, serviria como um espaço de resguardo do âmago do poder político e econômico de um Estado, assim como de seus símbolos principais.

O Professor de Filosofia da Estratégia da Universidade de Paris IV (Sorbonne), Jean Paul Charnay, veio a explorar²² este conceito de glacis, analisando como a Rússia estabeleceu uma espécie de resguardo, um *glacis continental* que estrategicamente vislumbrava ser um espaço de manobra para seus efetivos e conseqüentemente uma proteção de seu país de ataques externos ao seu glacis protetor, dando lugar desta sorte a uma espécie de estratégia de defesa periférica.

²² CHARNAY, Jean Paul. La Russie en ses Glacis Continentaux. *Géostratégiques*, n. 09, p. 93, out. 2005.

Figura 9: Glacis

O que pretendemos é justamente adequar a importante contribuição acadêmica do Charnay, ao contexto marítimo, além do continental. Por isso o conceito torna-se sugestivo à nossa pesquisa, quando analisamos a estratégia chinesa no Mar do Sul da China ou na maior porção do Pacífico, que engloba o mar Filipino, estendendo-se até o conjunto das Ilhas Marianas e Guam, como podemos observar na Figura 8.

Na esteira de seu abrupto crescimento econômico com a abertura promovida na década de 70, a China, mais integrada no comércio internacional pelo seu volume expressivo de transações de bens materiais e pela promoção de uma política de captação de recursos internacionais via Investimento Externo Direto, consumou no Mar do Sul da China, em específico, e no Oceano Pacífico, no geral, uma abordagem estratégica destas linhas marítimas por onde trafega suas exportações/importações, uma região estrategicamente singular, que elevou ao patamar de área geopolítica de vital interesse.

A idealização e consequente execução de um glacis marítimo tornou-se em tempos hodiernos, muito distinta daqueles glacis erigidos em frente de grandes fortificações, no anseio de conter fisicamente a passagem de tropas inimigas; ela requer um esforço de planejamento considerável e consequentemente um investimento alto em tecnologias militares. O caso da China torna-se interessante também pelo fato de historicamente o país possuir, até poucas décadas atrás, uma marinha prioritariamente costeira e de pequeno alcance se comparado com outros países vocacionados ao mar. A criação de uma marinha de longo alcance, ou como prefere a literatura internacional, uma *blue navy* (marinha de águas azuis) requer um esforço coordenado em termos de estratégia e investimento, como lembra Mackinlay Ferreirós, (2011, p.6):

A última etapa na evolução do pensamento naval chinês começa há menos de uma década e conduz a uma Marinha do Exército de Libertação Popular com capacidades oceânicas para operar no Pacífico Ocidental e no Índico, projetando seu poder naval em apoio à política internacional de Beijing de proteger o tráfego marítimo em ambos os oceanos. Esta nova concepção estratégica adotada em seu mais elevado

nível, também estabelece a necessidade de controlar as águas ao oeste da chamada “segunda cadeia de ilhas”, que se estende desde o Japão até o sudeste, incluindo as Ilhas Marianas e Guam, continuando até Nova Guiné.

Como podemos observar no esquema proposto na Figura 8, o glacis marítimo protetor chinês, acaba por englobar estrategicamente duas grandes cadeias de ilhas. A primeira delas limita ao leste, o espaço geoestratégico do Mar do Sul da China e seus arquipélagos Spratly e Paracel, reclamados como próprios pela China e por outros países ribeirinhos e vai do Japão do Sul passando por Taiwan alcançando, através do mar Filipino, o norte da Ilha de Bornéu (províncias malaias de Sarawak e Sabah e Sultanato de Brunei). O espaço compreendido entre as costas continentais chinesas e esta primeira cadeia de ilhas é o palco dos conflitos sino-americanos, travados pelos poderios navais de ambos os países. Outro elemento geopolítico de extrema relevância do espaço limitado ao leste por esta primeira cadeia são os estreitos, canais de passagem de todo o fluxo de exportações/importações de bens etambém de grande parte do petróleo importado pela China, oriundo do Oriente Médio, que trafega pelo Estreito de Malaca, como já havíamos mencionado no capítulo primeiro.

Por outra parte, o espaço marítimo delimitado entre a primeira e a segunda cadeia de ilhas representa o novo alvo que dá conta da disposição chinesa em criar uma marinha de “águas azuis” com vistas a proteger a todo custo o território continental chinês, deslocando a possível “zona de contato” com inimigos eventuais ao leste da primeira cadeia insular até a “Segunda Cadeia de Ilhas”. A mesma estende-se a partir do Japão central e Taiwan pelo Pacífico Ocidental em direção às Ilhas Marianas e Guam, ambas de domínio norte-americano passando pelo arquipélago de Palau até chegar ao extremo oeste do Irian ocidental (Nova Guiné) indonésio.

A projeção naval chinesa até uma segunda cadeia de ilhas, como pondera Mackinlay Ferreirós (2011, p. 6): “supõe uma mudança na mentalidade estratégica e irá requerer a incorporação na marinha chinesa de mecanismos aeronavais como porta-aviões e anfíbios com capacidade de atuação em alto mar, submarinos nucleares e avançados sistemas de informação e inteligência baseados em infra-estrutura especial”, processo de rearme que, como se verá, já tem começado.

2.3 O PENSAMENTO NAVAL CHINÊS

Desde o início da década de 80, poderíamos salientar que dois fatores contribuíram, de certo modo, para uma nova concepção do pensamento naval chinês, mais apropriada ao seu

contexto, ou seja, ao maior crescimento econômico e inserção da China na economia e política internacional.

O primeiro deles seria uma espécie de re-engenharia adaptativa ao cenário Pós-guerra Fria, distanciando-se dos “velhos problemas” sino-soviéticos e voltando sua atenção para uma nova configuração de poder e demais questões dela advinda.

O Segundo fator seria derivado da expansão econômica chinesa, que significou um aumento notável do fluxo marítimo (comercial e energético), que tem exigido da Beijing um maior controle do Mar do Sul da China e conseqüentemente de seus principais Estreitos, visto que esse braço de mar representa área de vital interesse para a estratégia chinesa. Ainda dentro da questão dos Estreitos, podemos ver na Figura 10 a grande relevância que as referidas vias de passagem representam, a começar pelo Estreito de Malaca, já mencionado anteriormente. Cerca de 83% dos suprimentos de mercadorias e recursos energéticos destinados a China por ali passam antes de chegar ao seu Porto de amarração final. Para além do Mar do Sul da China existem outros estreitos vitais para os interesses chineses, como o de Ormuz, rota de passagem da demanda energética advinda do Oriente Médio. Talvez o menos expressivo destes estreitos, seja o de Sunda, que representa 1% do trânsito marítimo dirigido ao Império do Meio. A China estando ciente deste espaço estratégico e frágil representado pelos estreitos vem realizando ingentes esforços para suprir sua demanda energética via oleodutos e gasodutos, a fim de minimizar a dependência do trânsito marítimo pelos estreitos, e obter, assim, uma garantia de maior fornecimento de hidrocarbonetos, vitais para seu crescimento econômico no longo prazo.

De acordo com Nan Li²³, o pensamento naval chinês pode ser dividido em três fases distintas durante a história recente daquele país²⁴, tendo em conta os objetivos principais da doutrina sustentada: a “costa próxima” (near coast), o “mar próximo” (near seas) e o “mar distante” (far seas), representando cada uma destas fases uma estratégia diferenciada acerca da projeção internacional chinesa.

²³ Nan Li é Professor associado no Departamento de Pesquisa Estratégica do Colégio Naval Americano e membro do Instituto de Estudos Marítimos Chineses, do mesmo Colégio. Foi pesquisador da Harvard University e Pesquisador Sênior no Instituto Americano de Estudos da Paz na Universidade Rajaratnam de Estudos Internacionais em Singapura. Recebeu sua titulação de Ph.D em Ciências Políticas pela Johns Hopkins University.

²⁴ The Chinese Navy: Expanding Capabilities, Evolving Roles. *Evolution of Strategy*: from “near coast” to “far seas”. Institute for National Strategies Studies. Washington, D.C, 2011.

Figura 10: Rotas de importação chinesa pelos estreitos em %.



Fonte: *Military and Security Developments Involving the People's Republic of China*. Annual Report to Congress. US Defense Department – Office of The Secretary of Defense. 2011. p. 43.

O objetivo da “costa próxima” caracterizou um período que começou em 1949, estendendo-se até aproximadamente a década de 80. O referido período destacou-se pela defesa do mar territorial chinês, quer dizer das 12 milhas náuticas estabelecidas pela UNCLOS. A preocupação prioritária naquele momento era a defesa da própria costa, e abarcava aproximadamente, 18.000 km quadrados. No auge da Guerra Fria, as atenções estavam dirigidas para fronteira sino-soviética e os atritos que ali poderiam representar ameaças reais à China. O grande objetivo chinês era o de criar uma “capacidade de sobrevivência” a uma Guerra geral com a União Soviética, sendo esta uma estratégia eminentemente defensiva, na possibilidade de assistir operações terrestres. Esse cenário viria a modificar-se com a abertura chinesa e o esgotamento da Guerra Fria.

O período que teve o “mar próximo”, como objetivo estratégico central, teve início nos fins da década de 1970, alcançando o começo da década de 1980. Com a abertura econômica promovida pela China e o conseqüente aumento de sua participação nos mercados internacionais, a área que precisa de controle defensivo às possíveis ameaças existentes, passou das antigas 12 milhas náuticas para um espaço mais abrangente. Este novo espaço viria a englobar as 200 milhas náuticas também convencionadas pela UNCLOS, estendendo-

se, como nos referíamos anteriormente, à Primeira Cadeia de Ilhas, braço insular do glaciário marítimo chinês. Esta nova abordagem requeria um maior incremento das forças navais e do controle marítimo. Tomam maior fôlego neste período, as reclamações chinesas dos Arquipélagos Spratly e Paracel, demonstrando assim, os desejos do país de controlar todo o Mar do Sul da China. Poderíamos resumir esta abordagem estratégica como a da proteção das linhas marítimas vitais para China, em tempos de guerra.

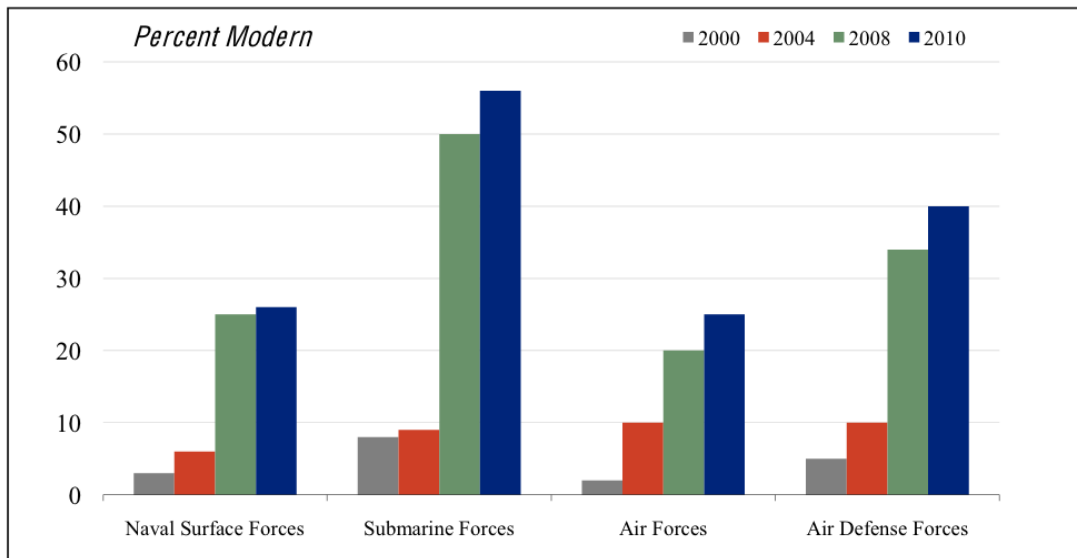
O terceiro e atual período da evolução do pensamento naval chinês tem por objetivo o “mar distante.” Trata-se de uma concepção mais refinada que tem início na década de 1990. Apesar de que muitos teóricos continuam realizando suas análises como se a estratégia chinesa atual fosse ainda a do “mar próximo,” focaremos nossa pesquisa nesta terceira categoria. Esta recente mudança estratégica chinesa seria resultado de um maior investimento governamental tanto em pesquisa militar como na aquisição de novos engenhos bélicos, gerando uma modernização do efetivo militar chinês e conseqüentemente, sua projeção na primeira e segunda cadeia de ilhas.

O aumento do investimento nesta área foi impulsionado por um rápido crescimento do país nas últimas décadas, bem como o avanço tecnológico em termos militares, no mundo. A área de abrangência desta política estratégica englobaria cerca de 1000 milhas náuticas, muito além das áreas marítimas reconhecidas aos países ribeirinhos pelas convenções da UNLCOS, e seria responsável pelo controle do espaço compreendido entre a primeira e a segunda cadeia de ilhas.

Satisfazer as necessidades estratégicas destes novos objetivos obriga a China a possuir uma marinha de grande alcance, ou como refere a literatura internacional, uma *Blue Navy*, marinha de águas azuis²⁵. Este novo objetivo naval chinês não está isento de conseqüências: uma China cada vez mais integrada ao comércio internacional tem que fazer frente não só aos problemas (mais ou menos) controlados com os países fronteiriços ou próximos, mas também àqueles que vieram com a prolongação de seus interesses além das questões regionais.

A Figura 11 permite observar graficamente a modernização das forças militares chinesas na primeira década deste século.

²⁵ Alusão à cor intensamente azul das águas profundas do alto-mar.

Figura 11: Porcentagem de modernização das forças militares chinesas.

PLA Modernization Areas, 2000 – 2010. This graphic compares the expansion of modern operational systems within the PLA in 2000, 2004, 2008, and 2010.

Fonte: *Military and Security Developments Involving the People's Republic of China*. Annual Report to Congress. US Defense Department – Office of The Secretary of Defense. 2011. p. 43.

Esta “modernização” significa a posseção de plataformas²⁶ bélicas em número e qualidade suficientes para permitir “nos combates marítimos, múltiplas missões em ao menos, duas zonas de batalha distintas. No tocante à guerra submarina, seriam precisas plataformas capazes de conter navios na superfície. E finalmente nas forças aéreas, seria necessário contar com uma quarta geração de plataformas do tipo (Su-27, Su-30, F-10).²⁷”

Para Ronald O'Rourke (2011), “a China desde 1990 tem modernizado sua força naval, trocando velhas e obsoletas tecnologias e submarinos ultrapassados, por tecnologias novas e navios com maior capacidade²⁸.” Antes mesmo de analisarmos os objetivos desta modernização, vejamos a distribuição geográfica dos efetivos militares chineses, segundo surge da (Figura 12).

²⁶ Qualquer estrutura militar, veículo ou lugar, que disponha de armas com poder de fogo, preparadas para as guerras ou exercícios militares.

²⁷ *Military and Security Developments Involving the People's Republic of China*. Annual Report to Congress. US Defense Department – Office of The Secretary of Defense. 2011.

²⁸ *The Chinese Navy: Expanding Capabilities, Evolving Roles*. PLAN Force Structure: Submarines, Ships and Aircraft. *Institute for National Strategies Studies*. Washington: D.C, 2011.

Figura 12: Principais efetivos militares



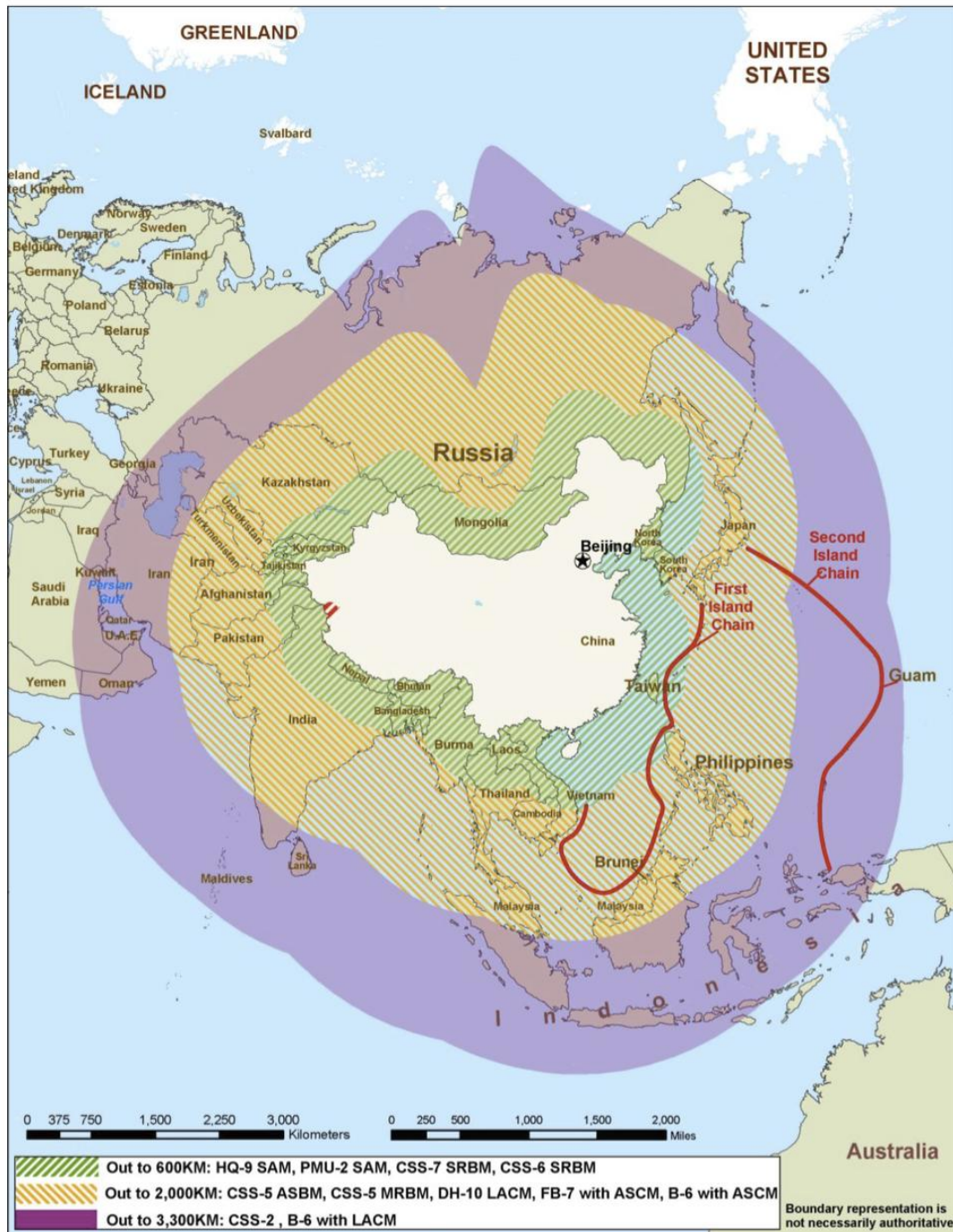
Fonte: *Military and Security Developments Involving the People's Republic of China*. Annual Report to Congress. US Defense Department – Office of The Secretary of Defense. 2011. p. 75.

Na visão de Ronald O'Rourke (2011):

Há um consenso entre os observadores no sentido de que o objetivo de curto prazo militar da China é desenvolver opções militares para enfrentar a situação com Taiwan. Além disto, os observadores acreditam que a China quer que seu exército modernizado seja capaz de agir como uma força de anti-acesso, que possa impedir a intervenção dos EUA em uma crise militar ou em conflitos na área do Estreito de Taiwan, ou na sua falta, atrasar a chegada ou reduzir a eficácia das forças de intervenção norte-americanas, particularmente a força naval e aérea.

Como salientou o autor, esta modernização militar chinesa, além de servir aos interesses mais imediatos no tocante aos seus vizinhos, possui o claro objetivo de deter o avanço das forças militares americanas, presentes no Mar do Sul da China, e aqui nos referimos à Sétima Frota, presente no Pacífico. Na (Figura 13), podemos verificar o que o autor entende como “anti-acesso”.

Figura 13: Capacidade de bloqueio de efetivos inimigos



Conventional Anti-Access Capabilities. The PLA's conventional forces are currently capable of striking targets well beyond China's immediate periphery. Not included are ranges for naval surface- and sub-surface-based weapons, whose employment at distances from China would be determined by doctrine and the scenario in which they are employed.

Fonte: *Military and Security Developments Involving the People's Republic of China*. Annual Report to Congress. US Defense Department – Office of The Secretary of Defense. 2011.

2.4 A CHINA E O (RE) ORDENAMENTO INTERNACIONAL

Por certo sabemos que existem diversificadas formas de avaliar o reordenamento do sistema internacional pós Guerra Fria, que variam de acordo com os paradigmas que utilizamos em nosso campo de estudo, as Relações Internacionais. Se pelo aspecto do paradigma liberal ou idealista, a integração possa ser um fenômeno relevante para se estudar a re inserção chinesa no plano internacional; a relação de interesses definidos em termos de poder é um quadro analítico caro ao realismo e seus derivativos teóricos. O fato é que a discussão se a China vem adotando uma postura mais integracional ou de afirmação perante o sistema internacional, gera longos debates e não afasta a necessidade de estabelecermos um esboço histórico, mesmo que breve.

Fica clara a ruptura estabelecida pela China quando do processo de abertura iniciado sob o comando de Deng Xiaoping. Um país que por muitos anos adotou uma postura mais isolacionista ou de indiferença, é na década de setenta com a tomada de poder por Deng, que mudou este quadro. Todavia, apenas no aspecto econômico. Foi neste aspecto que a China começou a seguir um caminho muito bem definido, que combinava abertura exterior e maior liberdade comercial com um regime autoritário dominado por apenas um partido político, dirigido pelos últimos gerontes sobreviventes da epopéia maoísta.

Nas décadas posteriores, a China conduziu uma abertura ao Investimento Externo Direto, atraindo grandes quantidades de divisas internacionais, terceirizando a produção de muitos países e adotando reformas econômicas internas, principalmente agrárias. Em um curto período de tempo a China veio a se tornar um grande *player* econômico mundial, fazendo pesados investimentos em sua modernização militar que a tornaram também, uma potência militar considerável no plano internacional. O partido único, entretanto, sem perder nada de seu monolitismo e excludente hegemonia política, foi renovando seus quadros com “jovens” (e não tão jovens) tecnocratas.

Contudo o que pretendemos com nosso trabalho é mais um esforço analítico do peso de determinadas políticas externas em detrimento de certas políticas domésticas específicas. Por mais que estas últimas, as políticas domésticas, sejam de grande valia para uma série de pesquisas outras, nossa orientação paradigmática nos leva a abrir mão destas, por isso não faremos um exame profundo de todo o histórico de mudanças internas na China.

O que devemos ponderar é que muitas vezes, as posturas de integração e revisionismo no sistema internacional, podem coexistir perfeitamente quando da execução de uma política

externa, já que os aliados são elementos chave para uma estratégia de cooperação bem definida e, a afirmação, um elemento prioritário àquelas potências que procuram um papel mais revisionista das relações internacionais.

Acreditamos que a China possui um misto de ambas as posições, seja ao procurar aliados regionais que possibilitem maior inserção em discussões estratégicas de âmbito internacional, em um esforço cooperativo, como também busca ser uma liderança regional, ou até mesmo, “o centro gravitacional da região Ásia-Pacífico”.²⁹ Como bem salienta, Jeffrey Legro³⁰ (2010, p. 84):

Há duas visões predominantes sobre a China. A primeira enfatiza o poder chinês e afirma que o desejo do país de uma revisão da ordem internacional crescerá à medida que seu poder relativo aumente a despeito daquilo que Pequim pense atualmente. Nessa visão, os outros países precisam conter a ascensão da China, pois em algum momento o país usará seu poder recém adquirido para desafiar a ordem global. Já a segunda visão enfatiza a crescente interdependência entre a China e o resto do mundo e afirma ser possível evitar o conflito, mediante o fortalecimento das vozes dentro do país que pressionam por liberalização política e acomodação às regras do sistema internacional.

Parece haver no caso chinês um pouco de ambas as posturas, ou seja, da integração e do revisionismo. Ao mesmo tempo em que há uma premente necessidade chinesa pela interdependência econômica e pela integração com países do eixo Ásia-Pacífico, há também um forte investimento em novas tecnologias militares. As mesmas visam construir um glacis marítimo que possa proteger a China das reações externas à sua escalada no poder e ao mesmo tempo garantir uma projeção internacional quase que revisionista e amparada pela sua pujança econômica, buscando voltar a ser o “Império do Meio”. Ao menos, fôlego não falta para animosidades militares com os Estados Unidos, como observaremos mais adiante.

Existem variadas maneiras de um país posicionar-se perante a ordem internacional, ao menos é o que a história nos permite investigar. Assim, de acordo com o mesmo autor:

Quando falamos de intenções, nos referimos àquilo que a China planeja fazer, especificamente seus planos para lidar com a ordem internacional. Em termos gerais, os países lidam com a ordem internacional de três modos: integração, revisão ou distanciamento. O primeiro, integração, refere-se às estratégias nacionais dominantes daquilo que Hedley Bull chamou de “sociedade internacional”. Tipicamente tais países são vistos como potências *status quo*, “satisfeitas” ou “conservadoras”, devido a seu desejo de operar dentro do sistema internacional. Uma segunda categoria inclui países “insatisfeitos” ou “revisionistas”: estes se

²⁹ PAUTASSO, Diego. *A China na Transição do Sistema Mundial: suas relações com EUA e Índia*. Porto Alegre, 2006. (Dissertação Mestrado) UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 10.

³⁰ Ocupa a cadeira Compton de Política Mundial e é diretor do Departamento de Política na Universidade de Virgínia, Estados Unidos.

esforçam para *transformar substancialmente* o sistema internacional. Isso comumente gera conflitos, uma vez que outros países se mostram determinados a defender a ordem vigente. Uma terceira abordagem é a tentativa de se remover ou distanciar da órbita das normas e práticas internacionais prevalecentes, assim como o Japão do período Tokugawa tentou fazer no século XIX, ou como Mianmar tem feito nos últimos anos (LEGRO, 2010, p. 87).

E mesmo se chegarmos ao consenso de que há certa simbiose entre as duas posturas, seja da integração como do revisionismo, acabamos por concordar com Legro quando conclui que: “ambas as respostas são insuficientes, pois fazem projeções lineares: ora o crescimento chinês levará a uma política revisionista marcada pelo conflito, ora levará a uma integração harmoniosa ao sistema internacional.”

2.5 OS ESTADOS UNIDOS E O MAR DO SUL DA CHINA

Restar-nos-ia saber, dada a pré-disposição de a China criar e ainda de alargar o seu “glacis marítimo”, projetando sua marinha em direção às denominadas primeira e segunda cadeias de ilhas, qual seria a posição e os interesses americanos no Mar do Sul da China.

Antes mesmo de adentrarmos na política externa americana voltada ao Pacífico e mais especificamente à China, salientamos que deixaremos de lado os estudos históricos mais aprofundados. Por mais que os apreciemos, não teríamos espaço suficiente para tal dedicação. O que tencionamos é abordar alguns macro-elementos da política externa dos Estados Unidos que possibilitam a compreensão da disposição conflituosa sino-americana, que por consequência gerou fatos extremamente relevantes às relações internacionais, como o *Impeccable Incident*.

Parece-nos inteiramente conveniente que, um dos pontos de partida para o entendimento da tensa relação sino-americana, seja certa mudança no foco estratégico da política externa de Washington, processada recentemente, nestes últimos anos. A captura do principal líder da Al-Qaeda, Osama Bin Laden e certo esgotamento das operações americanas no Oriente Médio, têm dado espaço para outros desdobramentos estratégicos, agora com foco no Pacífico. Ou seja, há um redirecionamento dos efetivos militares americanos, destinados às novas conjunturas internacionais, qual seja uma delas, a ascensão chinesa.

Vejamos o que assevera um relatório recentemente publicado pelo Departamento de Defesa americano, intitulado: *Sustaining U.S Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense*:

Os interesses econômicos e de segurança dos Estados Unidos estão inextricavelmente ligados à evolução do arco que se estende desde o Pacífico Ocidental e do Leste Asiático para a região do Oceano Índico e ao Sul da Ásia, criando um *mix* de desafios e oportunidades. Assim, o exército dos EUA continuará a contribuir para a segurança global, na tentativa de reequilibrar a região Ásia-Pacífico. Nossas relações com os aliados asiáticos e parceiros-chave são essenciais para a futura estabilidade e crescimento da região. Vamos enfatizar nossas alianças existentes, que fornecem uma base vital para a segurança da região Ásia-Pacífico. Também vamos expandir as nossas redes de cooperação com parceiros emergentes em toda a Ásia-Pacífico para garantir a capacidade coletiva de assegurar interesses comuns. Os Estados Unidos também está investindo em uma parceria estratégica de longo prazo com a Índia para apoiar a sua capacidade de servir como uma âncora econômica regional e de segurança na região mais ampla do Oceano Índico. Além disso, vamos manter a paz na Península Coreana, eficazmente trabalhando com aliados e outros estados regionais para prevenir e defender-nos contra das Coreia do Norte, que está buscando ativamente um programa de armas nucleares.³¹

Esta atenção estratégica dirigida ao Pacífico e mais especificamente, à China, vem acompanhada de uma série de elementos que a justificam, tais como os fatores econômicos, dadas as características já lembradas do Mar do Sul da China e a importância daquela região para o fluxo comercial de vários países.

O que gostaríamos de ressaltar é a renovada disponibilidade americana para desenvolver as antigas parcerias, sem esquecer novos aliados. Por certo, qualquer país considerado como uma pequena ou média potência, ao observar uma inesperada escalada militar de seu vizinho, ficaria receoso e buscaria, no caso de fragilidade militar de sua parte, um aliado a altura para contrapor uma possível ameaça chinesa.

Há inegavelmente, como o próprio relatório supracitado afirma certa desconfiança motivada pelo crescimento das forças militares chinesas, ao mesmo tempo em que não estão claros os objetivos estruturais deste crescimento. Todavia, os fatos demonstram que esta apreensão não é injustificada, ver (Figura14). Na virada do século, houve um incremento significativo nas tensões sino-americanas, em diversos episódios, mesmo que rápidos, mas com grande significação para o ulterior desenvolvimento das relações e da segurança internacionais.

³¹ *Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense.* Defense Department. Estados Unidos. Janeiro, 2012.

Figura 14: Incidentes envolvendo China e EUA – Mar do Sul da China.



Note: Locations are approximate

Fonte: The Chinese Navy: Expanding Capabilities, Evolving Roles. Institute for National Strategies Studies. Washington, D.C, 2011.

Na sequência do relatório, há uma clara afirmação no tocante a necessidade, não apenas da presença americana nas águas do Oceano Pacífico, mas sim de garantir a influência que desta presença possa decorrer. Ao mesmo tempo em que a China busca construir o seu *glacis* marítimo, se articula a condigna reação americana que procura reestabelecer sua influência.

Como veremos no decorrer do trabalho, a tônica da manutenção do livre comércio e da livre navegação, inclusive a militar, é constante no discurso americano, bem como afirma o relatório:

A manutenção da paz, da estabilidade, do livre fluxo do comércio e da influência dos EUA nesta região dinâmica, dependerá em parte de um saldo estrutural da capacidade e presença militar americana. Em longo prazo, a China como potência regional terá o potencial de afetar a economia dos EUA e nossa segurança, de formas variadas. Os dois países têm um interesse forte em paz e estabilidade na Ásia Oriental e um interesse em construir uma relação de cooperação bilateral. No entanto, o crescimento militar chinês deve ser acompanhado por uma maior clareza das suas intenções estratégicas, a fim de evitar atritos na região. Os Estados Unidos vão continuar a fazer os investimentos necessários para garantir o acesso regional e a capacidade de operar livremente de acordo com as leis internacionais. Trabalhando em estreita colaboração com a nossa rede de aliados e parceiros, continuaremos a promover uma ordem internacional que garanta a estabilidade básica e incentive a ascensão pacífica de novas potências, o dinamismo econômico e a construção de uma defesa cooperativa.³²

2.6 O DILEMA: OFENSIVO *VERSUS* DEFENSIVO

Na tensa relação sino-americana no Mar do Sul da China, Beijing e Washington têm adotado uma postura ofensiva ou defensiva? Parece-nos que a tarefa de enquadrar uma política externa nos parâmetros citados, seja particularmente complexa, pois “os Estados dificilmente interpretam com clareza as intenções entre eles. Os mesmos não sabem com alto grau de certeza quando eles estão lidando com Estados revisionistas ou *status quo*.”³³ Todavia, para que tal tarefa torne-se menos árdua, existem os paradigmas, que em nossa disciplina, as Relações Internacionais, tornam-se indispensáveis para analisarmos as políticas externas adotadas pelos Estados Nacionais e a partir daí, verificarmos as consequências decorrentes de tais políticas. Esta análise torna-se relevante para compreendermos a posição americana no Mar do Sul da China.

³² *Sustaining U.S Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense*. Defense Department. Estados Unidos. Janeiro, 2012.

³³ MEARSHEIMER, John. The Gathering Storm: China's Challenge to US Power in Asia. *The Chinese Journal of International Politics*, v. 3. 2010.

Primeiramente tomemos a China como foco de nossa análise. Os elementos que poderiam categorizar a política externa chinesa, como ofensiva, seriam:

- i) a apurada sensibilidade em construir um “glacis marítimo” abrangendo o espaço compreendido entre as já referidas duas cadeias de ilhas. Em consonância com esta elaboração geoestratégica devemos aliar o desenvolvimento de uma tecnologia militar, apta para o adequado controle deste espaço. Um país que até poucas décadas não possuía uma marinha de longo alcance, se não uma marinha costeira, tem feito consideráveis esforços e investimentos para criação de uma verdadeira “marinha de águas azuis”;
- ii) tal transformação da marinha chinesa já foi referida na parte de nosso texto dedicada ao “pensamento naval chinês”, lugar onde expusemos como tem se desenvolvido o pensamento aplicado na prática, em termos de modernização militar e conseqüente amplitude do conceito de marinha e principalmente das ações carreadas pela mesma no Oceano Pacífico. Vejamos o que afirma Jonh Mearsheimer (2010, p. 384)³⁴:

Consideremos o que a China vem fazendo hoje. Estão construindo forças militares que possuem uma significativa capacidade de projeção de poder. Por exemplo, os chineses estão projetando suas forças navais para a chamada segunda cadeia de ilhas no Oceano Pacífico e planejando construir, assim, uma marinha de águas azuis que possa operar também no Mar Árábico e Oceano Índico. Por razões compreensíveis, os mesmos querem estar aptos a proteger suas linhas marítimas para não depender da marinha americana em qualquer tipo de missão que se faça necessária. Claro que muitos líderes chineses acham que sua marinha está orientada para um fim eminentemente defensivo, mesmo esta possuindo considerável capacidade agressiva/ofensiva.

- iii) A reivindicação total do Mar do Sul da China e seus arquipélagos Spratly e Parcel, como referido no (Capítulo 1) do presente trabalho, configura-se, sem incorrer em qualquer espécie de exagero, em elemento ofensivo da política externa chinesa. Apesar de a China adotar muitas vezes um discurso de respeito às normas internacionais, Pequim não parece observá-las em suas relações com os seus vizinhos, os Estados ribeirinhos ao Mar do Sul da China, que por direito, também reivindicam porções daquele braço de mar;

³⁴ MEARSHEIMER, John. The Gathering Storm: China's Challenge to US Power in Asia. *The Chinese Journal of International Politics*, v. 3. 2010.

- iv) a disposição conflituosa da China com terceiras potências no Mar do Sul da China, como no caso do Impeccable Incident, também se constitui em um fato de extrema importância no caso de categorizarmos a política externa chinesa dentro de um espectro mais ofensivo do que propriamente defensivo.

Todos estes elementos poderiam ser considerados como plenamente explicáveis dentro de um paradigma mais realista, visto que a China busca certa hegemonia na região Ásia-Pacífico, para a manutenção de sua própria sobrevivência, como lembra John Mearsheimer (2010, p. 387):

Para ser mais específico, a situação ideal para qualquer grande potência é ser hegemônica no sistema, porque assim sua sobrevivência estará garantida. Um país hegemônico é tão poderoso que domina os demais países ao seu redor. Em outras palavras, nenhum outro Estado terá apetite para enfrentá-lo. Em essência, um país hegemônico é o único grande poder no sistema.

O que não podemos desconsiderar é que talvez a China esteja percorrendo o mesmo caminho que os Estados Unidos outrora perfilou, com a expansão de seus exércitos pela conquista de novos territórios e de mares, tornando-se a potência hegemônica global. O mesmo autor pondera: “Eu espero que a China aja da mesma forma em que os Estados Unidos agiu historicamente. Especificamente, eu acredito que a China tentará dominar a região Ásia-Pacífico assim como os Estados Unidos dominaram o hemisfério ocidental. A China tentará garantir seu poder regional para que nenhum *player* local ou terceira potência (grifo nosso) ameace sua hegemonia.”

A questão que passa a predominar é como os Estados Unidos irão reagir frente a possibilidade de um avanço ofensivo por parte da China, já que a história nos mostra que os Estados Unidos nunca admitiram um “parceiro competidor” no sistema internacional, na tentativa de sempre estar à frente. Assim, ao menos, manteve sua hegemonia na totalidade do século XX.

Voltando, no entanto, a Washington, lembramos em primeiro lugar que a presença americana no Pacífico é histórica. A necessidade de controle daquela região no contexto da Guerra Fria foi impulsionada pela escalada da tecnologia militar, seja pelos Estados Unidos, como pela União Soviética. A política de contenção aos soviéticos era necessária para refrear os ânimos de uma possível catástrofe nuclear. Assim, os Estados Unidos forjou a maior marinha do mundo, com sua presença global amparada com uma variedade de acordos diplomáticos e militares com diversos países, (entre eles os países que são de nosso interesse,

no Sudeste Asiático). Foi justamente um confronto ideológico que veio a corroborar a presença militar americana em diferentes regiões do globo: a necessidade de se conter o comunismo, principalmente com o lançamento da *Strategic Defense Initiative* (Iniciativa de Defesa Estratégica), que visava refrear qualquer ataque nuclear, política desenvolvida pelo governo de Ronald Reagan.

A grande diferença é que na atualidade a agenda das ideologias não tem mais a mesma importância de outras épocas, mas quanto ao apetite pelo poder, não acreditamos que tenha reduzido seu espaço. Bem pelo contrário, pensamos que ele tem aumentado cada vez mais, com as novas tecnologias disponíveis.

2.6.1 A Posição Americana no Mar do Sul da China

E se a China estivesse tentando construir sua hegemonia na região Ásia-Pacífico, o que poderíamos esperar dos Estados Unidos em termos de uma reação à escalada de poder chinesa? Quais seriam os interesses americanos no Mar do Sul da China, que justificariam uma reação?

Talvez estejamos também inclinados a categorizar a política externa americana adotada no Mar do Sul da China, como, ofensiva. E não que condenemos este tipo de política, visto que na lógica realista é a que melhor explica o complexo fenômeno do poder no âmbito das relações internacionais. Partimos da premissa que os Estados Unidos tentará, de qualquer forma, conter o avanço chinês, não permitindo que uma nova potência desponte no sistema internacional, pela pura e simples exigência de manter sua hegemonia global, ainda que não tenha sido posta em cheque, quando menos está ameaçada com “jogadas consistentes” por parte da China, que investe pesadamente em seus exércitos e principalmente, sua marinha de guerra.

John Mearsheimer (2010, p. 390) nos traz uma interessante e curiosa reflexão: “em essência, os Estados Unidos tenderão a agir em direção à China assim como o fez contra a União Soviética durante a Guerra Fria”. Ou seja, os Estados Unidos estariam dispostos a criar uma espécie de contenção do poder naval chinês, construindo políticas e firmando acordos militares com países da região, assim como já mantêm com o Vietnã, Singapura, Japão e Índia, entre outros, e até mesmo com outros um pouco mais distantes do epicentro da tensão sino-americana, como a Austrália. E continua: “**os vizinhos da China estão certamente preocupados com a ascensão chinesa e farão o possível para contê-la.**” (grifo nosso)

2.6.2 O Caso das Ilhas Senkaku

Seguindo-se a linha de raciocínio do referido autor, um bom exemplo seria o caso do Japão e as ilhas *Senkaku* (Figura 15), que toma lugar sugestivo na disputa sino-americana, por ser o Japão uma potência militar nada desprezível e um importante aliado americano.



Algumas notícias recentemente publicadas na mídia internacional³⁵ dão conta da importância do Japão como um importante player nas águas perigosas do Mar do Sul da China. Há algumas décadas, China e Japão vêm travando uma disputa, que mais recentemente aprofundou-se com nacionalismos de ambos os lados, pelas Ilhas Senkaku, ou Diaoyu (para os chineses), localizadas ao leste de Taiwan e a oeste de Okinawa. O Japão possui o controle oficial daquelas ilhas desde 1895, após a guerra sino-japonesa, onde a China cedeu as mesmas ao Japão. Todavia, no contexto da Segunda Guerra, elas passaram ao controle dos Estados Unidos, de 1945 até 1972, ano em que foram repassadas novamente ao controle japonês, pelos americanos.

³⁵ LE MONDE: Disponível em: <http://www.lemonde.fr/japon/article/2012/08/18/pekin-demande-au-japon-de-cesser-immediatement-ses-actions-contre-sa-souverainete_1747492_1492975.html>. Acesso em: 20 jul. 2012.

LE MONDE: Disponível em: <http://www.lemonde.fr/idees/article/2012/07/27/pekin-impose-sa-loi-en-mer-de-chine_1739178_3232.html>. Acesso em: 20 jul. 2012.

LE MONDE: Disponível em: <http://www.lemonde.fr/japon/article/2012/07/20/les-propriteaires-des-iles-senkaku-veulent-les-ceder-a-tokyo-d-ici-2013_1736431_1492975.html>. Acesso em: 20 jul. 2012.

Na mesma condição que os arquipélagos Spratly e Paracel, as ilhas Senkaku estão dispostas em uma área geopoliticamente interessante, visto que aquele que possuir o domínio das mesmas, terá a sua disposição uma potencial reserva de hidrocarbonetos sólidos e gasosos, segundo anúncio da Organização das Nações Unidas em 1971, além do direito de exploração pesqueira e domínio de uma área sensível, devido ao fluxo comercial que orbita a ilha. A reclamação chinesa remonta há alguns séculos de história, pois afirmam que possuiriam o controle das ilhas desde o século XIV.

Tais posições já geraram tensionamentos relevantes entre os dois países. Talvez o mais marcante tenha ocorrido em sete de Setembro de 2010, quando uma embarcação chinesa (Minjinyu 5179) colidiu com patrulhas da Guarda Costeira japonesa nas águas disputadas, perto das ilhas Senkaku. A partir de então a crise diplomática sino-japonesa aprofundou-se.

Mais recentemente, no dia 11 de Julho de 2012, três navios chineses: (Yuzheng 202), (Yuzheng 204) e (Yuzheng 35001) estavam navegando nas águas territoriais japonesas, perto das ilhas Senkaku, até serem identificados pela Guarda Costeira japonesa, que logo em seguida ordenou que tais embarcações dali se retirassem. A ordem não foi obedecida de pronto e a crise diplomática intensificou-se.

A derradeira pergunta: se compararmos estes eventos com seus similares no Mar do Sul da China, envolvendo Estados Unidos e China, seria no caso das ilhas Senkaku, este último episódio referido, um *Impeccable Incident* à inversa? Ou seja, os argumentos utilizados pela China, quando da incursão do navio americano USNS no perímetro de suas duzentas milhas náuticas, seria mero discurso? Salientemos ainda que tais embarcações estavam no mar territorial chinês e não nas duzentas milhas.

Citar o caso japonês das ilhas Senkaku torna-se interessante, mesmo que de forma rápida, já que a China possui relações tensas, não só com os Estados Unidos e com seus países ribeirinhos, mas com terceiras potências nem tão distantes, como o Japão.

Aqui mais um exemplo formidável da disposição chinesa em avançar com sua marinha pelas primeira e segunda cadeias de ilhas a que já nos referimos. Ao penetrar nas águas territoriais japonesas, questionamos se os objetivos da marinha chinesa são realmente, apenas, defensivos? Acreditamos que não. O Japão deve ser entendido como um elemento relevante a figurar na relação sino-americana. Tal parceria serve tanto para reforçar a necessidade americana no Pacífico como para demonstrar que os Estados Unidos possuem um intermediário militar em suas relações com a China. Em tempos de eleição americana, onde a cautela é recomendada, talvez o Japão sirva como um termômetro para medir a disposição

chinesa no Mar do Sul da China. Este tripé acaba por se parecer com o mesmo papel de Israel e a relação americana com o Irã. Assim como Israel é uma espécie de player intermediário naquela intrincada geopolítica do Oriente Médio, talvez seja o Japão, o player asiático, guardando-se as devidas proporções.

A formação de alianças e no caso em específico, com países da região, por parte dos Estados Unidos é uma condição clássica das relações internacionais. Os Estados mais fracos em termos de poder militar tendem a buscar alianças com Estados mais fortes. Ou seja, quando uma ameaça é percebida, as alianças tornam-se comuns. A história não nos deixa enganar, com variados exemplos. Em tal sentido são claras as palavras de Stephen Walt (1985, Pág. 3)³⁶ sobre as alianças: “Alianças são mais comuns vistas como respostas às ameaças presentes, mesmo que aja um desacordo entre os Estados acerca do que exatamente seja esta ameaça. As alianças podem ser formadas tanto contra a ameaça de um Estado, como juntamente com aquele que ameaça.”

Reforçamos aqui a dificuldade de estabelecer na relação sino-americana o papel de ameaçado e ameaçador. Acreditamos que existem elementos que colocam os dois países como ameaçadores, visto que podemos observar duas políticas externas ofensivas em conflito no mesmo espaço, o Mar do Sul da China.

2.7 OS INTERESSES AMERICANOS NO MAR DO SUL DA CHINA

Quais seriam os interesses americanos no Mar do Sul da China? Acreditamos que existam dois interesses, um de ordem principista e outro de ordem pragmática, com diversos desdobramentos.

O primeiro refere-se a condição dos Estados Unidos enquanto única potência hegemônica global e a consequente manutenção deste *status quo*. Como bem lembra, Lee Lai To³⁷ (2003, p. 27)³⁸:

Sendo a única superpotência do pós Guerra Fria, os Estados Unidos possuem a capacidade para estar presente em diversificadas regiões estratégicas. Especificamente, sua Sétima Frota, presente no Mar do Sul da China, pode conduzir manobras militares e de pesquisas, sem qualquer dificuldade.

³⁶ WALT, Stephen. Alliance Formation and the Balance of World Power. *International Security*, v. 9, 1985.

³⁷ Diretor do Departamento de Ciências Políticas da Universidade de Singapura.

³⁸ LEE LAI TO. China, the USA and the South China Sea Conflicts. *Security Dialogue*, v. 34, mar. 2003.

Vejamos na (Figura 16), um comparativo entre os efetivos militares americano e chinês.

Figura 16: Comparativo entre efetivos militares chineses e americanos (2010)
MIGHT AND POWER IN THE PACIFIC: CHINA v THE UNITED STATES



Fonte: The Australian

Ou seja, a manutenção de suas atividades militares em diversas regiões do globo é uma vantagem tanto simbólica como material. Mas e mais que um símbolo, porque tal presença deve ser mantida em capacidades funcionais e operativas, para o controle das instabilidades regionais que estão conectadas com o direcionamento estratégico da política externa americana. Trata-se de um fator político extremamente relevante para compreendermos o fenômeno das relações sino-americanas, sejam estas cooperativas ou conflituosas.

Todos os outros elementos que figuram na agenda americana passam pela manutenção de sua hegemonia. Sem a mesma, os Estados Unidos não conseguiriam manter a liberdade de navegação naquele mar, nem o controle das linhas marítimas de comunicação e muito menos de seus aliados regionais. A ausência da percepção dos Estados Unidos como uma superpotência “garantidora” da paz, pelos Estados ribeirinhos, geraria desconfiança nos mesmos, que estão sensibilizados com avanço militar chinês.

O segundo elemento seria a conjunção de diversificados interesses, tomando destaque o econômico. Como já aludido anteriormente, o Mar do Sul da China é uma das linhas marítimas de maior fluxo internacional de navios. Sendo os Estados Unidos um dos principais parceiros comerciais da China, não seria duvidosa a necessidade de que esta região se

mantenha livre à navegação e distante de conflitos marítimos que possam minar as relações comerciais.

Como pondera Bonnie Glaiser (2010), “a cada ano trafegam pelo Mar do Sul da China cerca de \$ 5.3 trilhões, sendo deste total, \$ 1.2 trilhões, a fatia americana. Qualquer atrito nesta região, mesmo que pequeno, já poderia auxiliar, por exemplo, o aumento significativo dos seguros comerciais, provocando também certa instabilidade na região.” Imaginemos, no entanto uma crise de grande proporção que gerasse o bloqueio geral daquele mar, uma das principais rotas mercantis do mundo.

Segundo Jonathan Odom (2011)³⁹:

Baseado em discursos públicos de oficiais americanos em encontros e fóruns internacionais com suas contrapartes na região Ásia Pacífico, os principais interesses dos Estados Unidos no Mar do Sul da China são quatro: 1) o respeito pelo direito internacional, 2) a liberdade de navegação, 3) a segurança e estabilidade e 4) o livre comércio para o desenvolvimento das economias.

De acordo com Bonnie Glaser (2010)⁴⁰, “Os Estados Unidos possuem interesses significativos no Mar do Sul da China, quais sejam: políticos, segurança regional e econômicos. Assegurar a liberdade de navegação é outro interesse crítico, não apenas dos Estados Unidos, mas também dos países ribeirinhos.” A liberdade de navegação que interessa aos americanos, é tanto a de tipo mercantil como também a de efetivos militares, nas duzentas milhas náuticas ou Zona Econômica Exclusiva, da China. Já Beijing descarta a navegação de embarcações americanas nas referidas milhas convencionadas, apesar de não ser o seu mar territorial.

A percepção dos países ribeirinhos, quanto a presença americana no Mar, em sua maioria tende a ser positiva, visto que na ausência de uma grande potência militar como os Estados Unidos, tais países deveriam recorrer a uma escalada de armamentos, na tentativa de contrapor qualquer ameaça por parte da China à segurança regional e à liberdade de navegação. “Os aliados americanos, ribeirinhos ao Mar do Sul da China, olham os Estados Unidos como elemento chave na manutenção do comércio livre e da segurança das Linhas Marítimas de Comunicação, bem como a manutenção da paz na região.

³⁹ ODOM, Jonathan. *Where's the Stake? U.S. Interests in the South China Sea*. Hanoi, 2011.

⁴⁰ GLASER, Bonnie. *Armed Clash in the South China Sea. Council on Foreign Relations – Contingency Planning Memorandum*, New York, n. 14, 2012.

Complementando:

Os Estados Unidos podem proteger a paz e segurança regionais, resguardando o acesso crítico às Linhas Marítimas de Comunicação. A inabilidade dos Estados Unidos em projetar o poder suficiente na região poderia alterar significativamente o cálculo de segurança para todos os países no Mar do Sul da China. Em caso de enfraquecimento da presença americana e sua consequente vulnerabilidade em detrimento da modernização militar chinesa, os demais Estados poderiam ficar na dúvida de uma possível parceria com a então poderosa China.⁴¹

Apesar de os elementos analisados parecerem fundamentar uma posição ofensiva dos Estados Unidos no confronto sino-americano, não devemos negligenciar a dimensão cooperativa. Assim afirma Bonnie Glaser (2010), para quem: “outro interesse americano está ligado a relação cooperativa com a China. Os Estados Unidos possui o objetivo de preservar a estabilidade nas relações com a China.” Ainda que contraditória com outros elementos de sua política exterior esta dimensão cooperativa não é menos importante. Todavia, o pessimismo metodológico do realismo nos instiga a desconfiança neste último elemento.

Pessimismo este, decorrente de alguns elementos que abordamos neste capítulo, que nos leva a corroborar o título do mesmo: águas azuis, mas perigosas. Mesmo havendo qualquer resquício de paz entre Washington e Beijing e sua relação no Mar do Sul da China, ponderamos que não é o suficiente, ao menos não tem sido, para desviar qualquer tipo de desentendimento ou conflito entre os dois países. A China, por um lado, como vimos, vem construindo o seu “glacis marítimo protetor”, a fim de garantir a presença da marinha chinesa naquelas águas e principalmente, o controle efetivo destas. O pensamento naval chinês desde sua gênese, até o seu desenvolvimento mais atual, o do “mar distante”, é um forte indício que nos gera uma dúvida: há limite para este mar distante?

Por outro lado, há os Estados Unidos, consternados com a segurança regional naquela linha marítima e principalmente com as possíveis ameaças decorrentes do avanço chinês nas primeira e segunda cadeias de ilhas e os reflexos que tal avanço possa gerar, direta ou indiretamente, na hegemonia americana.

Tais elementos condicionam um cenário incerto, com mais dúvidas do que certezas. O que nos restaria para compreender se tais incertezas, ou melhor, a disponibilidade ao conflito, seria averiguar se a mesma é um padrão na relação sino-americana. Mas antes de adentrarmos nesta questão, passaremos a abordar o *Impeccable Incident* – que em nossa pesquisa fornecerá a carga exemplificativa e empírica da tensa relação sino-americana, sendo o resultado das

⁴¹ KAPLAN, Robert; CRONIN, Patrick. *Cooperation from Strength. The United States, China and the South China Sea*. Center for a New American Security. Washington, 2012.

incertezas naquela região, tal fato pode representar muito mais do que o singelo cruzamento de embarcações chinesas e americanas, como veremos.

3 UM CASO EXEMPLAR

O presente capítulo busca explorar o Impeccable Incident e os elementos que o tornam exemplar para a nossa pesquisa, sendo o principal deles o fato de ser o ocorrido uma importante evidência empírica da tensa relação sino-americana no Mar do Sul da China. Para tanto, tencionamos historiar o incidente, comparar as visões oficiais dos governos americano e chinês, bem como de fontes secundárias. Na base conclusiva do capítulo buscamos relatar *en passant* como o incidente foi gerenciado pelos dois países e o que o mesmo representa às relações sino-americanas.

3.1 “IMPECCABLE INCIDENT”

Impeccable Incident. Duas palavras que separadas, não dizem nada. Juntas, representam um dos mais recentes atritos políticos entre duas grandes potências mundiais: Estados Unidos e China, em uma área cuja sensibilidade geopolítica tem se tornado alvo dos estudos de inúmeros especialistas e principalmente de tomadores de decisões políticas a mais alto nível dos países implicados. Pois com essas duas palavras ficou reconhecido mundialmente o incidente entre o navio USNS Impeccable e embarcações chinesas no Mar do Sul da China, na proximidade da ilha de Hainan e a uma distância de 75 milhas da costa chinesa.

É no mar do sul da China que faz brotar inúmeras questões geopolíticas no transcorrer do “jovem” século XXI. Antes mesmo de adentrarmos no incidente propriamente dito, temos de esclarecer que não o faremos pela ótica restrita do direito internacional.

O que vislumbramos é abordar os aspectos políticos e estratégicos envolvidos no Impeccable Incident e que nos parecem uma amostra significativa dos perigos que espreitam as conflituosas relações sino-americanas no Mar do Sul da China. Incidente é um evento, um fato que sobrevém no transcurso de um acontecimento principal, qual seja a “disputa sino-americana”, em águas conflituosas e como veremos perigosas.

Como assevera Ji Guoxing (2009)⁴² “O Impeccable Incident” constitui-se como a mais séria fricção entre a China e os Estados Unidos desde a colisão de aviões militares⁴³ dos dois países na ilha de Hainan em Abril de 2001.” Juntamente com o incidente já referido pelo autor, o Impeccable mostra claramente as diferenças de entendimentos entre os dois países na implementação da Convenção das Nações Unidas para o Direito Marítimo, UNCLOS⁴⁴ por sua sigla em inglês. Vejamos na (Figura 17 e 18) de forma mais precisa a localização geográfica do Impeccable Incident.

Figura 17: Local do Impeccable Incident (Mar do Sul da China)⁴⁵



Fonte: Google Earth

A pouca disposição para o entendimento entre os dois países em uma área extremamente peculiar no tocante aos fatores geopolíticos, implica a necessidade de analisarmos cuidadosamente as motivações e interesses sino-americanos naquela região, todavia neste capítulo, focaremos o incidente em si, seus detalhes e suas versões, a fim de

⁴² JI GUOXING. The Legality of the “Impeccable Incident”. *China Security*, Washington, v. 5, 2009.

⁴³ Colisão entre um avião dos EUA EP-3 de vigilância e um caça chinês em 1 de abril de 2001. No encontro de 2001, o piloto chinês morreu depois que seu avião de combate caiu. O aparelho da Marinha americana foi tão danificado que fez um pouso de emergência na Ilha de Hainan, na China. A tripulação dos EUA, no total de 24 pessoas, foi detida pelos militares chineses por 11 dias, até que logo após Washington manifestou o seu pesar. China se recusou a permitir que pessoal dos EUA fosse a Hainan para consertar o avião da Marinha e voar com ele para fora da ilha. Finalmente o aparelho foi enviado para casa em pedaços. (ROSENBERG 2011).

⁴⁴ UNCLOS (United Nations Convention on the Law of the Sea) – celebrada na Jamaica em 1982. Tratado Multilateral acerca do Direito Marítimo que regula tudo o tocante (mar territorial, zona econômica exclusiva, plataforma continental...) conceitos estes herdados do Direito Internacional. Começou a vigorar efetivamente em 1994.

⁴⁵ Disponível em: <http://theredhunter.com/2009/03/a_challenge_from_china.php>. Acesso em: 19 jul. 2012.

estabelecer um nexu de base empírica quanto ao aprofundamento da “disputa sino-americana” no Mar do Sul da China.

Figura 18: Localização Impeccable Incident, ilha de Hainan e Base de Sanya



Fonte: The Economist

Por certo, há uma mudança no eixo estratégico militar americano que se vincula a projeção externa da China que, a partir do momento em que adquiriu estabilidade política interna, vem desenvolvendo um plano ambicioso de crescimento econômico voltado principalmente para o incremento de exportações e o aumento no investimento externo direto.

No entanto, a manutenção desta presença passa a ser estratégica no momento em que a China aumenta sua projeção internacional, tendo no Mar do Sul da China, uma região de extrema importância para sua projeção o que a leva certamente a criar uma base mais sólida em termos militares, principalmente com uma Marinha de alto alcance (Blue Navy) – fator este que implica um novo entendimento ou até mesmo preocupação por parte dos Estados Unidos. O Impeccable Incident constitui-se como fato extremamente oportuno para esboçarmos uma compreensão mais apurada das percepções sino-americanas do Mar do Sul da China.

3.2 USNS IMPECCABLE (T-AGOS 23)

Antes mesmo de adentrarmos nos fatos ocorridos em março de 2009, ponderamos relevante elucidar maiores informações sobre o navio americano denominado *USNS Impeccable* (T-AGOS 23), que porventura veio a identificar a contenda que nos ocupa. O

referido navio é parte integrante da Sétima Frota. Esta é a maior frota da marinha americana, que conta com cerca de 70 navios, 300 aviões e um efetivo de aproximadamente 40.000 soldados da marinha.⁴⁶ A mesma foi criada em 1943 e opera nos oceanos Pacífico e Índico. Vejamos na (Figura 19) uma foto do respectivo navio.

Figura 19: Foto (USNS Impeccable T-AGOS-23)



Fonte: Military Sealift Command - Ship Inventory

A denominação T—AGOS significa que o navio é parte integrante de uma operação de suporte na identificação de atividades de submarinos que possam representar ameaças à frota americana em sua área de operações. Os navios T-AGOS utilizam um sonar de alta tecnologia para captar por métodos acústicos, variados tipos de informação sobre atividades submarinas e também possui equipamentos eletrônicos para transmitir os sinais coletados às suas bases, via satélite.⁴⁷

No entanto, o referido tipo de navio não possui armamentos e muito menos o objetivo de ser uma embarcação de guerra ou de confrontamentos bélicos. Seu objetivo é a pesquisa por métodos específicos, de possíveis ameaças submarinas, principalmente aqueles que tenham como setores táticos submarinos nucleares. Como ressalta Valencia, (2009)⁴⁸: “a missão do USNS Impeccable é a de utilizar de forma passiva seu sonar de baixa frequência com fins de detectar possíveis ameaças no oceano, principalmente advindas de operações de submarinos nucleares”. A China, por sua parte, alega que a coleta dos referidos dados tem por

⁴⁶ Disponível em: <<http://www.c7f.navy.mil/forces.htm>>. Acesso em: 7 mar. 2012.

⁴⁷ Disponível em: <<http://www.msc.navy.mil/factsheet/t-agos.htm>>. Acesso em: 8 mar. 2012.

⁴⁸ VALENCIA, Mark. The Impeccable Incident: Truth and Consequences. *China Security*, Washington, v. 05, 2009.

objeto a “preparação do campo de batalha” pelos Estados Unidos, o que tornaria os navios do tipo T-AGOS embarcações beligerantes, na visão dos chineses.

3.3 OS FATOS

Segundo Thayer (2010, p. 75)⁴⁹ “Em Março de 2009, os Estados Unidos enviou o USNS Impeccable ao Mar do Sul da China para conduzir uma “pesquisa científica militar” relacionada com a operação de submarinos chineses e atividades correlatas na Base Naval de Yulin.”⁵⁰ O USNS Impeccable reportou estar operando por volta de 75 milhas náuticas perto de Hainan, quando no dia 5 do mês de Março, uma fragata do exército chinês cruzou pelo USNS Impeccable em uma distância muito pequena, sem um contato prévio pelo sistema de rádio. Duas horas após, um avião chinês (Y-12) repetidamente sobrevoou o USNS Impeccable a baixa altitude. Estes dois fatos antecederam o que ficou reconhecido como Impeccable Incident.

O mesmo autor pondera que “no dia 07 de Março, um navio de coleta de informações (inteligência) da marinha do Exército Popular Chinês contactou o USNS Impeccable via rádio, informando ao Capitão que o navio americano estava conduzindo “operações ilegais” e caso a embarcação americana não deixasse o local, “deveria atener-se às consequências”. No dia seguinte, cinco embarcações chinesas cercaram o USNS. Duas das embarcações aproximaram-se do USNS até 15 metros de distância, levantando bandeiras chinesas e ordenando que o navio americano deixasse o local. Quando uma das embarcações chinesas chegou mais perto do USNS, a mesma foi revidada com jatos de água a pressão, advindos de uma mangueira do navio americano.

Após o ocorrido, o USNS solicitou às embarcações chinesas a passagem segura pelo local, que não foi permitida pelas embarcações, pois pararam em frente ao navio americano, obrigando o mesmo a realizar uma manobra de parada total da embarcação (emergency full stop).” Até aqui, o que entendemos como o fato concreto do Impeccable Incident é justamente

⁴⁹ THAYER, Carlyle. The United States and Chinese Assertiveness in the South China Sea. *Security Challenges*, v. 6, n. 2, p. 69-84, 2010.

⁵⁰ A Base Naval de Yulin (também extra-oficialmente conhecida como Sanya Naval Base) está localizada em Sanya, cidade mais ao sul da China, na Ilha de Hainan. A base de Yulin originalmente servia como uma instalação de submarinos convencionais, localizada na margem leste da baía de Yulin. Nos últimos anos, a base naval tem-se expandido para a YalongBay, onde há uma frota de superfície e uma base de submarinos nucleares, recentemente alocados. A base naval é uma das bases mais importantes da Marinha do Exército Popular chinês (PLA em Inglês), estrategicamente localizada perto dos Arquipélagos Paracel e Spratly e das ilhas Nansha, no Mar do Sul da China, bem como, do Estreito de Malaca, rota importante para o comércio chinês. Disponível em: <<http://www.sinodefence.com/navy/facilities/yulin.asp>>. Acesso em: 30 mar. 2012.

a aproximação destas cinco embarcações e os fatos sucedidos desde então, com o revide do navio americano e as consequentes manifestações dos governos americano e chinês, o que gerou se não uma crise diplomática maior, quanto menos um estremecimento nas relações pela falta de confiança e transparência recíprocas.

3.4 AS VERSÕES

Após o incidente no Mar do Sul da China, envolvendo o navio americano USNS Impeccable e as embarcações chinesas, a primeira manifestação oficial foi emitida pelo governo americano, seguida por outra do governo chinês, datadas 09 e 10 de Março de 2009, respectivamente. Apesar de que a comunidade internacional estava esperando um esclarecimento coerente quanto ao ocorrido, ambas as manifestações governamentais não foram satisfatórias.

Segundo o governo americano, representado por um Oficial Sênior do Pentágono⁵¹:

Cinco embarcações chinesas realizaram manobras agressivas perto do USNS Impeccable, que estava conduzindo uma operação de rotina e obedecendo ao direito de “passagem segura” para navios governamentais, convencionado pela UNCLOS. O incidente começou quando as embarcações chinesas cercaram o USNS e duas delas, que no total eram cinco, se aproximaram excessivamente do navio americano. A tripulação do USNS Impeccable, como medida de proteção, fez uso de mangueiras de água de alta pressão contra as embarcações chinesas. Mesmo com este procedimento, a tripulação chinesa não recuou as embarcações.

O governo chinês emitiu seu posicionamento oficial no dia 10 de Março de 2009, dois dias após o incidente, pelo Porta-voz do Ministério de Relações Exteriores, Ma Zhaoxu em conferência aberta para mídia.⁵² Segundo o Porta voz: “o navio americano não possuía permissão para passagem na Zona Econômica Exclusiva da China, desrespeitando assim as leis internacionais e chinesas. A ação americana em águas do Mar do Sul da China foi, assim, para os chineses, inaceitável. A China sempre alegou guiar-se pelos princípios convencionados pela Organização das Nações Unidas. Encerrou-se a coletiva com o Porta Voz dizendo que: “os Estados Unidos tomem todas as medidas possíveis para evitar que incidentes como este ocorram novamente.”

⁵¹ Disponível em: <<http://www.defense.gov/news/newsarticle.aspx?id=53401>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

⁵² Disponível em: <<http://fmprc.gov.cn/eng/xwfw/s2510/2511/t541713.htm#>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

Segundo Ji Guoxing (2009): “as pesquisas militares americanas na Zona Econômica Exclusiva Especial da China violaram o preceito da UNCLOS do “uso pacífico dos mares”. A seu juízo a expedição do USNS Impeccable no sul da ilha de Hainan objetivava detectar atividades de submarinos chineses na Base Naval de Sanya (Figura 20). Assim sendo, a atividade do USNS era obviamente a de coletar informações militares chinesas, não possuindo portanto, propósitos pacíficos”.

Os Estados Unidos alegou⁵³ que o USNS Impeccable, além de navegar em “águas internacionais”, fazendo uso da “passagem inocente” estabelecida pela Convenção das Nações Unidas sobre Direito Marítimo, para navios governamentais e militares, estava realizando uma “pesquisa científica” sem fins militares, visto que a embarcação não estava preparada para confrontos bélicos.

O governo chinês, por sua parte, considerou a presença do USNS Impeccable como uma “operação ilegal”, que desrespeitou a jurisdição das duzentas milhas náuticas⁵⁴ nas quais a UNCLOS, reserva ao país costeiro direitos exclusivos para exploração econômica neste espaço. As autoridades chinesas condenaram a atuação americana, produzindo-se como consequência uma “crise diplomática” maior, com os Estados Unidos. Com efeito, o conflito provocou uma série de desentendimentos, que acirraram as relações sino-americanas.

⁵³ Segundo o Pentágono, o “assédio” da China começou alguns dias antes (março 2009), quando um barco de patrulha chinês apontou um holofote de alta intensidade no USNS Victorious, um navio que opera em vigilância no Mar Amarelo. No dia seguinte, uma aeronave de vigilância chinesa Y12, sobrevoou a embarcação 12 vezes a baixa altitude. No dia seguinte, os militares dos EUA afirmaram que uma fragata chinesa aproximou-se do USNS Impeccable sem aviso e atravessou o seu arco. Dois dias depois, em sete de março, um navio chinês comunicou-se pelo rádio o USNS Impeccable, ordenando-lhe sair ou “sofrer as consequências.” O alcance e a duração das atividades chinesas sugerem um elevado nível de coordenação política. (ROSENBERG, David).

⁵⁴ Convencionada pela UNCLOS, como área exclusiva de exploração econômica, prospecção marítima, bem como para atividades relacionadas a pesca marítima.

Figura 20: Base Naval de Sanya – Ilha de Hainan (China)



Fonte: South China Sea Library

3.5 O “GERENCIAMENTO” DO INCIDENTE

Segundo Valencia (2009) “para além dos argumentos legais por de trás do Impeccable Incident, o confronto é mais relevante pelo fato de haver um mútuo desentendimento baseado na expansão militar chinesa e as ações agressivas dos Estados Unidos ao monitorar esta expansão.

A forma como o incidente foi gerenciado politicamente pelos Estados Unidos e pela China pode nos trazer um interessante indicativo ou até mesmo um “termômetro” das relações sino-americanas no Mar do Sul da China. O fato de não ser o primeiro incidente entre os dois países é um demonstrativo de sua disposição a manter posições “principistas” (reivindicação do Mar do Sul da China como águas territoriais chinesas, por parte de Pequim e como águas internacionais, por Washington) assumindo os eventuais riscos derivados dos atritos que tais posições pudessem originar. Em ambos os casos, a falta de transparência nas relações torna qualquer tentativa de gerenciamento político/diplomático uma tarefa árdua.

As discussões acerca do gerenciamento do incidente podem realizar-se a partir de duas visões distintas. A primeira delas centraria em argumentos técnicos e convencionados nas normativas internacionais, sendo a principal delas a UNCLOS. A segunda, objeto de nossa pesquisa, trata do matiz político e estratégico, ou seja, como foram administrados os interesses sino-americanos naquela região, pois é fato que: 1) a China está avançando a posição de sua marinha e equipando a mesma para manobras de longo alcance no Mar do Sul da China e 2) os Estados Unidos devem fazer a manutenção da Sétima Frota e principalmente observar em que medida a projeção chinesa pode implicar em termos de segurança regional e internacional.

Deste prisma político e estratégico podemos visualizar alguns elementos importantes. A China buscou demonstrar que os Estados Unidos estavam desconsiderando as normas internacionais pontuadas na UNCLOS e, portanto estava conduzindo uma operação ilegal que devia ser bloqueada pela China, seja para demonstrar que o exército chinês possui o controle do Mar do Sul da China, como para indiretamente salientar que os Estados Unidos não são bem vindos naquela região. Já os Estados Unidos buscaram defender a “passagem inocente” dos navios governamentais que garante a estes o direito de navegar em zonas econômicas exclusivas, com fins pacíficos, como os declarados pelos Estados Unidos. No caso do USNS Impeccable, o governo americano asseverou que estava conduzindo uma operação de rotina, usual daquele tipo de embarcação, dando um aspecto de normalidade à operação, que obteve resposta “agressiva” por parte da China, ao cercarem repentinamente o USNS. De ambos os lados, o gerenciamento político da questão gerou mais dúvidas do que certezas e abriu um novo espaço para o aprofundamento de uma disputa sino-americana no Mar do Sul da China.

De acordo com Valencia (2009) “O Impeccable Incident” ocorrido na Zona Econômica Exclusiva chinesa, possui diferentes interpretações pela ótica do direito internacional. Porém, o mais relevante é a ausência de transparência e confiança na relação

sino-americana. Dadas as incertezas mútuas nas intenções estratégicas dos dois países, incidentes como o Impeccable são possíveis de aumentar em intensidade se os dois rivais não desenvolverem um *modus operandi* para lidar com as suas diferenças”.

Segundo o mesmo autor “para além dos argumentos legais por de trás do Impeccable Incident, o confronto é mais relevante pelo fato de haver um mútuo desentendimento baseado na expansão militar chinesa e as ações agressivas dos Estados Unidos ao monitorar esta expansão com o objetivo de neutralizá-la.”

Na época do incidente especulou-se que a atitude das embarcações chinesas junto ao USNS Impeccable poderia representar na verdade, um teste ao novo Presidente americano Barack Obama. Ao menos esta era uma das impressões de Oficiais do Governo americano, como salienta Valencia (2009) “alguns altos oficiais americanos acreditavam que o incidente envolvendo o USNS havia sido autorizado pela China, como forma de testar como o novo Presidente Barack Obama reagiria, e tomar esta reação como base para desenhar futuros cenários de conflito.”

Estes futuros cenários seriam fundamentalmente dois: o aumento de conflitos do gênero do Impeccable Incident devido ao fato dos Estados Unidos manterem ativas suas operações no Pacífico e dentre elas o monitoramento de atividades militares naquela região. O segundo cenário evoca o estabelecimento de uma parceria cooperativa entre Estados Unidos e China para a manutenção do mar como uma linha marítima importante para os dois países, evitando-se assim, doravante, conflitos que possam minar a paz e o bom relacionamento diplomático.

Se a finalidade dos chineses durante o incidente foi testar a nova administração americana, parece oportuno acrescentar que o Presidente Barack Obama procurou seguir uma linha conciliatória, mantendo um diálogo com o governo chinês a fim de evitar novos incidentes como o Impeccable, embora a China pareça não estar disposta a abandonar seu projeto de expansão militar. Segundo Ji Guoxing (2009), “a China não possui a intenção em confrontar diretamente os Estados Unidos no Pacífico, mas tampouco de esvaziar o papel histórico do país na região asiática. O fato é que a China converge em parte com a estratégia americana, a de manter o Mar do Sul da China como uma área segura para o fluxo internacional de navios”. Todavia, o fato de convergir “em parte” é dúbio, visto que, se os dois países assumirem que possuem legitimidade para controlar ou manter o Mar do Sul da China, em condições pacíficas, amplificaria o dilema de segurança na região, tornado mais provável o afloramento de novos conflitos.

Acreditamos como veremos no decorrer deste trabalho, que antes mesmo de uma extemporaneidade, o Impeccable Incident faz parte de um padrão relacional sino-americano, ou seja, para dar validade a esta tese, de um teste por parte dos chineses, ela deveria valer para as demais contendas entre Washington e Beijing, no Mar do Sul da China, o que a torna improvável.

3.6 UM CASO EXEMPLAR?

Em nosso entendimento o Impeccable Incident, mais do que uma ruptura na relação sino-americana, trata-se de um fenômeno que responde a um determinado certo padrão de relacionamento entre Washington e Beijing. Padrão este, conflitivo e gerado por uma série de elementos, como veremos no capítulo quarto. Consideramos o Impeccable, um caso exemplar desta conflituosidade sino-americana no Mar do Sul da China, pois:

- i) é a representação fática de uma animosidade entre os dois países em uma das linhas marítimas mais trafegadas do mundo e cenário de inúmeros conflitos, oriundos do cruzamento dos interesses e das reclamações dos Estados ribeirinhos naquele mar;
- ii) demonstra o apetite pelo controle daquela região e principalmente a disposição de Washington e Beijing ao desentendimento, em detrimento a colaboração, naquele mar. Visto que, de um lado, a China declarou que os Estados Unidos estavam conduzindo uma operação ilegal, ao avançar com o USNS Impeccable, nas duzentas milhas náuticas chinesas. Do outro, os Estados Unidos alegando a liberdade de navegação nas águas, que não as territoriais, ou seja, as doze milhas náuticas;
- iii) a condução de pesquisas militares científicas com a referida embarcação americana está ligada a desconfiança por parte de Washington em relação a projeção naval chinesa e a modernização de seus efetivos militares, principalmente os submarinos nucleares, dispostas na Base Naval de Yulin, na China;

- iv) no tocante a segurança internacional, tais elementos tornam-se evidentemente relevantes, visto que se trata de um desentendimento entre duas grandes potências mundiais de relevo, capazes de reconfigurar a relação de forças no cenário internacional.

4 A RELAÇÃO SINO-AMERICANA

O presente, e último capítulo, busca compreender que tipo de relação tem se desenvolvido entre Estados Unidos e China neste começo de Século, resgatando por meio desta compreensão as justificativas do tensionamento geopolítico sino-americano, que se desdobrou empiricamente por meio do Impeccable Incident, que nesta pesquisa utilizamos justamente por sua carga exemplificativa a respeito da disputa sino-americana no Mar do Sul da China. Desta forma, já tendo analisado o caso em questão, bem como as estratégias e interesses dos países referenciados, naquele mar, resta-nos analisar o padrão do relacionamento sino-americano, que tem proporcionado o desenlace de atritos geopolíticos significativos.

4.1 AS CONCEPÇÕES ESTRATÉGICAS

Não que seja nosso objetivo tracejar nestas laudas a profunda diferença cultural entres os modos de pensar e agir do Ocidente e do Oriente, certamente estamos muito longe de cumprir qualquer formalidade antropológica. O que gostaríamos, de forma muito breve, é justamente não permitir que tais diferenças passem despercebidas, principalmente quando podemos usá-las no campo político e o mais importante, ver como elas “jogam” com o poder enquanto fenômeno. Ao estudarmos a conflituosidade sino-americana, por mais que preferamos um distanciamento das questões culturais, elas nos alcançam, ainda mais quando sintetizadas por grandes tomadores de decisões.

A precisão de Henry Kissinger (2011, p. 39), torna-se relevante quando o mesmo salienta: “Em raras ocasiões os estadistas chineses arriscaram o resultado de um conflito em um único embate de tudo ou nada; elaboradas manobras com duração de anos eram mais seu estilo. Enquanto a tradição ocidental prezava o choque decisivo de forças com ênfase em feitos heróicos, o ideal chinês enfatizava a sutileza, as vias indiretas e o paciente acúmulo de vantagem relativa.”

Há uma clara distinção entre os Estados Unidos e a China no campo dos valores e isto se traduz de forma pragmática para o campo da política internacional. Parece-nos relevante distinguir entre um país que sempre priorizou fatos heróicos e a objetividade na tomada de decisões em detrimento e um país profundamente enraizado em uma filosofia confuciana que de certa forma induz uma maneira específica de lidar com as questões de fundo político e

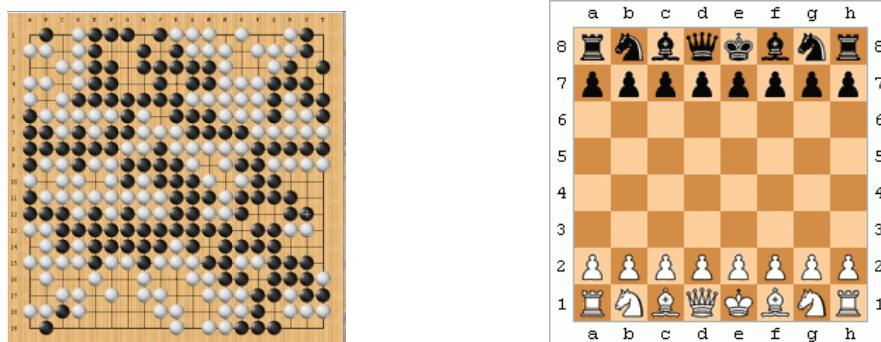
estratégico. Vejamos por exemplo, a diferença drástica entre dois jogos clássicos de ambas as culturas, ocidental e oriental, pelas palavras de Henry Kissinger (2011, p. 40):

Esse contraste se reflete nos respectivos jogos de intelecto preferidos por cada civilização. O jogo mais duradouro da China é o *weiqi* (pronuncia-se algo como “ueitchi”). *Wei qi* pode ser traduzido como “jogo das peças circundantes”, ele implica um conceito de cerco estratégico. O tabuleiro, uma grade de 19 por 19 linhas, começa vazio. Cada jogador tem 180 peças, ou pedras, a sua disposição, todas de igual valor. Os jogadores se alternam pondo as pedras em algum ponto do tabuleiro, estabelecendo posição da força enquanto tentam cercar e capturar pedras dos oponentes. Múltiplas batalhas são disputadas simultaneamente em diferentes regiões do tabuleiro. O equilíbrio de forças muda progressivamente a cada movimento.

Parece que o clássico jogo chinês, o *Wei qi*, tende a dialogar com a nossa proposta de estar a China criando uma espécie de glacis marítimo protetor, apostando suas “peças” em um jogo circundante, que se estabelece de forma silenciosa, espalhando as mesmas em um grande tabuleiro oceânico que é o Pacífico, podendo esgotar seus inimigos pela paciência em um jogo psicológico, mas ao mesmo tempo com objetivo muito definido, pois segundo o autor: “os pensadores chineses desenvolveram uma filosofia estratégica que estabelecia uma recompensa pela vitória mediante a vantagem psicológica e pregava evitar o conflito direto.”

O xadrez, por outro lado, Segundo Kissinger, é um jogo de vitória total. A finalidade do jogo é o xeque-mate, deixar o rei oponente em uma posição em que ele não consiga se mexer sem ser destruído. Por mais que aqui estejamos tratando desta linguagem metafórica, parece-nos que a mesma, por mais simples e redutora que seja, traz alguns elementos reflexivos à relação sino-americana. Longe estamos de erigir um estudo sobre a história da cultura ocidental e oriental, estamos apenas averiguando como o fenômeno cultural influi nas categorias objetivas e materiais da política internacional. Vejamos na (Figura 21) a comparação visual entre os dois jogos.

Figura 21: WeiQi versus Xadrez



A comparação torna-se interessante quando trazemos os elementos dos referidos jogos à esfera da política internacional e principalmente no tocante a relação sino-americana. A China tem desempenhado um papel neste início de século, pelo que podemos observar gradual. Lentamente vem dispondo suas “peças circundantes” no intrincado cenário do Pacífico, mas precisamente no Mar do Sul da China. Ao desenvolver o que denominamos de “construção de um glacis marítimo”, vem cuidadosamente modernizando sua Marinha, que perde sua característica eminentemente costeira, para uma atuação prolongada, nas águas territoriais e alto mar, dispondo seus submarinos nucleares em distintos pontos deste mar.

Os Estados Unidos por sua vez, ao realizar seus movimentos mais objetivos e diretos, possui uma presença histórica no Oceano Pacífico, com o seu Comando Militar. Talvez suas ações estejam mais pautadas por uma clareza de princípios, sendo o principal deles, o de manter sua hegemonia global, e no caso em tela, regional, respondendo às peças circundantes chinesas.

O jogo de peças circundantes chinês, também poderia ser comparado com aquilo que na literatura internacional ficou conhecido como o “Colar de Pérolas” chinês. Segundo Christopher Pehrson (2006)⁵⁵: “cada “pérola” no “colar de pérolas” chinês, é uma área geopolítica e geoestratégica, considerável... as pérolas se estendem da costa chinesa, por meio do Mar do Sul da China, pelo Estreito de Malaca até o Oceano Índico, pelo mar arábico e Golfo Pérsico.” Exemplos de pérolas seriam, por exemplo: a Ilha de Hainan, onde há forte presença militar chinesa, o estreito de Malaca, o arquipélago Paracel, entre outros (Porto de águas profundas em Myanmar e uma Base Naval em Gwadar, Paquistão). Para a China, o controle sobre estas pérolas de seu colar, é fundamentalmente importante para a manutenção de sua presença na região. Vejamos na (Figura 22) a extensão do colar de pérolas chinês.

⁵⁵ PEHRSON, J. Christopher. *String of Pearls: meeting the challenge of China's rising power across the Asian Littoral*. Instituto de Estudos Estratégicos. Pensilvânia, 2006.

Figura 22: “Colar de Pérolas” da China



Figure 1. Sea Lines of Communication

PEHRSON, J. Christopher. *String of Pearls: meeting the challenge of China's rising power across the Asian Littoral*. Instituto de Estudos Estratégicos. Pensilvânia, 2006.

4.2 ASPECTOS DA RELAÇÃO SINO-AMERICANA

Como bem vimos no (capítulo 3) desta pesquisa, o *Impeccable Incident* possui uma carga exemplificativa de valor considerável para que possamos questionar o tipo de relação sino-americana desde século e seus padrões, pois se tratou de um atrito significativo em termos geopolíticos, já que demonstrou certa disposição conflituosa entre os dois países. Este elemento da disposição ao conflito, portanto, situa-se no que denominamos “disputa” sino-americana, sendo, no entanto, uma decorrência da mesma. “Disputa”, assumimos, possui um significado abrangente. Todavia, seria o melhor para descrever a relação sino-americana.

Cabe-nos agora, buscar as possíveis raízes que geram determinados padrões nas relações sino-americanas. No (capítulo 2) observamos os interesses e as estratégias envolvidas no Mar do Sul da China, em específico – o que ajudou a compreender a ocorrência do *Impeccable Incident*. Portanto, nos cabe agora, analisar os padrões que geraram os referidos interesses e estratégias sino-americanas, estes que criaram o cenário favorável ao desenlace de atritos geopolíticos entre os dois países, sendo fruto de um padrão relacional e não de uma questão eminentemente extemporânea.

4.3 UMA ABORDAGEM TEÓRICA

Os elementos teóricos que aqui buscamos servem para fundamentar uma explicação sobre um padrão relacional sino-americano, em termos práticos. Por qual razão há uma animosidade entre China e Estados Unidos, que acaba por gerar atritos geopolíticos como o *Impeccable Incident*, entre outros? O que condiciona os interesses e estratégias de qual extensivamente abordamos no (capítulo 3)? E por final, o que podemos depreender deste fenômeno e auferir como base conclusiva para o entendimento da “disputa” sino-americana? Acreditamos que o que existe é um determinado padrão, que pode ser explicado com uma miríade de posições e entendimentos, os quais veremos a partir de agora.

De acordo com Charles Glaser⁵⁶ (2011)⁵⁷:

A ascensão chinesa será o elemento mais importante das relações internacionais do Século XXI, apesar de não sabermos se esta ascensão terá um final feliz. Será a tensa relação sino-americana tão perigosa como a Guerra Fria?... Esta questão tem sido pauta de inúmeros especialistas – regionalistas, historiadores e economistas, todos eles buscando elementos à pergunta.

O debate teórico dentro das Relações Internacionais, no tocante a relação sino-americana, é relativamente extenso. Saber precisar se o comportamento dos Estados Unidos ou da China é ofensivo ou defensivo, torna-se uma tarefa complicada. Todavia parece haver uma divisão entre os especialistas sobre o assunto, ou assume-se uma abordagem pessimista sobre a relação sino-americana e o que se espera dela para os próximos anos, ou possa a mesma ser, otimista. O certo é que os teóricos estão divididos entre estas duas categorias, tendo suas teorias, explicações decorrentes destas abordagens. Como pondera Charles Glaser (2011):

O debate entre os teóricos das relações internacionais tem dividido os mesmos entre os liberais otimistas contra os realistas pessimistas. Os liberais arguem que a ordem internacional é definida pela economia e abertura política, o que pode gerar uma ascensão chinesa pacífica. Já a visão realista, em contraste, predica uma competição intensa. O robusto crescimento chinês, nesta visão, implica em um posicionamento mais assertivo da China na ordem internacional, o que leva com que os Estados Unidos e demais países, criem uma força contrária a esta assertividade.

⁵⁶ Charles Glaser é Professor de Ciências Políticas e Relações Internacionais e Diretor do Instituto de Estudos de Segurança e Conflitos no Centro Elliot de Relações Internacionais da Universidade George Washington, nos Estados Unidos.

⁵⁷ GLASER, Charles. Will China's Rise Lead to War? Why Realism Does Not Mean Pessimism. *Revista ForeignAffaris*, New York, v. 90, p. 80, mar./abr. 2011.

Ou seja, de um lado temos os teóricos do liberalismo em Relações Internacionais, advogando pela influência das políticas domésticas e valores democráticos na política internacional e do outro os realistas, sempre voltados para com as questões materiais e objetivas definidas em termos de poder e o “dilema da segurança”.⁵⁸

A visão de Charles Glaser (2011) acerca do dilema de segurança envolvendo a China e os Estados Unidos, o ratifica: “Ambos, os Estados Unidos e a China estarão aptos para manter altos níveis de segurança, agora e no potencial crescimento chinês ao patamar de super-potência. Isto deveria ajudar Washington e Beijing a evitar contendas geopolíticas, fazendo com que o dilema de segurança torne-se moderado, facilitando assim, a cooperação”. Não saberíamos determinar, assim como faz o autor, se há verdadeiramente um espaço para que o dilema de segurança seja moderado. Inclusive, mesmo que o contraditório se estabeleça, estamos inclinados a uma visão mais pessimista. Por mais acautelada que seja a abordagem do referido autor, os fatos são exemplarmente significativos para um cenário de dissenso quanto ao dilema de segurança, basta evocarmos o caso do Impeccable Incident e dos outros que já referenciamos em nossa pesquisa. Parece haver um padrão que tem condicionado os atritos geopolíticos entre China e Estados Unidos, que nos leva a considerar que o dilema de segurança já intensificado, tenha ainda espaço, para se expandir.

Esta intensidade do dilema de segurança pode ser entendida de diversas formas e a partir de diversificados contextos. Vejamos o dilema aplicado ao Impeccable Incident, em específico. Para tanto nos valeremos das palavras de Liu Gi⁵⁹ (1998)⁶⁰ onde aborda os interesses prioritários dos Estados Unidos e da China para o século XXI, afirmando: “o fundamental interesse estratégico dos Estados Unidos é o de manter a sua posição de maior potência mundial.” Complementa o autor logo em seguida: “a prioridade chinesa para o século XXI é a sua modernização. A China com os seus cinco mil anos de história e população de 1.2 bilhões de pessoas, não é uma super-potência, se não uma super-sociedade.” Salientamos que o texto supra citado foi escrito na década de 90, mantendo-se mesmo assim atual, se não fosse ainda à amplificação dos elementos que o autor ponderara. O dilema de segurança aprofundou-se, seja com a manutenção da hegemonia americana ou com a constante modernização chinesa de seus efetivos militares, principalmente o naval. Tais

⁵⁸ Situação em que os esforços de um determinado país em aumentar seu grau de segurança, acaba por diminuir a segurança dos demais. Parece ser claro na questão da relação sino-americana a presença do referido dilema. Pior torna-se complicado determinar em que medida a busca por mais segurança de um dos dois países, influence o outro, bem como os países da região do Mar do Sul da China.

⁵⁹ Vice Presidente da Academia Chinesa de Ciências Sociais.

⁶⁰ Disponível em: <<http://www.china.org.cn/english/china-us/26337.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2012.

elementos, em nossa visão, contribuíram em muito para o despontamento de atritos geopolíticos sino-americanos, como o caso Impeccable, que acabávamos de evocar. Parece-nos mais fundamentado acreditar que o caso referido seja decorrência de tais fatores em detrimento de qualquer extemporaneidade.

4.4 O PARADOXO DAS RELAÇÕES SINO-AMERICANAS

Para Michael Evans⁶¹ (2011, Pág. 87)⁶²:

A ascensão chinesa e o crescimento da multipolaridade na Ásia é um desafio à supremacia norte-americana. A Ásia é incrivelmente um laboratório para o que James Rosenau⁶³ denominou *os dois mundos da política mundial* – isto é, a antiga agenda do moderno realismo geopolítico da rivalidade interestatal e a nova agenda da segurança do pós-modernismo globalizado de ameaças não estatais.

Portanto, o foco de nossa pesquisa tem sua preocupação ainda na antiga agenda geopolítica do realismo, como afirmara Rosenau, ao menos a mesma tem impactado diretamente na relação sino-americana, apesar de existirem tantos conflitos e ameaças na Ásia, estatais e não estatais. O fato é que a região nunca esteve tão presente nos “holofotes” como atualmente.

Prosseguindo-se na linha de raciocínio do autor proposto, segue o mesmo ponderando: “Em termos genéricos, existem basicamente três escolas de pensamento sobre o futuro da Ásia e da ascensão chinesa, a da “competição estratégica”, a do “excepcionalismo” e por último a da “ascensão pacífica”, pensamos que entender estas escolas é fundamental para o entendimento do processamento das questões geopolíticas na região asiática.”

4.4.1 A Escola da “Competição Estratégica”

A escola da “competição estratégica” possui suas raízes no realismo clássico das Relações Internacionais. Sua análise do contexto geopolítico da região asiática e especificamente da China, faz uso dos preceitos desta doutrina, os interesses estatais definidos em termos de poder. Segundo Michael Evans (2011, p. 88):

⁶¹ Pesquisador do *Australian Defence College*, Canberra. Disponível em: <<http://www.defence.gov.au/adc/>>. Acesso em: 27 ago. 2012.

⁶² EVANS, Michael. *Power and Paradox: Asian Geopolitics and Sino-American Relations in the 21st Century*. Filadélfia, 2011.

⁶³ ROSENAU, James N. *Turbulence in World Politics: A Theory of Change and Continuity*. (Princeton: NJ: Princeton University Press, 1990). p. 249-71.

A escola da competição estratégica é eminentemente ocidental e tem no realismo político suas fundações. Seus principais analistas são Aaron Friedberg, John Mearshimer, Robyn Lim e Hugh White. Sua argumentação é de que a Ásia atual é a Europa pré 1945, sendo a China análoga a ascensão do Império Germânico do século XIX e a Ásia à *belle époque* europeia de 1871 até 1914.

Para esta escola de pensamento a política internacional acaba por ser um jogo de soma zero, onde os espaços para uma cooperação em termos políticos e militares são restritos, sendo o dilema de segurança, intenso. A competição pela hegemonia e pelo poder são constantes históricas que se afirmam com regras fixas no jogo da política internacional. É em um sistema internacional anárquico que a tensão sino-americana torna-se inevitável, seja pelo desejo americano em manter sua hegemonia a qualquer custo, bem como pela rápida ascensão chinesa nas esferas política, econômica e principalmente militar, tornando-se uma potência também protagonista das relações internacionais, o dissenso tende a se aprofundar por esta dualidade, ou seja, o choque entre duas visões expansionistas e ofensivas. Como mesmo lembrou o referido autor ao citar as palavras de Tucídides em sua *Guerra do Peloponeso*: “o crescimento de poder de Atenas, e o alarme que isso gerou em Esparta, tornou a guerra inevitável”.

Segundo Michael Evans (2011, P. 90): “esta escola costuma apontar a modernização militar chinesa em termos gerais e sua estratégia anti-acesso/bloqueio de área com mísseis, em específico.” Ainda complementa:

Esta visão da inevitabilidade do conflito entre grandes potências é suportada por variados observadores do desenvolvimento naval chinês, tais como Mayan Chanda, James R. Holmes e Toshi Yoshihara, que visualizam o Exército Popular Chinês (Marinha) e sua transição de uma força de anti-acesso defensiva, para uma força ofensiva de águas azuis. Para Holmes e Yoshihara, estas realidades estratégicas sugerem em longo prazo, uma clara projeção naval chinesa, disposta a competir no cenário internacional.

Tais visões, por certo, acabam corroborando o desenho e conseqüente execução do complexo glacies marítimo protetor chinês, sinal indicativo da preocupação dos especialistas já citados por Michael Evans. Antes, porém, de aprofundarmos os ditames desta escola de pensamento, que possui caráter sugestivo para nossa abordagem, continuemos a explicitar, mesmo que rapidamente as duas outras escolas de pensamento sobre as questões geopolíticas da região asiática, na qual a China tem papel preponderante.

4.4.2 A Escola “Excepcionalista”

A escola excepcionalista, em contraste com visão realista da escola da “competição estratégica”, acredita que devemos analisar com cautela a geopolítica asiática, questionando o modelo deveras ocidental e europeu dos realistas. Não seria justo comparar o passado asiático, com o europeu, se não utilizar do próprio histórico asiático para se criar os princípios analíticos. Acreditam que a ascensão chinesa é de fato excepcional, portanto apenas um modelo oriental ou adequado àquela região, seus contextos políticos, históricos e militares, satisfaria uma análise de qualquer gênero. Enxergam antes um sistema “sinocêntrico”, para depois elaborar os seus preceitos analíticos. A ascensão chinesa para eles é de cunho pacífico e isto é possível devido ao excepcionalismo asiático em geral e o chinês, em específico. Sobre alguns pensadores desta escola, Michael Evans (2011, p. 91), aponta:

Os observadores deste movimento são diversos, tais como: David C. Kang, William H. Overholt, Kenneth D. Johnson e Edward Burman, que contestam a visão realista da escola da competição estratégica, afirmando a mesma estar orientada por uma espécie de eurocentrismo. Todavia, rejeitam advogar por qualquer espécie de orientalismo, buscando analisar as questões geopolíticas asiáticas pela sua órbita cultural e política, do que por parâmetros eminentemente ocidentais.

Seguindo-se na linha desta escola, a ascensão da China se daria de forma pacífica, evitando-se assim qualquer tipo de confronto militar contra outros países, visto que sua base de fundamentação encontra-se no histórico milenar chinês, alegando-se assim, que a ascensão de um país asiático não necessariamente siga o roteiro político da projeção internacional dos países ocidentais, ou seja, das democracias lá existentes.

4.4.3 A Escola “Pragmática”

A escola pragmática justamente encontra-se no intermédio das duas escolas já referidas. Tanto rejeita o modelo de análise ocidental, ou seja, o realismo pessimista, tanto quanto rejeita o determinismo cultural emanado pelos teóricos da escola excepcionalista. Afirmam que o contexto geopolítico asiático em geral e chinês, em específico, é demasiado complexo e incerto para qualquer tipo de redução analítica, pois envolvem questões como a interdependência entre outras. De acordo com Michael Evans (2011, p. 94): “ seus principais observadores são: Amitav Acharya, Muthiah Alagappa, Robert S. Ross, Ashley Tellis e Michael Swaine e Avery Goldstein.” Complementa ainda o autor acerca das facetas de um

mundo interdependente: “ Estados Unidos e China passam por um momento definido por uma interdependência global financeira, como oficiais chineses usando terno Armani, viajando de jatinho para Nova York e Washington, comprando títulos do tesouro americano na chamada relação financeira (Chinamerica).”

4.5 “BUSCANDO A ESTABILIDADE OU CRIANDO UM MONSTRO?”

A curiosa pergunta que intitula este sub-capítulo é de autoria de Thomas J. Christensen⁶⁴ em seu artigo publicado em 2006.⁶⁵ A mesma parece resumir um dilema muito recorrente quando buscamos elucidar questões relevantes à política internacional no tocante a ascensão chinesa no contexto asiático e internacional, como já pontuávamos anteriormente. Para responder esta instigante pergunta, o referido autor sinala que existem duas maneiras de fazê-lo, dependendo da postura que adotarmos referindo que em relação à China existem teóricos que buscam respostas no que denomina de jogo “soma positiva” (positive-sum) ou no jogo de “soma zero” (negative-sum). Vejamos pelas palavras de Thomas Christensen (2006, p. 81):

O artigo busca analisar duas perspectivas que competem entre si: a perspectiva de soma positiva, na qual os Estados Unidos e a China e os atores regionais possuem fortes incentivos para incrementar o interesse mútuo, minimizando o conflito militar e a perspectiva do jogo de soma zero, no qual a contínua ascensão chinesa, no longo termo, ameaça os interesses políticos e econômicos do Estados Unidos e seus aliados na região, **mesmo que a relação entre China e Estados Unidos pareça cordial** (grifo nosso).

Apesar de serem perspectivas muito distintas, o referido autor busca um elo entre as duas, afirmando que é possível uma junção entre as mesmas para que uma análise sobre a relação sino-americana seja mais completa ou satisfatória, ou que ao menos, abarque o maior número de variáveis analíticas.

Os defensores do jogo de soma positiva, apesar de também se preocuparem com a instabilidade ou a insegurança, assumem posições otimistas e pessimistas, sem qualquer conflito metodológico. O mesmo vale para os defensores do jogo de soma zero, os mesmos podem assumir as duas posições. Na verdade, acreditamos que possam existir os realistas

⁶⁴ Thomas J. Christensen é Professor de Política e Relações Internacionais na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos.

⁶⁵ CHRISTENSEN, Thomas J. Fostering Stability or Creating a Monster? The Rise of China and U.S Policy toward East Asia. *International Security*, v. 31, p. 81-126.

otimistas, assim como veremos adiante, mesmo sendo costume ligarmos diretamente os realistas com o pessimismo, o que é, a nosso ver, incorreto.

Mais especificamente em relação a China, a abordagem do jogo de soma positiva baseia-se em alguns elementos fáticos, que abordaremos *en passant* visto que retomaremos adiante estas características. As principais são: a integração regional econômica chinesa com os demais players da região, o que gera uma complexa teia de relações interdependentes, que de certa forma travam ou impossibilitam atritos geopolíticos de grande significância. Já, outro elemento também marcante, seria a diplomacia de Beijing e o crescimento do multilateralismo na região, devido ao fato de a China participar de diversificados fóruns multilaterais, criando uma esfera de confiança entre os demais países, o que se intensificou no início de década de noventa. A China acaba por liderar alguns processos multilaterais, despontando assim sua diplomacia econômica juntamente com os países da região asiática e internacionalmente. Até mesmo processos culturais, como receber os Jogos Olímpicos em Pequim, podem, de certa maneira, ter ajudado a representar a China um novo papel como uma potência pacífica em crescimento vertiginoso, ao menos, todos estes elementos têm servido de base de apoio aos defensores do jogo de soma positiva.

Claro que, por tratarmos de ciências políticas e principalmente da política internacional, e como rapidamente pontua o referido autor em seu artigo, não esperamos que existisse um dos dois jogos em sua forma pura. Com efeito, a relação sino-americana pode tender mais fortemente para um dos lados, sem significar, por isso, que não restem características do outro, mesmo que ínfimas, que devam ser categorizadas. Também importante é dizer que mesmo que as nações, no caso do jogo de soma positiva, vislumbrem a paz como fim, não significa que já a alcançaram e muito menos que dela estejam perto.

Já os defensores do retrato da política internacional do jogo de soma zero, em contraste aos de soma positiva, possuem divergências conceituais acentuadas, todavia acauteladas pelo fundamento de suas argumentações. Geralmente estes teóricos buscam validar-se de momentos históricos onde a competição e rivalidade afloraram com maior ímpeto.

O cenário de desconfiança se estabelece entre os Estados, sendo que o crescimento econômico e principalmente o militar, possuem a capacidade de influenciar esta desconfiança, segundo Thomas Christensen (2006, p. 96):

Da perspectiva do jogo de soma zero, o crescimento relativo da economia chinesa faz com que a China desponte como liderança regional e internacional. O crescimento econômico chinês impulsiona concomitantemente o crescimento militar, pois tais reservas são usadas no programa de modernização dos efetivos militares chineses. O orçamento militar chinês mais que dobrou desde 1999 até 2005⁶⁶.

Talvez esta seja uma das características mais marcantes da abordagem do jogo de soma zero. O crescimento vertiginoso da economia chinesa a partir da década de noventa, auxiliou principalmente os pesados investimentos em seus efetivos militares, buscando projetar sua marinha de guerra nas denominadas águas azuis. O volume de investimentos militares chineses aumentando ano à ano é uma pauta fixa nas reuniões dos estadistas, principalmente os americanos, preocupados com a influência de esta escalada militar na sua presença no Pacífico e nas relações com seus aliados regionais, tais como Japão, Filipinas e outros.

Outro fator marcante na abordagem do jogo de soma zero é no tocante a participação chinesa nos fóruns multilaterais, principalmente da região. Na perspectiva da referida visão da política internacional, esta participação efetiva, a propagação da China com um líder, não eventual, nestas reuniões, seria uma maneira de diplomaticamente retirar os Estados Unidos destas esferas de decisões institucionais, reduzindo sua influência externa nas mesmas, com fim de minimizar qualquer esforço norte-americano no âmbito das relações regionais no Mar do Sul da China. A própria ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático), apesar de incluir alguns aliados americanos em seu espectro, sejam eles Japão, Filipinas, Singapura, Coreia do Sul e Tailândia, acabam por excluir os Estados Unidos.

4.6 QUE RELAÇÕES PARA O SÉCULO XXI?

Qual é o potencial desdobramento das conflituosas relações sino-americanas, se tomarmos como base a carga exemplificativa, do *Impeccable Incident* e outros atritos no Mar do Sul da China?

Certamente duas perguntas audaciosas, mas ao mesmo tempo profundamente relevantes para o entendimento da disputa sino-americana, a qual tencionamos trabalhar nesta pesquisa. Acreditamos que para respondê-las, seja necessário, ou até mesmo premente, optar por uma das diversificadas facetas paradigmáticas de nossa disciplina.

⁶⁶ Como o artigo teve sua publicação em 2006, certamente o autor possuía os dados atualizados até o ano de 2005. Importante salientar que até 2011, este orçamento continuou crescendo, ao ponto de a China ter hoje, um dos maiores orçamentos militares, seguido dos Estados Unidos.

O fato é que para chegarmos a um arrazoado conclusivo acerca da disputa sino-americana, ou seja, qual sua significação às relações internacionais, obrigatoriamente sentimo-nos no dever de explicitar como os paradigmas jogam com a questão da tensa relação sino-americana na prática e, do que desta tarefa oferecemos com base conclusiva ao entendimento desta disputa. Previamente já havíamos demonstrado a atual discussão entre inúmeros especialistas sobre a forma de se compreender o fenômeno da relação sino-americana atual, constatando-se os inúmeros argumentos divergentes e convergentes, com base em diferentes concepções.

Todas estas concepções, na verdade, são constructos derivados das teorias principais das relações internacionais, que em nossa visão, são as ferramentas que possibilitam entender os complexos fenômenos da política internacional, de forma metodológica e responsável antes mesmo que por qualquer inclinação ideológica, mesmo que estas sejam válidas para outras discussões. Assim, pretendemos, mesmo que rapidamente, abordar como se dá o processo de apreensão da realidade por meio das teorias; juntando-se com as concepções previamente apresentadas neste capítulo, cremos que o resultado seja produtivo, ao menos para alcançar nossos objetivos.

Para tanto, acreditamos que o artigo publicado em 2005⁶⁷ por Aaron L. Friedberg⁶⁸ seja particularmente sugestivo ao nosso intento, pois acaba por complementar o que já havíamos anteriormente citado. Para investigar o que podemos compreender da relação atual sino-americana e seu futuro, pondera o autor: “é possível identificar liberais que esperam o confronto e o conflito, realistas que acreditam que a relação será estável e pacífica e construtivistas que pensam que as duas coisas possam andar juntas”. Trata-se, no entanto de uma provocação feita pelo autor, justamente abrindo a possibilidade do cruzamento entre teorias, pois segue afirmando: “cada uma destas três escolas possuem duas variantes, uma otimista e outra distintivamente pessimista”. Seguindo a mesma proposição dos autores outrora citados neste trabalho, Aaron Friedberg demonstra o quão intrincadas são as teorias e as vantagens que podemos obter das mesmas, para nossa base analítica. O fato de existir o realista otimista e o liberal pessimista, traz uma discussão deveras instigante.

Antes de adentrarmos nestas duas categorias “exóticas”, propomos fazer uma rápida distinção entre os liberais otimistas e realistas pessimistas, ou seja, as posições diametralmente opostas no campo metodológico.

⁶⁷ FRIEDBERG, Aaron. The Future of U.S-China Relations. Is Conflict Inevitable? *International Security*, v. 30, n. 30, p. 07-45, 2005.

⁶⁸ Aaron Friedberg é Professor de Política e Relações Internacionais da Universidade de Princeton, Estados Unidos.

Os liberais otimistas acreditam na força da cooperação e da paz nas relações entre os atores das relações internacionais e principalmente no caso da relação sino-americana. Basicamente fundamentam suas análises em três fatores: a interdependência econômica, as instituições internacionais e a democratização. A interdependência econômica gera um compartilhamento de interesses. O fluxo comercial sino-americano, desde a abertura chinesa, tem crescido vertiginosamente. Segundo Friedberg (2011, p. 12) “Desde o início das reformas em 1978 até o fim do século XX, o valor de comércio entre os dois países cresceu de U\$ 1 bilhão, para U\$ 120 bilhões aproximadamente”. A crença nas instituições internacionais está baseada na de que estas facilitam a comunicação entre os países, e conseqüentemente o entendimento entre eles. Por fim, pensam ser a democracia um elemento fulcral para o desenvolvimento da paz, acreditando que as democracias bem estabelecidas possuem menor risco de incursão em conflitos geopolítico de magnitude internacional.

Em profunda discordância, os realistas pessimistas, e os pessimistas são a maioria deles, acreditam em leis naturais que impelem os Estados a guerrearem por seus interesses e anseios. Para estes teóricos o mais preocupante fator na relação sino-americana, é a ascensão chinesa e suas implicações ao poderio americano. Para os mesmos os anseios chineses, sejam eles políticos ou econômicos, cada vez mais tem se expandido. Os realistas pessimistas crêem que o dilema de segurança é intenso. Como pondera Aaron Friedberg (2011, p. 22): “Em outras palavras, mesmo que alguns dos objetivos dos dois lados seja defensivo, a medida que cada um possui dos objetivos da contraparte acabam por estimular contra-medidas”.

Os liberais pessimistas adotam os mesmos fatores analíticos dos otimistas. No que diz respeito ao fator democrático, questionam se de fato a China é um regime autoritário em processo de transição. E, mesmo estando em processo de transição, não acreditam que a evolução do mesmo possa reduzir um possível apetite por relações conflituosas. Aqui cabe trazer uma reflexão do autor em relação a este processo, onde Friedberg (2011, p. 30) lembra: “Baseado em estatísticas levantadas a partir de *cases* históricos, Edward Mansfield e Jack Snyder concluíram **que é precisamente no momento da transição do autoritarismo à democracia, que grande parte das nações inicia conflitos com os seus vizinhos**”[grifo nosso]. Ainda neste quadro teórico, os liberais pessimistas pontuam que se duas democracias reduzem a possibilidade de entrarem em conflito, justamente por serem democracias, afirmar que a suspeição de que um determinado país seja menos democrático, ou muito menos, seja motivo satisfatório à disposição conflituosa.

Já os realistas otimistas asseveram que, mesmo sendo a ascensão chinesa em termos de poder, fato de extrema relevância, o mesmo é limitado, com grandes chances de permanecer neste *status quo* por um bom tempo. Em contraste aos realistas pessimistas, acreditam também que os anseios, os desejo chineses sejam restritos. Por fim, pensam ser o dilema da segurança, mutável, e não intenso. Complementa Friedberg (2011, p. 28): “Assumindo que os Estados Unidos continuem engajados e que o poder da China cresça até um determinado degrau, a tendência básica deveria ser a continuidade da bipolaridade por muitas décadas à frente.”

Figura 23: Quadro Teórico⁶⁹ – Relação Sino-Americana

Teóricos	Otimistas	Pessimistas
Liberais	- Interdependência - Instituições - Democratização	- Regime Chinês: Autoritário e Inseguro - Regime americano: a “cruzada” democrática
Realistas	- Poder Chinês: limitado - Desejos chineses: controlados - Dilema da segurança: não declarados	- Poder Chinês: crescendo - Desejos chineses: expandidos - Dilema da segurança: intenso
Construtivistas	- Identidade, estratégias culturais e normas – flexíveis – por meio de contato institucional.	- Rígidos e por meio de choques e crises.

Fonte: ver nota de rodapé número 69.

Por fim, os construtivistas, no geral são otimistas, visto que acreditam que as relações políticas, as relações internacionais, são construídas socialmente. Em contradição com os realistas, não concordam que as relações inter-estatais sejam de ordem material e objetiva. Por isso os construtivistas baseiam suas análises basicamente em três questões: as identidades, as estratégias culturais e as normas. Os otimistas afirmam que as diversificadas interações da China com outras culturas, identidades e normas, possam mudar o *modus vivendi e operandi* da China em relação ao mundo. Já construtivistas pessimistas não acreditam nesta possibilidade ou ao menos, consideram que esta seja limitada. Vejamos a (Tabela 1) um

⁶⁹ FRIEDBERG, Aaron. The Future of U.S-China Relations. Is Conflict Inevitable? *International Security*, v. 30, n. 2, p. 39. (Tradução e diagramação feita pelo Mestrando).

quadro resumo das principais correntes teóricas das Relações Internacionais no tocante a percepção da relação sino-americana.

4.7 DA TEORIA À PRÁTICA

Os diversos matizes teóricos coligidos, acreditamos que compreendem a importância dos estudos focalizados na relação sino-americana e principalmente, no tocante a ascensão chinesa no panorama internacional. O amplo espectro de discussão teórica, ou seja, as variadas formas de interpretação da intrincada relação sino-americana e do protagonismo internacional chinês nos aspectos militares, econômicos e políticos, são indubitavelmente o reflexo do interesse, ou até mesmo da consternação, de inúmeros estudiosos das relações internacionais diante de tais fatos, como vimos no entrecruzamento teórico precedentemente abordado.

Em esforço de síntese inicial e resumindo o que já afirmávamos no capítulo 2 desta pesquisa, gostaríamos de propor uma “hipótese-quadro”, com apego à qual **a abrupta ascensão da China na esfera internacional, tanto em termos militares como econômicos, faz com que os Estados Unidos respondam a este fenômeno, a fim de não ver reduzida ou até mesmo ameaçada, a sua hegemonia.** O que depreendemos desta proposição é um reforço do pensamento elaborado pela então “Escola da Competição Estratégica.”

Nesta linha, entendemos que há, sim, um cenário conflitivo muito claro nas relações sino-americanas. Reforçamos mais uma vez, que ao adotar tal pensamento para compreender a conjuntura entre Washington e Beijing, não descartamos as demais escolas e principalmente aquelas que resguardam suas análises aos fenômenos cooperativos e advindos da complexa interdependência, como, por exemplo, o beneficiamento mútuo de ambas as economias.

Sendo assim, a competição estratégica nos parece um modelo explicativo da disputa sino-americana. Os intrincados interesses dos dois países no Mar do Sul da China são distintos. As marinhas dos dois países estão aptas a desenvolver uma política de soma-zero em detrimento de uma de soma-positiva. Neste cenário há uma intensificação do dilema de segurança para patamares incertos.

4.8 PADRÃO RELACIONAL *VERSUS* RUPTURA

Uma das razões de trazermos um arrazoado das últimas discussões teóricas acerca da relação sino-americana e da ascensão chinesa está relacionada com uma questão que a nosso ver torna-se de fundamental importância antes mesmo de adentrarmos em qualquer esforço conclusivo. Trata-se da dualidade entre um padrão relacional sino-americano e uma ruptura, ou seja, entre fatos que se encontram desligados uns dos outros.

Tomemos como exemplo o próprio *Impeccable Incident*, ao qual nos referimos no Capítulo 3: seria tal fato, fruto de uma extemporaneidade na relação sino-americana? Estaríamos apenas diante de um fato desligado de qualquer continuidade em ambas as políticas externas, portanto de uma ruptura, ou ele seria o resultado de um padrão relacional das últimas décadas, fruto de uma condução clara e contínua das políticas externas chinesas e americanas, relacionadas com interesses objetivos, no Mar do Sul da China?

Acreditamos na existência indubitável de um padrão relacional sino-americano, que tem levado a Washington e Beijing a uma conflitualidade certa, no Mar do Sul da China, motivo de preocupação de muitos estadistas e estudiosos.

Este padrão relacional é gerado por uma série de posicionamentos e interesses e é determinado pelo cruzamento da ascensão chinesa em termos militares com a resposta que os Estados Unidos dão à mesma. Gostaríamos, no entanto, de recapitular quais elementos influenciam o referido padrão, que gera um cenário conflitivo no Mar do Sul da China, quais sejam: 1) o histórico conflituoso sino americano, 2) a ascensão chinesa e suas implicações, 3) as reclamações no Mar do Sul da China, 4) o poder naval chinês e a construção de um verdadeiro “glacis marítimo” por Beijing, 5) os interesses sino-americanos e 6) a manutenção da hegemonia americana. Consideramos que todos estes são elementos indutores da disputa sino-americana e, portanto, do padrão relacional.

4.8.1 O Histórico Conflituoso Sino-americano

Não visualizamos o *Impeccable Incident* como uma extemporaneidade. Lembremos que tal incidente não foi o primeiro, na intrincada relação sino-americana no Mar do Sul da China. Expusemos esta condição no capítulo terceiro, ao trazermos um mapa com os atritos dos dois países nas últimas décadas. Seja o choque entre submarinos no Mar Amarelo, em 1994, seja a colisão entre aeronaves dos dois países em 2001 ou os desentendimentos entre as

forças navais acerca da reserva de petróleo Chunxiao, em 2005, o *Impeccable Incident*, foi apenas mais um dos atritos entre China e Estados Unidos, que nesta pesquisa serviu de base empírica para resignificar a “disputa” sino-americana, pois dentre os demais, possui um caráter de especial cunho político, como demonstramos no capítulo previamente referenciado.

O fato é que se aprofundarmos o estudo histórico da relação sino-americana no Mar do Sul da China observaremos que a mesma segue um padrão conflitivo em detrimento a um padrão cooperativo. Todavia, qual motivo desta conflitividade? Acreditamos que um elemento que conduz a este cenário seja a ascensão chinesa no panorama internacional e a consequente dúvida americana dos limites desta projeção chinesa.

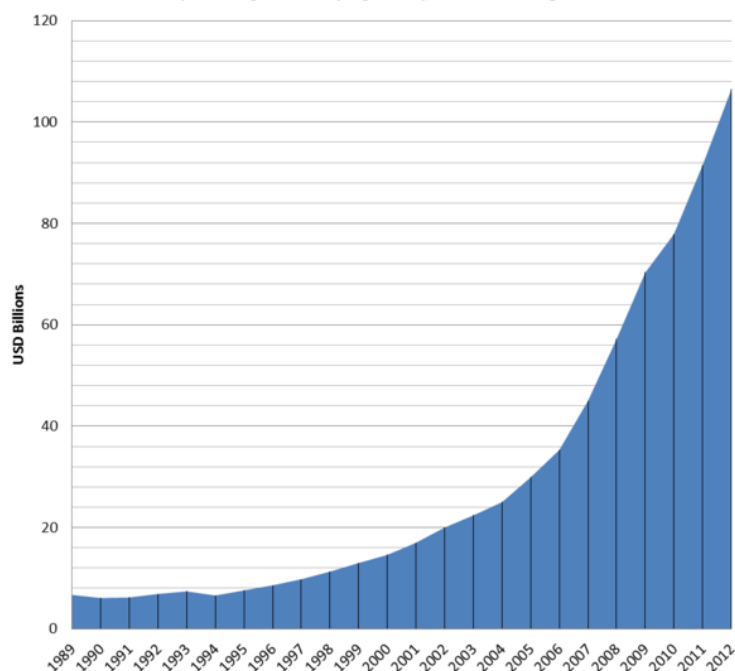
4.8.2 A Ascensão Chinesa e suas Implicações

O abrupto crescimento chinês nas últimas décadas é inquestionavelmente uma questão que tem ocupado numerosos autores. O fato é que a China conseguiu aliar um sistema político doméstico dominado apenas por um partido, que está muito longe dos modelos democráticos (qualquer que seja a tolerância que se pudesse admitir), com um regime capitalista de projeção internacional. Por muitos anos a China acumulou grandes reservas de capital proveniente de investimento externo direto.

Figura 24: Orçamento Militar Chinês em bilhões de dólares

CHINA PUBLISHED MILITARY BUDGET

Source: <http://www.globalsecurity.org/military/world/china/budget-table.htm>



Fonte: Global Security

Isso permite com que Beijing invista e continue a investir pesadamente nas suas Forças Armadas e principalmente em sua marinha de guerra. A cada ano que passa, o seu orçamento militar aumenta significativamente, como resulta da Figura 23. Notemos que é na virada do século que o investimento se acentua, apresentando-se a “Nova China”, agora como uma protagonista no cenário das relações internacionais, que ameaça desta sorte a hegemonia americana. Na visão de Mearsheimer (2005):

A China não pode crescer de forma pacífica, e se ela continuar o seu crescimento econômico em ritmo acelerado ao longo das próximas décadas, os Estados Unidos e a China estão propensos a se envolverem em um dilema de segurança intenso com um considerável potencial para a guerra. A maioria dos vizinhos da China, incluindo a Índia, Japão, Cingapura, Coreia do Sul, Rússia e Vietnã, provavelmente vão se juntar com os Estados Unidos para conter o poder da China.⁷⁰

Na visão do referido autor, a China não terá uma ascensão pacífica na esfera internacional, pois seu abrupto crescimento relaciona-se com o pesado investimento na modernização de seus efetivos militares. Como bem lembrou, a relação sino-americana possui o poder de reconfigurar a relação de forças na região, visto que os Estados Unidos buscam manter uma boa relação com seus aliados no Mar do Sul da China, a fim de conter a expansão chinesa. A China pode estar desenvolvendo a mesma política que os Estados Unidos conduziram historicamente no hemisfério ocidental, um papel de liderança, tornando as Américas, área de sua influência. Beijing possivelmente vislumbra o mesmo objetivo na região asiática. Todavia, teria a China, bons aliados? Acreditamos que a China possa estar criando sim no Mar do Sul da China em específico e na região Ásia Pacífico, no geral, áreas de sua influência, vejamos o que ressalta o mesmo autor:

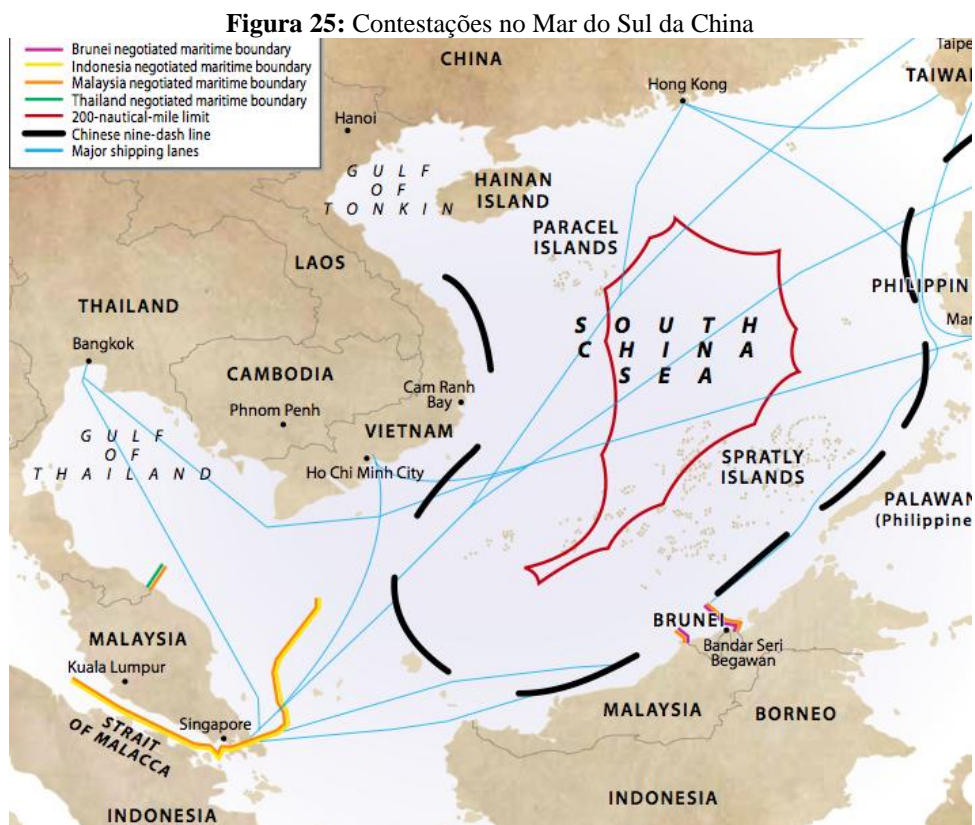
Por que devemos esperar que a China agisse de forma diferente do que os Estados Unidos? Estadistas americanos sempre reagiram duramente quando outras grandes potências enviaram forças militares para o Hemisfério Ocidental. Estas forças estrangeiras são invariavelmente vistas como uma ameaça potencial para a segurança americana. São os chineses mais íntegros, mais éticos, menos nacionalistas, ou menos preocupados com sua sobrevivência do que os ocidentais? É por isso que a China provavelmente irá imitar os Estados Unidos e tentar tornar-se uma hegemonia regional. As lideranças chinesas se lembram o que aconteceu no século passado, quando o Japão era poderoso e China era fraca. No mundo anárquico da política internacional, é melhor ser Godzilla do que Bambi (sic).

⁷⁰ BRZEZINKSI, Zbigniew; MEARSHEIMER, John J. Clash of the Titans. *Foreign Policy*. Janeiro de 2005.

Nesta passagem instigante, Mearsheimer faz algumas perguntas, no mínimo, perturbadoras. Ora, por quais razões poderíamos esperar que a China seja mais ética, íntegra e menos nacionalista em defesa de seus interesses, em detrimento aos Estados Unidos?

4.8.3 As Reclamações no Mar do Sul da China

A questão das reclamações, ou seja, das porções reivindicadas pelos Estados ribeirinhos no Mar do Sul da China, bem como o interesse de potências estrangeiras na região é particularmente elucidativa, ainda mais se tomarmos como exemplo o caso chinês. Sabemos da vital importância do Mar do Sul da China, pelas características já apresentadas previamente, resta mensurar o apetite chinês sobre aquele braço de mar. Apesar de os demais países da região possuírem uma pauta reivindicatória, o caso chinês é mais delicado, pois a China reclama a totalidade do Mar do Sul da China, como surge da (Figura 24).



Fonte: southchinasea.org

Assim sendo, China avança seus interesses muito além das duzentas milhas náuticas convencionadas pela UNCLOS. Esta situação tem gerado inúmeros atritos e conflitos com os

países da região. Todavia, a reclamação total está amparada na concepção e desenvolvimento de uma marinha de águas azuis, de alto alcance, capaz de garantir *in situ* as reivindicações de Beijing.

A China vislumbra aquela área como um dos seus interesses vitais e não tem poupado esforços no sentido de dominá-la, mesmo que gradualmente. Temos aí uma das condições reais e não coadjuvantes, que dão sustentação a um certo padrão nas relações, que não existiria, não fosse o fôlego chinês em seu ímpeto militar de dominação do Mar do Sul da China. Se a China tem buscado um cenário cooperativo, porque então vislumbra o controle total daquele mar em detrimento de seus vizinhos?

4.8.4 O Poder Naval Chinês e o “Glacis Marítimo Protetor”

A concepção e consequente construção de um glacis marítimo protetor, que acaba por englobar a primeira e segunda cadeia de ilhas do Pacífico Sul oriental é um forte indício de uma postura ofensivo-defensiva por parte da China. Tal disposição pode ser percebida pelo histórico do “pensamento naval” chinês. Como salientamos no capítulo segundo, tal pensamento atravessou por três fazes distintas: a “costa próxima”, o “mar próximo” e por último, e que mais nos interessa, a fase que perdura até os dias de hoje, a do “mar distante”, visto que a mesma corrobora a construção e defesa do glacis marítimo a que outrora fizemos alusão.

Tal fase tem seu início na década de 1990, com maiores investimentos chineses em tecnologia militar e a consequente modernização de sua marinha de guerra, que agora procura projetar o seu poder para muito além das duzentas milhas náuticas convencionadas pela UNCLOS, buscando o controle de uma área muito maior, mostrando assim o seu apetite em termos ofensivos, naquela região. Como bem asseverou John Mearsheimer (2010, p. 384)⁷¹: “consideremos o que a China está fazendo hoje, está construindo forças militares com significativa projeção de poder”.

Dentro desta concepção, o *Impeccable Incident* torna-se relevante e explicativo das eventuais conseqüências do fenômeno desta projeção naval chinesa. O navio americano que estava conduzindo uma pesquisa militar sem efetivos militares ofensivos, que é surpreendido pela marinha chinesa decorrendo daí todos os fatos que já expusemos, demonstra a

⁷¹ MEARSHEIMER, John. The Gathering Storm: China's Challenge to US Power in Asia. *The Chinese Journal of International Politics*, v. 3, 2010.

preocupação chinesa em resguardar seus segredos militares, bem como a condução de manobras com submarinos nucleares naquela região.

Outro fato que dá conta também da determinação chinesa na região tem sido o embate entre a China e o Japão acerca das Ilhas Senkaku, que a comunidade internacional considera de domínio japonês, e que a China, assim como o irmão inimigo, Taiwan, reivindicam como próprias. As embarcações militares chinesas tem frequentemente invadido o mar territorial japonês. Há indício mais forte que este, para mostrar o apetite chinês, operacionalizado com a sua marinha “de águas azuis”?

4.8.5 Os Interesses Sino-americanos

Como expusemos no capítulo segundo, os interesses sino-americanos no Mar do Sul da China, são mais conflitivos, que cooperativos. De um lado, a China, que visa incluir aquele mar em seu glacis marítimo protetor entre a primeira e segunda cadeia de ilhas, obtendo assim uma posição de força na região e um papel de protagonista internacional. Do outro, os Estados Unidos, visando manter a estabilidade regional e a manutenção daquela linha marítima. O cruzamento dos interesses de Washington e Beijing tende a intensificar o dilema de segurança.

O interesse de Beijing em controlar efetivamente o Mar do Sul da China, é reflexo do próprio pensamento naval chinês e de sua visão estratégica para o futuro, como podemos constatar no discurso de Hu Jintao no Décimo Oitavo Congresso do Partido Comunista, no dia 08 de Novembro de 2012: “Devemos aumentar a nossa capacidade de exploração de recursos marinhos, salvaguardar direitos marítimos da China e seus interesses e transformar a China em uma **potência marítima**.” [grifo nosso].

Tal afirmação, por mais subjetiva que possa parecer, é um relevante indício do apetite chinês, não apenas no cenário regional e turbulento do Mar do Sul da China, mas também no cenário internacional. Para torna-se uma potência marítima, Beijing tem realizado pesados investimentos em seus efetivos militares, a fim de atingir tal objetivo. O mesmo torna-se alarmante para os países ribeirinhos ao Mar do Sul da China e pode tomar proporções significativas no bojo da relação sino-americana, pois não há como precisar que tipo de interpretação Washington fará acerca da declaração de Hu Jintao. Assim, o cenário das incertezas se acentua, tornando ainda mais tensa a relação sino-americana.

4.8.6 A Manutenção da Hegemonia Americana

Como último elemento condicionante do padrão conflitivo sino-americano, no Mar do Sul da China, temos a manutenção da hegemonia americana. Com a crescente projeção da China no panorama internacional e conseqüentemente a modernização de suas forças armadas, que visa a construção de uma *blue navy* para operar nas duas cadeias de ilhas do Pacífico Sul oriental, a hegemonia americana na região passa a ser questionada.

Os Estados Unidos, historicamente, nunca permitiram competidores internacionais com capacidade de contrapor a sua hegemonia, ou sequer ameaçá-la. Dentro de uma perspectiva realista, com o dilema de segurança intensificado, os países aumentam sua projeção militar. No caso do Mar do Sul da China, não poderia ser diferente.

4.9 O PADRÃO RELACIONAL

Todos estes seis elementos previamente mencionados introduzem, como acreditamos um padrão conflitivo nas relações sino-americanas na região Ásia Pacífico. O Impeccable Incident seria apenas um fenômeno decorrente deste padrão, do qual dão conta os outros incidentes entre Washington e Beijing. O referido padrão, desde nosso ponto de vista, tende a criar um dilema de segurança intenso que favorece conflitos de desenlace incerto. Pontuamos que o dilema de segurança tende a acentuar-se nos próximos anos, ao menos pelos indícios que havíamos desenvolvido precedentemente.

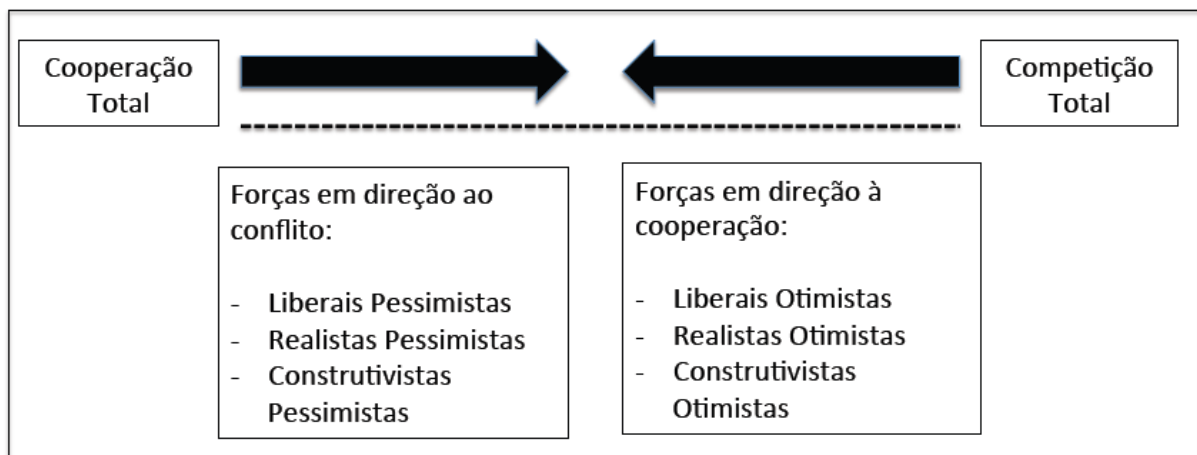
Cabe ressaltar que nossa análise está restrita a região Ásia-Pacífico, no geral, e ao Mar do Sul da China, em específico, dado que as relações sino-americanas transcendem as questões regionais concernentes ao fenômeno da segurança. Sabemos que há um esforço cooperativo entre os dois países, que ligados fortemente por uma economia internacional e interdependente, favorece a busca, pelos dois países, dos benefícios advindos da economia.

Todavia, o que nos interessa é por de ressalto a incerteza gerada no âmbito da segurança regional no Mar do Sul da China, que possui um verdadeiro potencial de desdobramento em políticas externas mais agressivas, distantes do mútuo benefício econômico e perto do entrechoque entre os dois exércitos. Os elementos que relacionávamos, podem acabar, a qualquer momento, como resquício de paz existente entre os Estados Unidos e a China. Assim, mesmo assumindo que pode haver uma relação positiva, ou melhor, um padrão positivo nas relações sino-americanas, nossa preocupação está direcionada ao padrão

negativo, que pode solapar uma relação quase saudável, para o aprofundamento de conflitos regionais, com fortes consequências na esfera internacional.

Sobre esta dicotomia entre relação positiva e negativa, um quadro analítico (Figura 25) criado por Aaron Friedberg, nos parece muito ilustrativo. O mesmo trata-se de um resumo da relação sino-americana sob a visão de diversificadas correntes teóricas, uma tendendo a concluir que há um padrão positivo, mais ligado ao fenômeno da cooperação e o outro, negativo, relacionado ao tensionamento entre os dois países.

Figura 26: Forças em atrito na relação sino-americana⁷²



Desta forma ficam bem demarcados dois pólos assim como o choque entre diversas correntes teóricas. De um lado vemos as forças que conduzem à cooperação, representadas pelos liberais otimistas, realistas otimistas e construtivistas otimistas. Do outro, forças em direção ao conflito, ou competição total, representadas pelas mesmas correntes, porém, adicionando-se uma visão puramente pessimista. Caberia saber, quais forças possuem e possuirão mais peso, tanto no histórico sino-americano, bem como no futuro das relações entre os dois países.

O que devemos ressaltar é que a relação sino americana decorre do entrecruzamento constante destas forças, hora pendendo para um lado, hora pendendo para o outro. Em nossa visão, preocupamo-nos mais com aquelas forças contrárias à cooperação, visto que as mesmas têm dado fôlego, ultimamente, para o estranhamento entre Washington e Beijing. Aliás, lembremos que é de interesse dos dois países a manutenção de uma estabilidade regional que não permita que a insegurança mine as negociações entre eles. Porém, a manutenção desta linha marítima acaba por aumentar o dilema de segurança. De um lado a China, cada vez mais

⁷² FRIEDBERG, Aaron. The Future of U.S-China Relations. Is Conflict Inevitable. *International Security*, v. 30, n. 2. (Tradução e diagramação feita pelo Mestrando).

fortalecendo e modernizando seus efetivos militares e do outro, os Estados Unidos, buscando responder a esta ascensão chinesa, com maior penetração de sua marinha nas águas do Mar do Sul da China. Talvez seja o próprio apetite dos dois países na tentativa de manter o controle e a estabilidade da região, o que acaba por intensificar o cenário das incertezas, aumentando, assim, o dilema de segurança.

Pensamos (seguindo aqui a Aaron Friedberg⁷³, 2011) que há três maneiras possíveis de analisar a presente relação sino-americana, bem como prospectar o seu futuro, a saber, atendendo: 1) a simples preponderância, 2) os efeitos aditivos e 3) os efeitos compensatórios – maneiras estas que passamos a descrever.

A simples preponderância é a representação do pensamento das correntes teóricas dos liberais otimistas ou realistas pessimistas, ou seja, para o realista pessimista o poder chinês continuará a crescer constantemente, com pesados investimentos em suas forças militares, levando a um cenário de competição total com os Estados Unidos.

Já o liberal otimista justamente faz o caminho contrário, ou seja, com a projeção chinesa na esfera internacional, abre-se ao mundo o leque das possibilidades de cooperação internacional. Projeção esta que estaria acompanhada de uma mudança interna por parte da China em direção a uma democracia estável, que produziria desta forma, um relacionamento alinhado com a democracia americana, reduzindo-se a possibilidade de conflitos entre Washington e Beijing.

Na segunda hipótese, a dos efeitos aditivos, há uma confluência entre as forças em uma mesma direção. Assim, por exemplo, a visão dos liberais otimistas e realistas otimistas poderiam ser combinadas, produzindo forças na mesma direção. Ou seja, mesmo havendo um cenário de integração chinesa ou até mesmo uma volta em direção à democracia por parte da China, não se excluiria a possibilidade de um conflito entre os dois países.

A terceira maneira possível de se analisar a presente e futura relação sino-americana, com base no quadro analítico de Friedberg, é a dos efeitos compensatórios. Segundo a mesma, duas forças em oposição no referido quadro analítico (Figura 25), teriam o mesmo peso, agindo em direção a uma compensação delas. Segundo Friedberg: “o padrão das relações sino-americanas não irão mudar significativamente: em dado momento estará mais voltado para a integração, em outro para o conflito. Assim tem sido esta relação desde 1989.” Desta forma os elementos indutores de conflitos permanecem na “pauta” sino-americana,

⁷³ Idem.

assim como os elementos cooperativos. As duas forças entrecruzando-se a todo o momento e gerando diferentes cenários na relação sino-americana.

O quadro analítico anteriormente referenciado torna-se sugestivo para que possamos elaborar algumas reflexões conclusivas. Acreditamos que o terceiro cenário apresentado, o das forças compensatórias, é o que subsidia melhor nossa análise, com algumas ressalvas. Como vimos nos capítulos precedentes, há fortes indícios que apontam para um cenário conflitivo, ou seja, um padrão relacional que favorece as incertezas entre Washington e Beijing, no Mar do Sul da China.

Nossa ressalva é no sentido de que, ainda existindo certa compensação entre as forças que tendem ao conflito e à cooperação, todavia tais forças não parecem possuir o mesmo peso. Mesmo que a China e os Estados Unidos possuam interesses na estabilidade regional no Mar do Sul da China, os conflitos têm preponderado em detrimento à cooperação. Talvez o freio para que os mesmos ainda não tenham se intensificado mais, criando uma crise maior, seja a manutenção da agenda interdependente dos dois países na esfera econômica, mas a mesma não deu provas de ser suficiente para diminuir ou eliminar o apetite das marinhas de Beijing e Washington, pelo contrário.

Até o presente momento, não há indícios fortes de que a cooperação sino-americana se fortaleça no Mar do Sul da China. Opostamente existem vários elementos que condicionam uma relação conflituosa. A China está estendendo o seu glacis marítimo protetor, assim demonstrando seu forte apetite pelo controle da região, ultimamente bem representado, a título de ilustração, no tocante ao caso das Ilhas Senkaku e o Japão.

Ora, o fato da marinha de Guerra chinesa invadir o mar territorial japonês, é indício eminentemente importante da disposição chinesa. Do outro lado, os Estados Unidos mantendo sua posição com a Sétima Frota na região e ao mesmo tempo construindo alianças com vizinhos dos chineses, torna possível cruzamento de interesses e conseqüentemente o despontamento de novos conflitos no Mar do Sul da China, muito provável.

O que pretendemos foi demonstrar que incidentes como o Impeccable e outros, não são rupturas nas agendas das políticas externas dos Estados Unidos e da China, mas pelo contrário, fazem parte de um padrão originado em alguns elementos indutores, objetivos e subjetivos, como esclarecemos nos capítulos precedentes. Os interesses sino-americanos no Mar do Sul da China, em nosso entender, não abrem muito espaço para qualquer tipo de cooperação, acabando por conduzir Washington e Beijing para alguns desentendimentos significativos naquele Mar.

Mesmo assim, não desconsideramos uma eventual compensação entre forças opostas que apontam para a cooperação e para o conflito. A adoção, porém, do citado padrão conflitivo para analisar as relações sino-americanas, nos induz a uma visão pessimista acerca desta relação, que em nosso ponto de vista, tem o poder de influenciar negativamente todo o “jogo” da geopolítica dos conflitos marítimos do Século XXI.

CONCLUSÃO

Pretendemos demonstrar nesta pesquisa como se dá o jogo de interesses sino-americanos no Mar do Sul da China e quais são seus principais reflexos em ambas as políticas externas. A disputa sino-americana, ou seja, a pré-disposição de Washington e Beijing ao conflito representa, a nosso juízo, chave para o entendimento da nova geopolítica dos conflitos na região Ásia-Pacífico. Para tornar claros os nossos objetivos, passamos a levantar uma série de proposições conclusivas, que formarão em seguida, nosso argumento final:

- a. o Mar do Sul da China é uma região geopoliticamente sensível, por tratar-se de uma das linhas marítimas mais transitadas do mundo e também pelo fato dos arquipélagos Spratly e Paracel, lá presentes, possuírem potenciais reservas de hidrocarbonetos fluidos e gasosos. A China reclama a totalidade daquele mar, enquanto todos os demais países ribeirinhos possuem reclamações específicas. Todas estas contestações geram um cenário conflituoso, na região;
- b. não bastasse isso, a presença de terceiras potências, como os Estados Unidos, que possuem interesses na região, a torna ainda mais sensível no tocante ao aspecto geopolítico;
- c. os renovados interesses chineses no Mar do Sul da China, são decorrência de seu abrupto crescimento econômico no panorama internacional e da conseqüente modernização de seus efetivos militares, principalmente a sua marinha de guerra. Decorrência deles são: a reclamação total do Mar do Sul da China e conseqüentemente dos arquipélagos Spratly e Paracel e a preocupação pelo controle efetivo do Mar do Sul da China, através de sua marinha de guerra, visto a dependência chinesa daquela linha marítima, pois a mesma é rota de escoamento de grande parte do volume de suas exportações/importações, bem como do trânsito de recursos energéticos provenientes do Oriente Médio;
- d. a China tem modernizado e aumentado consideravelmente, em quantidade e qualidade, as plataformas bélicas e efetivos de sua marinha de guerra, notadamente nas águas do Mar do Sul da China, que compreendidas entre as duas cadeias de ilhas individualizadas precedentemente. Em nosso conceito, a China tem desenvolvido um *glacis* marítimo protetor, entendido como lugar de

sua defesa contra potenciais inimigos e porto de ancoragem e partida de sua marinha de águas azuis, ou *blue navy*;

- e. tal penetração da marinha chinesa em águas azuis, muito distantes de suas duzentas milhas náuticas, convencionadas pela UNCLOS, tem gerado receio entre os países ribeirinhos e principalmente em terceiras potências, como os Estados Unidos;
- f. os interesses americanos são decorrência de sua preocupação por manter a sua hegemonia mundial, em específico, na região Ásia-Pacífico. Objetivam manter a segurança e estabilidade na linha marítima do Mar do Sul da China, rota fundamental para sua economia;
- g. há certo padrão relacional sino-americano que acaba por criar um cenário conflitivo no Mar do Sul da China, gerado por alguns elementos, entre eles: 1) o histórico conflituoso sino americano, 2) a ascensão chinesa e suas implicações, 3) as reclamações no Mar do Sul da China, 4) o poder naval chinês e a construção de um “glacis marítimo” estendido ora ao espaço compreendido entre as “duas cadeias de ilhas”, 5) os interesses sino-americanos e 6) a luta pela manutenção de sua hegemonia pelos americanos. Todos estes são elementos catalisadores da disputa sino-americana e, portanto, constitutivos do padrão relacional entre os dois países, do qual o *Impeccable Incident* pode ser considerado como um de seus resultados, revelador da natureza dos atritos (presentes e futuros) entre as grandes potências em disputa na região;
- h. o referido padrão, longe de esgotar qualquer possibilidade de novos conflitos, justamente abre uma interrogação sobre o futuro das relações sino-americanas. Seguirão as mesmas o mesmo padrão conflitivo já existente no Mar do Sul da China, ou ocorrerá em algum momento, que ignoramos uma inflexão que torna as relações totalmente cooperativas?

Baseando-nos pelos elementos que possuímos hoje, concluímos, porém, que o cenário de tensionamento, ou melhor, que a disputa sino-americana no Mar do Sul da China, está longe de desviar-se repentinamente do cenário conflitivo das últimas décadas, para dar lugar a um cenário cooperativo.

A modernização militar chinesa e seu avanço para além do glacis marítimo protetor, de forma ostensiva, permite visualizar o apetite chinês de manter uma presença cada vez mais

excludente na região, fazendo com que os Estados Unidos, afrontando um dilema de segurança intenso, veja ameaçada a sua hegemonia consolidada ao longo de anos na região Ásia-Pacífico. Será a disputa sino-americana, a disputa do Século?

REFERÊNCIAS

BRZEZINKSI, Zbigniew. MEARSHEIMER, John J. Clash of the Titans. *Foreign Policy*. Janeiro de 2005. Disponível em: <<http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/A0034.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2012.

BURGESS, Peter. The Politics of the South China Sea: Territoriality and International Law. *Security Dialogue*, v. 34, n. 1, mar. 2003. Disponível em: <<http://community.middlebury.edu/~scs/docs/Burgess,%20Politics%20of%20the%20South%20China%20Sea-Territoriality%20and%20.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

BUSZYNSKI, Leszek. Rising Tensions in the South China Sea: Prospects for a Resolution of the Issue. *Security Challenges*, v. 6, n. 2, p. 85-104. 2010. Disponível em: <<http://www.securitychallenges.org.au/ArticlePDFs/vol6no2Buszynski.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2012.

CHARNAY, Jean Paul. La Russie et les Glacis Continentaux. *Géostratégiques*, n. 9, out. 2005.

CHRISTENSEN, Thomas J. Fostering Stability or Creating a Monster? The Rise of China and U.S Policy toward East Asia. *International Security*, v. 31, p. 81-126. Disponível em: <<http://www.princeton.edu/politics/about/file-repository/public/christensen-1.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2012.

EVANS, Michael. *Power and Paradox: Asian Geopolitics and Sino-American Relations in the 21st Century*. Filadélfia: 2011. Disponível em: <<http://www.fpri.org/orbis/5501/evans.asiangeopolitics.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2012.

FRIEDBERG, Aaron. The Future of U.S-China Relations. Is Conflict Inevitable? *International Security*, v. 30, n. 2. Disponível em: <<http://www3.nccu.edu.tw/~lorenzo/Friedberg%20US%20China%20Relations.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2012.

GENDREAU, Monique Chemillier. *Sovereignty Over the Paracel and Spratly Islands*. Kluwer Law International. Cambridge: MA. 2000.

GLASER, Bonnie. Armed Clash in the South China Sea. *Council on Foreign Relations – Contingency Planning Memorandum*, New York, n. 14, 2012.

_____. Tensions Flare in the South China Sea. *Center for Strategic And International Studies CSIS*. Southeast Asia Program. Washington: DC.

_____. Will China's Rise Lead to War? Why Realism Does Not Mean Pessimism. *Foreign Affairs*, New York, v. 90, p. 80, mar/abr. 2011.

JI GUOXING. The Legality of the “Impeccable Incident”. *China Security*, Washington, v. 5, 2009. Disponível em: <<http://www.chinasecurity.us/pdfs/jiguoxing.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2012.

KAPLAN, Robert; CRONIN, Patrick. Cooperation from Strength. The United States, China and the South China Sea. *Center for a New American Security*, Washington, 2012. Disponível em: <http://www.cnas.org/files/documents/publications/CNAS_CooperationFromStrength_Cronin_1.pdf>. Acesso em: 8 out. 2012.

_____. South China Sea is the Future of the Conflict. Site *ForeignPolicy*, 2011. Disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/08/15/the_south_china_sea_is_the_future_of_conflict>. Acesso em: 15 mar. 2012.

KISSINGER, Henry. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

LEE LAI TO. China, the USA and the South China Sea Conflicts. *Security Dialogue*, v. 34, mar. 2003. Disponível em: <<http://community.middlebury.edu/~scs/docs/Lee%20Lai%20To,%20China,%20USA,%20and%20the%20South%20China%20Sea%20Conflicts.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2012.

MACKINLAY FERREIRÓS, Alejandro. Asia y el problema naval Americano. Publicação do *Instituto Español de Estudios Estratégicos*, nov. 2011. Disponível em: <http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_opinion/2011/DIEEEO0842011ProblemaNavalAmericanoAsia_AMackinlay.pdf>. Acesso em: 20 set. 2012.

_____. Las Ambiciones Marítimas de China. *Publicação do Instituto Español de Estudios Estratégicos*, jan. 2011. Disponível em: <http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_opinion/2011/DIEEEO06_2011AmbicionesMaritimasChina.pdf>. Acesso em: 20 set. 2012.

MASSEY, S. Anthony. *Maritime Security Cooperation in the Strait of Malacca*. Naval Postgraduate School. Monterrey, CA, 2008. Disponível em: <<http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=ada483524>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

MEARSHEIMER, John. The Gathering Storm: China's Challenge to US Power in Asia. *The Chinese Journal of International Politics*, v. 3, 2010. Disponível em: <<http://cjp.oxfordjournals.org/content/3/4/381.full.pdf+html>>. Acesso em: 26 ago. 2012.

MEDCALF, Rory; HEINRICHS, Raoul. Crisis and Confidence: Major Powers and Maritime Security in Indo-Pacific Asia. *Lowy Institute for International Policy*. jun. 2011.

MILITARY and Security Developments Involving the People's Republic of China. *Annual Report to Congress*. US Defense Department – Office of The Secretary of Defense. Washington, 2011. Disponível em: <http://www.defense.gov/pubs/pdfs/2011_cmpr_final.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2012.

ODOM, Jonathan. The True "Lies" of the Impeccable Incident: what really happened, Who disregarded international Law, and why every nation (outside of China) should be concerned. *Michigan State Journal of International Law*, 2010. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1622943>. Acesso em: 28 abr. 2012.

PAUTASSO, Diego. **A China na Transição do Sistema Mundial:** suas relações com EUA e Índia. (Dissertação Mestrado) UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

PEHRSON, J. Christopher. String of Pearls: meeting the challenge of China's rising power across the Asian Littoral. *Instituto de Estudos Estratégicos.Pensilvânia*, 2006. Disponível em: <<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/pub721.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2012.

ROSENAU, James N. Turbulence in World Politics: A Theory of Change and Continuity. Princeton University Press.*Princeton*, NJ.1990, p. 249-71.

ROSENBERG, David. Governing the South China Sea: From Freedom of the Seas to Ocean Enclosure Movements. *Harvard Quarterly*, Middlebury College, 2011. Disponível em: <http://tailieu.tapchithoidai.org/Governing_South_China_Sea.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2012.

SAUNDERS, Phillip; SWAINE, Michael; YANG, Andrew.*The Chinese Navy: Expanding Capabilities, Evolving Roles. PLAN Force Structure: Submarines, Ships and Aircraft.* Institute for National Strategies Studies.Washington: D.C, 2011. Disponível em: <<http://www.ndu.edu/press/lib/pdf/books/chinese-navy.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2012.

SPEKTOR, Matias; NEDAL, Dani (Orgs.).*O que a China quer?*Rio de Janeiro: FGV, jan. 2010.

THAYER, Carlyle. The United States and Chinese Assertiveness in the South China Sea. *Security Challenges*, v. 6, n. 2, p. 69-84, 2010. Disponível em: <<http://hup.sub.uni-hamburg.de/giga/jsaa/article/view/446/444>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus (990 – 1992)*. São Paulo: Edusp, 2000.

UNITED STATES Department of Defense.Sustaining U.S Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense. Defense Department. Estados Unidos, Washington. Janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.defense.gov/news/Defense_Strategic_Guidance.pdf>. Acesso em: 18 set. 2012.

UNITED NATIONS CONVENTION ON THE LAW OF THE SEA. New York. Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea. 1982.

VALENCIA, Mark. The Impeccable Incident: Truth and Consequences. *China Security*, Washington, v. 05, 2009. Disponível em: <<http://www.chinasecurity.us/pdfs/Valencia.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2012.

WALT, Stephen. Alliance Formation and the Balance of World Power. *International Security*, v. 9, 1985. Disponível em: <<https://netfiles.uiuc.edu/svmiller/www/ps396-walt1985afb.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2012.

ANEXO A – Reportagem Acerca do Mar do Sul da China

The South China Sea Is the Future of Conflict

The 21st century's defining battleground is going to be on water.

BY ROBERT D. KAPLAN | SEPT/OCT 2011

Europe is a landscape; East Asia a seascape. Therein lies a crucial difference between the 20th and 21st centuries. The most contested areas of the globe in the last century lay on dry land in Europe, particularly in the flat expanse that rendered the eastern and western borders of Germany artificial and exposed to the inexorable march of armies. But over the span of the decades, the demographic and economic axis of the Earth has shifted measurably to the opposite end of Eurasia, where the spaces between major population centers are overwhelmingly maritime.

Because of the way geography illuminates and sets priorities, these physical contours of East Asia augur a naval century -- naval being defined here in the broad sense to include both sea and air battle formations now that they have become increasingly inextricable. Why? China, which, especially now that its land borders are more secure than at any time since the height of the Qing dynasty at the end of the 18th century, is engaged in an undeniable naval expansion. It is through sea power that China will psychologically erase two centuries of foreign transgressions on its territory -- forcing every country around it to react.

Military engagements on land and at sea are vastly different, with major implications for the grand strategies needed to win -- or avoid -- them. Those on land enmesh civilian populations, in effect making human rights a signal element of war studies. Those at sea approach conflict as a clinical and technocratic affair, in effect reducing war to math, in marked contrast with the intellectual battles that helped define previous conflicts.

World War II was a moral struggle against fascism, the ideology responsible for the murder of tens of millions of noncombatants. The Cold War was a moral struggle against communism, an equally oppressive ideology by which the vast territories captured by the Red Army were ruled. The immediate post-Cold War period became a moral struggle against genocide in the Balkans and Central Africa, two places where ground warfare and crimes against humanity could not be separated. More recently, a moral struggle against radical Islam has drawn the United States deep into the mountainous confines of Afghanistan, where the

humane treatment of millions of civilians is critical to the war's success. In all these efforts, war and foreign policy have become subjects not only for soldiers and diplomats, but for humanists and intellectuals. Indeed, counterinsurgency represents a culmination of sorts of the union between uniformed officers and human rights experts. This is the upshot of ground war evolving into total war in the modern age.

East Asia, or more precisely the Western Pacific, which is quickly becoming the world's new center of naval activity, presages a fundamentally different dynamic. It will likely produce relatively few moral dilemmas of the kind we have been used to in the 20th and early 21st centuries, with the remote possibility of land warfare on the Korean Peninsula as the striking exception. The Western Pacific will return military affairs to the narrow realm of defense experts. This is not merely because we are dealing with a naval realm, in which civilians are not present. It is also because of the nature of the states themselves in East Asia, which, like China, may be strongly authoritarian but in most cases are not tyrannical or deeply inhumane.

The struggle for primacy in the Western Pacific will not necessarily involve combat; much of what takes place will happen quietly and over the horizon in blank sea space, at a glacial tempo befitting the slow, steady accommodation to superior economic and military power that states have made throughout history. War is far from inevitable even if competition is a given. And if China and the United States manage the coming handoff successfully, Asia, and the world, will be a more secure, prosperous place. What could be more moral than that? Remember: It is realism in the service of the national interest -- whose goal is the avoidance of war -- that has saved lives over the span of history far more than humanitarian interventionism.

EAST ASIA IS A VAST, YAWNING EXPANSE stretching nearly from the Arctic to Antarctic -- from the Kuril Islands southward to New Zealand -- and characterized by a shattered array of isolated coastlines and far-flung archipelagos. Even accounting for how dramatically technology has compressed distance, the sea itself still acts as a barrier to aggression, at least to a degree that dry land does not. The sea, unlike land, creates clearly defined borders, giving it the potential to reduce conflict. Then there is speed to consider. Even the fastest warships travel comparatively slowly, 35 knots, say, reducing the chance of miscalculations and giving diplomats more hours -- days, even -- to reconsider decisions. Navies and air forces simply do not occupy territory the way that armies do. It is because of the seas around East Asia -- the center of global manufacturing as well as rising military

purchases -- that the 21st century has a better chance than the 20th of avoiding great military conflagrations.

Of course, East Asia saw great military conflagrations in the 20th century, which the seas did not prevent: the Russo-Japanese War; the almost half-century of civil war in China that came with the slow collapse of the Qing dynasty; the various conquests of imperial Japan, followed by World War II in the Pacific; the Korean War; the wars in Cambodia and Laos; and the two in Vietnam involving the French and the Americans. The fact that the geography of East Asia is primarily maritime had little impact on such wars, which at their core were conflicts of national consolidation or liberation. But that age for the most part lies behind us. East Asian militaries, rather than focusing inward with low-tech armies, are focusing outward with high-tech navies and air forces.

As for the comparison between China today and Germany on the eve of World War I that many make, it is flawed: Whereas Germany was primarily a land power, owing to the geography of Europe, China will be primarily a naval power, owing to the geography of East Asia.

East Asia can be divided into two general areas: Northeast Asia, dominated by the Korean Peninsula, and Southeast Asia, dominated by the South China Sea. Northeast Asia pivots on the destiny of North Korea, an isolated, totalitarian state with dim prospects in a world governed by capitalism and electronic communication. Were North Korea to implode, Chinese, U.S., and South Korean ground forces might meet up on the peninsula's northern half in the mother of all humanitarian interventions, even as they carve out spheres of influence for themselves. Naval issues would be secondary. But an eventual reunification of Korea would soon bring naval issues to the fore, with a Greater Korea, China, and Japan in delicate equipoise, separated by the Sea of Japan and the Yellow and Bohai seas. Yet because North Korea still exists, the Cold War phase of Northeast Asian history is not entirely over, and land power may well come to dominate the news there before sea power will.

Southeast Asia, by contrast, is already deep into the post-Cold War phase of history. Vietnam, which dominates the western shore of the South China Sea, is a capitalist juggernaut despite its political system, seeking closer military ties to the United States. China, consolidated as a dynastic state by Mao Zedong after decades of chaos and made into the world's most dynamic economy by the liberalizations of Deng Xiaoping, is pressing outward with its navy to what it calls the "first island chain" in the Western Pacific. The Muslim behemoth of Indonesia, having endured and finally ended decades of military rule, is poised

to emerge as a second India: a vibrant and stable democracy with the potential to project power by way of its growing economy. Singapore and Malaysia are also surging forward economically, in devotion to the city-state-cum-trading-state model and through varying blends of democracy and authoritarianism. The composite picture is of a cluster of states, which, with problems of domestic legitimacy and state-building behind them, are ready to advance their perceived territorial rights beyond their own shores. This outward collective push is located in the demographic cockpit of the globe, for it is in Southeast Asia, with its 615 million people, where China's 1.3 billion people converge with the Indian subcontinent's 1.5 billion people. And the geographical meeting place of these states, and their militaries, is maritime: the South China Sea.

The South China Sea joins the Southeast Asian states with the Western Pacific, functioning as the throat of global sea routes. Here is the center of maritime Eurasia, punctuated by the straits of Malacca, Sunda, Lombok, and Makassar. More than half the world's annual merchant fleet tonnage passes through these choke points, and a third of all maritime traffic. The oil transported through the Strait of Malacca from the Indian Ocean, en route to East Asia through the South China Sea, is more than six times the amount that passes through the Suez Canal and 17 times the amount that transits the Panama Canal. Roughly two-thirds of South Korea's energy supplies, nearly 60 percent of Japan's and Taiwan's energy supplies, and about 80 percent of China's crude-oil imports come through the South China Sea. What's more, the South China Sea has proven oil reserves of 7 billion barrels and an estimated 900 trillion cubic feet of natural gas, a potentially huge bounty.

It is not only location and energy reserves that promise to give the South China Sea critical geostrategic importance, but also the coldblooded territorial disputes that have long surrounded these waters. Several disputes concern the Spratly Islands, a mini-archipelago in the South China Sea's southeastern part. Vietnam, Taiwan, and China each claim all or most of the South China Sea, as well as all of the Spratly and Paracel island groups. In particular, Beijing asserts a historical line: It lays claim to the heart of the South China Sea in a grand loop (widely known as the "cow's tongue") from China's Hainan Island at the South China Sea's northern end all the way south 1,200 miles to near Singapore and Malaysia.

The result is that all nine states that touch the South China Sea are more or less arrayed against China and therefore dependent on the United States for diplomatic and military support. These conflicting claims are likely to become even more acute as Asia's spiraling energy demands -- energy consumption is expected to **double by 2030**, with China

accounting for half that growth -- make the South China Sea the ever more central guarantor of the region's economic strength. Already, the South China Sea has increasingly become an armed camp, as the claimants build up and modernize their navies, even as the scramble for islands and reefs in recent decades is mostly over. China has so far confiscated 12 geographical features, Taiwan one, Vietnam 25, the Philippines eight, and Malaysia five.

China's very geography orients it in the direction of the South China Sea. China looks south toward a basin of water formed, in clockwise direction, by Taiwan, the Philippines, the island of Borneo split between Malaysia and Indonesia (as well as tiny Brunei), the Malay Peninsula divided between Malaysia and Thailand, and the long snaking coastline of Vietnam: weak states all, compared with China. Like the Caribbean Sea, punctuated as it is by small island states and enveloped by a continental-sized United States, the South China Sea is an obvious arena for the projection of Chinese power.

Indeed, China's position here is in many ways akin to America's position vis-à-vis the similar-sized Caribbean in the 19th and early 20th centuries. The United States recognized the presence and claims of European powers in the Caribbean, but sought to dominate the region nevertheless. It was the 1898 Spanish-American War and the digging of the Panama Canal from 1904 to 1914 that signified the United States' arrival as a world power. Domination of the greater Caribbean Basin, moreover, gave the United States effective control of the Western Hemisphere, which allowed it to affect the balance of power in the Eastern Hemisphere. And today China finds itself in a similar situation in the South China Sea, an antechamber of the Indian Ocean, where China also desires a naval presence to protect its Middle Eastern energy supplies.

Yet something deeper and more emotional than geography propels China forward into the South China Sea and out into the Pacific: that is, China's own partial breakup by the Western powers in the relatively recent past, after having been for millennia a great power and world civilization.

In the 19th century, as the Qing dynasty became the sick man of East Asia, China lost much of its territory to Britain, France, Japan, and Russia. In the 20th century came the bloody Japanese takeovers of the Shandong Peninsula and Manchuria. This all came atop the humiliations forced on China by the extraterritoriality agreements of the 19th and early 20th centuries, whereby Western countries wrested control of parts of Chinese cities -- the so-called "treaty ports." By 1938, as Yale University historian Jonathan D. Spence tells us in *The Search for Modern China*, because of these depredations as well as the Chinese Civil War,

there was even a latent fear that "China was **about to be dismembered**, that it would cease to exist as a nation, and that the four thousand years of its recorded history would come to a jolting end." China's urge for expansion is a declaration that it never again intends to let foreigners take advantage of it.

JUST AS GERMAN SOIL constituted the military front line of the Cold War, the waters of the South China Sea may constitute the military front line of the coming decades. As China's navy becomes stronger and as China's claim on the South China Sea contradicts those of other littoral states, these other states will be forced to further develop their naval capacities. They will also balance against China by relying increasingly on the U.S. Navy, whose strength has probably peaked in relative terms, even as it must divert considerable resources to the Middle East. Worldwide multipolarity is already a feature of diplomacy and economics, but the South China Sea could show us what multipolarity in a military sense actually looks like.

There is nothing romantic about this new front, void as it is of moral struggles. In naval conflicts, unless there is shelling onshore, there are no victims *per se*; nor is there a philosophical enemy to confront. Nothing on the scale of ethnic cleansing is likely to occur in this new central theater of conflict. China, its suffering dissidents notwithstanding, simply does not measure up as an object of moral fury. The Chinese regime demonstrates only a low-calorie version of authoritarianism, with a capitalist economy and little governing ideology to speak of. Moreover, China is likely to become more open rather than closed as a society in future years. Instead of fascism or militarism, China, along with other states in East Asia, is increasingly defined by the persistence of old-fashioned nationalism: an idea, certainly, but not one that since the mid-19th century has been attractive to intellectuals. And even if China does become more democratic, its nationalism is likely only to increase, as even a casual survey of the views of its relatively freewheeling netizens makes clear.

We often think of nationalism as a reactionary sentiment, a relic of the 19th century. Yet it is traditional nationalism that mainly drives politics in Asia, and will continue to do so. That nationalism is leading unapologetically to the growth of militaries in the region -- navies and air forces especially -- to defend sovereignty and make claims for disputed natural resources. There is no philosophical allure here. It is all about the cold logic of the balance of power. To the degree that unsentimental realism, which is allied with nationalism, has a geographical home, it is the South China Sea.

Whatever moral drama does occur in East Asia will thus take the form of austere power politics of the sort that leaves many intellectuals and journalists numb. As **Thucydides put it** so memorably in his telling of the ancient Athenians' subjugation of the island of Melos, "The strong do what they can and the weak suffer what they must." In the 21st-century retelling, with China in Athens's role as the preeminent regional sea power, the weak will still submit -- but that's it. This will be China's undeclared strategy, and the smaller countries of Southeast Asia may well bandwagon with the United States to avoid the Melians' fate. But slaughter there will be not.

The South China Sea presages a different form of conflict than the ones to which we have become accustomed. Since the beginning of the 20th century, we have been traumatized by massive, conventional land engagements on the one hand, and dirty, irregular small wars on the other. Because both kinds of war produced massive civilian casualties, war has been a subject for humanists as well as generals. But in the future we just might see a purer form of conflict, limited to the naval realm. This is a positive scenario. Conflict cannot be eliminated from the human condition altogether. A theme in Machiavelli's *Discourses on Livy* is that conflict, properly controlled, is more likely than rigid stability to lead to human progress. A sea crowded with warships does not contradict an era of great promise for Asia. Insecurity often breeds dynamism.

But can conflict in the South China Sea be properly controlled? My argument thus far presupposes that major warfare will not break out in the area and that instead countries will be content to jockey for position with their warships on the high seas, while making competing claims for natural resources and perhaps even agreeing to a fair distribution of them. But what if China were, against all evidential trends, to invade Taiwan? What if China and Vietnam, whose intense rivalry reaches far back into history, go to war as they did in 1979, with more lethal weaponry this time? For it isn't just China that is dramatically building its military; Southeast Asian countries are as well. Their defense budgets have increased by about a third in the past decade, even as European defense budgets have declined. Arms imports to Indonesia, Singapore, and Malaysia have gone up 84 percent, 146 percent, and 722 percent, respectively, since 2000. The spending is on naval and air platforms: surface warships, submarines with advanced missile systems, and long-range fighter jets. Vietnam recently spent \$2 billion on six state-of-the-art Kilo-class Russian submarines and \$1 billion on Russian fighter jets. Malaysia just opened a **submarine base on Borneo**. While the United

States has been distracted by land wars in the greater Middle East, military power has been quietly shifting from Europe to Asia.

The United States presently guarantees the uneasy status quo in the South China Sea, limiting China's aggression mainly to its maps and serving as a check on China's diplomats and navy (though this is not to say that America is pure in its actions and China automatically the villain). What the United States provides to the countries of the South China Sea region is less the fact of its democratic virtue than the fact of its raw muscle. It is the very balance of power between the United States and China that ultimately keeps Vietnam, Taiwan, the Philippines, Indonesia, Singapore, and Malaysia free, able to play one great power off against the other. And within that space of freedom, regionalism can emerge as a power in its own right, in the form of the Association of Southeast Asian Nations (ASEAN). Yet, such freedom cannot be taken for granted. For the tense, ongoing standoff between the United States and China -- which extends to a complex array of topics from trade to currency reform to cybersecurity to intelligence surveillance -- threatens eventually to shift in China's favor in East Asia, largely due to China's geographical centrality to the region.

THE MOST COMPREHENSIVE SUMMATION of the new Asian geopolitical landscape has come not from Washington or Beijing, but from Canberra. In a 74-page article published last year, "**Power Shift: Australia's Future Between Washington and Beijing**," Hugh White, professor of strategic studies at the Australian National University, describes his country as the quintessential "status quo" power -- one that desperately wants the situation in Asia to remain exactly as it is, with China continuing to grow so that Australia can trade more and more with it, while America remains "the strongest power in Asia," so as to be Australia's "ultimate protector." But as White writes, the problem is that both of these things cannot go on. Asia cannot continue to change economically without changing politically and strategically; a Chinese economic behemoth naturally will not be content with American military primacy in Asia.

What does China want? White posits that the Chinese may desire in Asia the kind of new-style empire that the United States engineered in the Western Hemisphere once Washington had secured dominance over the Caribbean Basin (as Beijing hopes it will over the South China Sea). This new-style empire, in White's words, meant America's neighbors were "more or less free to run their own countries," even as Washington insisted that its views be given "full consideration" and take precedence over those of outside powers. The problem with this model is Japan, which would probably not accept Chinese hegemony, however soft.

That leaves the Concert of Europe model, in which China, India, Japan, the United States, and perhaps one or two others would sit down at the table of Asian power as equals. But would the United States accept such a modest role, since it has associated Asian prosperity and stability with its own primacy? White suggests that in the face of rising Chinese power, American dominance might henceforth mean instability for Asia.

American dominance is predicated on the notion that because China is authoritarian at home, it will act "unacceptably abroad." But that may not be so, White argues. China's conception of itself is that of a benign, non-hegemonic power, one that does not interfere in the domestic philosophies of other states in the way the United States -- with its busybody morality -- does. Because China sees itself as the Middle Kingdom, its basis of dominance is its own inherent centrality to world history, rather than any system it seeks to export.

In other words, the United States, not China, might be the problem in the future. We may actually care too much about the internal nature of the Chinese regime and seek to limit China's power abroad because we do not like its domestic policies. Instead, America's aim in Asia should be balance, not dominance. It is precisely because hard power is still the key to international relations that we must make room for a rising China. The United States need not increase its naval power in the Western Pacific, but it cannot afford to substantially decrease it.

The loss of a U.S. aircraft carrier strike group in the Western Pacific due to budget cuts or a redeployment to the Middle East could cause intense discussions in the region about American decline and the consequent need to make amends and side deals with Beijing. The optimal situation is a U.S. air and naval presence at more or less the current level, even as the United States does all in its power to forge cordial and predictable ties with China. That way America can adjust over time to a Chinese blue-water navy. In international affairs, behind all questions of morality lie questions of power. Humanitarian intervention in the Balkans was possible only because the Serbian regime was weak, unlike the Russian regime, which was committing atrocities of a similar scale in Chechnya while the West did nothing. In the Western Pacific in the coming decades, morality may mean giving up some of our most cherished ideals for the sake of stability. How else are we to make room for a quasi-authoritarian China as its military expands? The balance of power itself, even more than the democratic values of the West, is often the best safeguard of freedom. That, too, will be a lesson of the South China Sea in the 21st century -- another one that idealists do not want to hear.

ANEXO B– Notícia Acerca do Impeccable Incident

Chinese Vessels Harass U.S. Navy Ship, Pentagon Says (Update3)

By Tony Capaccio - Mar 09, 2009

March 9 (Bloomberg) -- Five Chinese vessels in a possibly coordinated effort yesterday “shadowed and aggressively maneuvered in dangerously close proximity” to a U.S. Navy surveillance ship in international waters, the Pentagon said.

Two of the vessels closed to within 50 feet (15 meters) of the USNS Impeccable, waving Chinese flags and telling the U.S. ship to leave the area, according to a Defense Department statement issued today. The Impeccable sprayed water from its fire hoses at one of the boats to protect itself.

The incident took place eight days after the U.S. and China agreed to resume exchanges of military officers for information sharing after China in October froze some contact to protest arms sales to Taiwan.

The U.S. Embassy in Beijing lodged a protest during the weekend with Chinese officials over the incident, State Department spokesman Robert Wood said today.

“We felt that our vessel was inappropriately harassed,” Wood told reporters in Washington.

Yesterday’s encounter took place in the South China Sea, about 75 miles south of Hainan Island, and included a Chinese Navy intelligence ship, the Pentagon said. The incident was preceded by days of increasingly aggressive conduct by Chinese vessels, the Defense Department said.

“We’re going to continue to operate in those international waters, and we expect the Chinese to observe international law around that,” White House press secretary Robert Gibbs said in Washington.

A Chinese Embassy spokesman in Washington, Wang Baodong, didn’t return two phone calls or an e-mail seeking comment.

Hong Kong-based Phoenix Television cited unnamed embassy officials as calling on the U.S. to stop illegal surveying activities in China’s exclusive economic zone. The officials called the U.S. charges “groundless,” Phoenix reported.

No one picked up two calls to the news department of the Ministry of Defense in Beijing during business hours.

Vessel Challenged

On March 7, what the Pentagon described as a Chinese intelligence collection ship challenged Impeccable via bridge- to-bridge radio broadcast, calling the U.S. vessel's operations illegal and directing it to leave the area or "suffer the consequences," the Pentagon said.

Two days earlier, a Chinese frigate crossed Impeccable's bow at a range of about 100 yards, according to the Pentagon's account. Less than two hours later a Chinese Y-12 surveillance aircraft made 11 fly-bys of Impeccable, and the frigate crossed Impeccable's bow again at a range of 400 to 500 yards.

On March 4 a Chinese Bureau of Fisheries Patrol vessel used a high-intensity spotlight to illuminate the entire length of the ocean surveillance ship USNS Victorious several times, the U.S. said. The vessel then crossed Victorious's bow in darkness, without notice. A Chinese Y-12 made 12 passes near Victorious the next day.

Impeccable and Victorious are part of the Military Sealift Command. Impeccable carries a crew of 25 civilian mariners and 25 military personnel, and Victorious has about 18 crewmembers, according to Navy Web pages on the vessels.

ANEXO C– Artigo Sobre a Conflituosidade do Mar do Sul da China**THE WALL STREET JOURNAL.**

WSJ.com

OPINION

Updated August 20, 2012, 12:53 p.m. ET

The South China Sea's Gathering Storm*All of East Asia is waiting to see how the U.S. will respond to China's aggression.*

By JAMES WEBB

Since World War II, despite the costly flare-ups in Korea and Vietnam, the United States has proved to be the essential guarantor of stability in the Asian-Pacific region, even as the power cycle shifted from Japan to the Soviet Union and most recently to China. The benefits of our involvement are one of the great success stories of American and Asian history, providing the so-called second tier countries in the region the opportunity to grow economically and to mature politically.

As the region has grown more prosperous, the sovereignty issues have become more fierce. Over the past two years Japan and China have openly clashed in the Senkaku Islands, east of Taiwan and west of Okinawa, whose administration is internationally recognized to be under Japanese control. Russia and South Korea have reasserted sovereignty claims against Japan in northern waters. China and Vietnam both claim sovereignty over the Paracel Islands. China, Vietnam, the Philippines, Brunei and Malaysia all claim sovereignty over the Spratly Islands, the site of continuing confrontations between China and the Philippines.



Such disputes involve not only historical pride but also such vital matters as commercial transit, fishing rights, and potentially lucrative mineral leases in the seas that surround the thousands of miles of archipelagos. Nowhere is this growing tension clearer than in the increasingly hostile disputes in the South China Sea.

On June 21, China's State Council approved the establishment of a new national prefecture which it named Sansha, with its headquarters on Woody Island in the Paracel Islands. Called Yongxing by the Chinese, Woody Island has no indigenous population and no natural water supply, but it does sport a military-capable runway, a post office, a bank, a grocery store and a hospital.

The Paracels are more than 200 miles southeast of Hainan, mainland China's southernmost territory, and due east of Vietnam's central coast. Vietnam adamantly claims sovereignty over the island group, the site of a battle in 1974 when China attacked the Paracels in order to oust soldiers of the former South Vietnamese regime.

The potential conflicts stemming from the creation of this new Chinese prefecture extend well beyond the Paracels. Over the last six weeks the Chinese have further proclaimed that the jurisdiction of Sansha includes not just the Paracel Islands but virtually the entire South China Sea, connecting a series of Chinese territorial claims under one administrative rubric. According to China's official news agency Xinhua, the new prefecture "administers over 200 islets" and "2 million square kilometers of water." To buttress this annexation, 45 legislators have been appointed to govern the roughly 1,000 people on these islands, along with a 15-member Standing Committee, plus a mayor and a vice mayor.

These political acts have been matched by military and economic expansion. On July 22, China's Central Military Commission announced that it would deploy a garrison of soldiers to guard the islands in the area. On July 31, it announced a new policy of "regular combat-readiness patrols" in the South China Sea. And China has now begun offering oil exploration rights in locations recognized by the international community as within Vietnam's exclusive economic zone.

For all practical purposes China has unilaterally decided to annex an area that extends eastward from the East Asian mainland as far as the Philippines, and nearly as far south as the Strait of Malacca. China's new "prefecture" is nearly twice as large as the combined land masses of Vietnam, South Korea, Japan and the Philippines. Its "legislators" will directly report to the central government.

American reaction has been muted. The State Department waited until Aug. 3 before expressing official concern over China's "upgrading of its administrative level . . . and establishment of a new military garrison" in the disputed areas. The statement was carefully couched within the context of long-standing policies calling for the resolution of sovereignty issues in accordance with international law and without the use of military force.

Even so, the Chinese government responded angrily, warning that State Department officials had "confounded right and wrong, and sent a seriously wrong message." The People's Daily, a quasi-official publication, accused the U.S. of "fanning the flames and provoking division, deliberately creating antagonism with China." Its overseas edition said it was time for the U.S. to "shut up."

In truth, American vacillations have for years emboldened China. U.S. policy with respect to sovereignty issues in Asian-Pacific waters has been that we take no sides, that such matters must be settled peacefully among the parties involved. Smaller, weaker countries have repeatedly called for greater international involvement.

China, meanwhile, has insisted that all such issues be resolved bilaterally, which means either never or only under its own terms. Due to China's growing power in the region, by taking no position Washington has by default become an enabler of China's ever more aggressive acts.

The U.S., China and all of East Asia have now reached an unavoidable moment of truth. Sovereignty disputes in which parties seek peaceful resolution are one thing; flagrant, belligerent acts are quite another. How this challenge is addressed will have implications not only for the South China Sea, but also for the stability of East Asia and for the future of U.S.-China relations.

History teaches us that when unilateral acts of aggression go unanswered, the bad news never gets better with age. Nowhere is this cycle more apparent than in the alternating power shifts in East Asia. As historian Barbara Tuchman noted in her biography of U.S. Army Gen. Joseph Stillwell, it was China's plea for U.S. and League of Nations support that went unanswered following Japan's 1931 invasion of Manchuria, a neglect that "brewed the acid of appeasement that . . . opened the decade of descent to war" in Asia and beyond.

While America's attention is distracted by the presidential campaign, all of East Asia is watching what the U.S. will do about Chinese actions in the South China Sea. They know a test when they see one. They are waiting to see whether America will live up to its

uncomfortable but necessary role as the true guarantor of stability in East Asia, or whether the region will again be dominated by belligerence and intimidation.

The Chinese of 1931 understood this threat and lived through the consequences of an international community's failure to address it. The question is whether the China of 2012 truly wishes to resolve issues through acceptable international standards, and whether the America of 2012 has the will and the capacity to insist that this approach is the only path toward stability.

Mr. Webb, a Democrat, is a U.S. senator from Virginia.

ANEXO D– Ficha Técnica do USNS Impeccable (T-AGOS)



U.S. Navy's Military Sealift Command Fact Sheet

Ocean Surveillance Ships - T-AGOS

Description: Ocean surveillance ships have a single mission -- gather underwater acoustical data. The T-AGOS ships operate to support the anti-submarine warfare mission of the U.S. Navy's Atlantic and Pacific Fleets.

Features: T-AGOS ships are designed to tow an array of underwater listening devices to collect acoustical data. The ships also carry electronic equipment to process and transmit that data via satellite to shore stations for evaluation. The ships, listening devices and electronic equipment are all part of a system called the Surveillance Towed Array System, or SURTASS.

Victorious class ocean surveillance ships are built on a Small Waterplane Twin Hull, or SWATH, design for greater stability at slow speeds in high latitudes under adverse weather conditions. Impeccable class ships have a hull form based on that of Victorious. Acoustic systems include an active low frequency towed array, which has a series of modules each of which houses two high-powered active transducers. These can be used with either mono or bi-static receivers.

Background: Oceanographic and hydrographic surveys, underwater surveillance, acoustic surveys and submarine support are just a few of the services these ships support. The ships are operated and maintained by civilian contractors. The Surveillance Towed Array Sensor is a linear array deployed on a tow cable. Information from the array is relayed via WSC-6 (SHF) satellite link to the shore. SURTASS patrols are 60 to 90 days in duration.

A contract for the first SWATH ship, T-AGOS 19, was awarded in November 1986, and options for the next three were exercised in October 1988. These ships have the same WSC-6 communications, links and operating procedures as the Stalwart class.

The keel for the first Impeccable class was laid down in February 1993. The ship was more than 60 percent completed when the shipyard encountered difficulties. The contract was sublet to Halter Marine in April 1995 to complete the ship. Impeccable was christened in November 2000 and will deliver to MSC in 2001.

Point of contact: Public Affairs Office Military Sealift Command 914 Charles Morris Court SE Washington Navy Yard, D.C. 20398-5540 (202) 685-5055 or www.msc.navy.mil

General Characteristics: Stalwart Class **Builder:** Tacoma Boatbuilding, Tacoma, Wash. **Power Plant:** Diesel-electric; 4 Caterpillar D 398 diesel generators, 3,200 hp, 2 motors, 1,600 hp; 2 shafts; bow thruster; 550 hp **Length:** 224 feet **Beam:** 43 feet **Displacement:** 2,262 long tons (2,298.3 metric tons) full load **Speed:** 11 kts (12.65 mph), 3 kts when towing array **Ships:** No homeports assigned [USNS Assertive \(T-AGOS 9\)](#) **Crew:** 18 mariners, 5 technicians and up to 15 Navy personnel

General Characteristics: Victorious Class **Builder:** McDermott Marine, Morgan City, La. **Power Plant:** Diesel-electric; 4 Caterpillar 3,512 diesel generators, 2 GE motors, twin screw 1,600 shaft hp; 2 bow thrusters; 2,400 hp **Length:** 234.5 feet **Beam:** 93.6 feet **Displacement:** 3,396 tons (3,450.5 metric tons) full load **Speed:** 10 kts, 3 knots when towing array **Ships:** No homeport assigned [USNS Victorious \(T-AGOS 19\)](#) [USNS Effective \(T-AGOS 21\)](#) [USNS Loyal \(T-AGOS 22\)](#) **Crew:** 19-22 mariners, 5 technicians and up to 15 Navy personnel

General Characteristics: Impeccable Class **Builder:** Tampa Shipyard/Halter Marine, Pascagoula, Miss. **Power Plant:** Diesel-electric; three diesel generators; 2 Westinghouse motors; 5,000 horsepower; twin screw shaft; 2 omni-thruster hydrojets; 1,800 horsepower **Length:** 281.5 feet (85.8 meters) **Beam:** 95.8 feet (29.2 meters) **Displacement:** 5,370 long tons (5,456.18 metric tons) full load **Speed:** 13 knots, 3 knots when towing **Ship:** No homeport assigned [Impeccable \(T-AGOS 23\)](#) **Crew:** 20 mariners, 5 technicians and up to 20 Navy personnel.

Fonte: U.S Navy`s Military Sealift Command

**ANEXO F– Elementos Principais do Discurso de Hu Jintao no Décimo Oitavo
Congresso do Partido Comunista (08.11.2012).**

Key quotes from Hu Jintao's report to CPC national congress

English.news.cn 2012-11-08 12:31:46

BEIJING, Nov. 8 (Xinhua) -- Chinese leader Hu Jintao delivered a report on Thursday at the opening of the 18th National Congress of the Communist Party of China (CPC). The following are key quotes from his report:

On military modernization

-- Building strong national defense and powerful armed forces that are commensurate with China's international standing and meet the needs of its security and development interests is a strategic task of China's modernization drive.

-- We should attach great importance to maritime, space and cyberspace security. We should make active planning for the use of military forces in peacetime, expand and intensify military preparedness, and enhance the capability to accomplish a wide range of military tasks, the most important of which is to win local war in an information age.

On foreign affairs

-- China will unswervingly follow the path of peaceful development and firmly pursue an independent foreign policy of peace.

-- We are firm in our resolve to uphold China's sovereignty, security and development interests and will never yield to any outside pressure.

-- We will decide our position and policy on an issue on its own merits and work to uphold fairness and justice.

-- China is committed to peaceful settlement of international disputes and hotspot issues, opposes the wanton use of force or threat to use it, opposes any foreign attempt to subvert the legitimate government of any other countries, and opposes terrorism in all its manifestations.

Fonte: Xinhua News

Disponível em:

http://news.xinhuanet.com/english/special/18cpcnc/2012-11/08/c_131959881.htm